



**Universidade Federal do Pará
Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Amazônia Oriental
Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas**

AMANDA PAIVA QUARESMA

**“GALO NÃO CANTA NESSE TERREIRO”: MULHERES E
QUINTAIS AGROFLORESTAIS NO CONTEXTO DA
AGRICULTURA FAMILIAR AMAZÔNICA**

**Belém
2014**

Amanda Paiva Quaresma

“GALO NÃO CANTA NESSE TERREIRO”: MULHERES E
QUINTAIS AGROFLORESTAIS NO CONTEXTO DA
AGRICULTURA FAMILIAR AMAZÔNICA

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas – PPGAA, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural – NCARD, Universidade Federal do Pará – UFPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa Amazônia Oriental. Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.

Orientador: Prof^o. Dr^o. Osvaldo Ryonei Kato

Co-orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria das Graças Pires Sablayrolles

Belém
2014

LISTA DE SIGLAS

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

FAO – Organização das Nações Unidas

FNO – Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICRAF – Centro Internacional para Pesquisa Agroflorestal (traduzido para o português)

MESMIS – Quadro para avaliação de sistemas de manejo incorporando indicadores de sustentabilidade (traduzido para o português)

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SAF's – Sistemas Agroflorestais

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 – Mapa de localização da região estudada identificando os municípios e comunidades.....	32
Quadro 1 - Quadro geral da pesquisa de campo: nº de quintais observados, nº de mulheres e homens entrevistadas/os por comunidade e total.....	43
Quadro 2 - Média das principais informações coletadas nos questionários aplicados dividida entre mulheres, homens e geral das pessoas entrevistadas na comunidade São João.....	44
Quadro 3 - Média das principais informações coletadas nos questionários aplicados dividida entre mulheres, homens e geral das pessoas entrevistadas na comunidade Nossa Senhora do Rosário.....	47
Quadro 4 - Média das principais informações coletadas nos questionários aplicados dividida entre mulheres, homens e geral das pessoas entrevistadas na comunidade Novo Brasil / Aparecida.....	49
Quadro 5 - Média das principais informações coletadas nos questionários aplicados dividida entre mulheres, homens e geral das pessoas entrevistadas na comunidade Nova Olinda.....	51
Quadro 6 - Média das principais informações coletadas nos questionários aplicados dividida entre mulheres, homens e geral das pessoas entrevistadas na comunidade do Arsênio.....	53
Fotos 1 e 2 – Registro de comemoração do aniversário de membro da comunidade ao lado da família.....	55
Fotos 3 e 4 – Registro de apresentação do grupo de carimbó “Canto da Sereia”, composto por mulheres, durante o 3ª Encontro de Carimbó da Comunidade do Arsênio.....	56
Quadro 7 – Atividades desenvolvidas principalmente por mulheres nos quintais agroflorestais.....	63
Fotos 5 à 13 – Registro de casas e quintais agroflorestais das comunidades estudadas.....	64
Fotos 14 e 15 – Registro da convivência pacífica entre animais domésticos e domesticados no quintal agroflorestal.....	66
Fotos 16 e 17 – Registro de animais selvagens que foram domesticados nas comunidades. À esquerda o jacu e à direita o camaleão.....	67
Gráfico 1 - Distribuição de criações de animais domesticados entre as famílias das cinco comunidades estudadas.....	67

Fotos 18 à 25 – Registro das criações de galinhas, patos, porcos e abelhas nos quintais agroflorestais, inclusive com aproveitamento de materiais diversos, como pneus e eletrodomésticos para alimentação e alojamento dos animais.....	70
Quadro 8 – Categorias e porcentagem de espécies identificadas nos quintais agroflorestais das comunidades estudadas.....	72
Quadro 9 - Lista de espécies mais frequentes.....	73
Quadro 10 – Calendário com espécies e produtos do quintal agroflorestal distribuídos ao longo do ano.....	77
Quadro 11 - Média das principais informações sobre o perfil das mulheres entrevistadas.....	82
Gráfico 2 - Trabalhos exercidos pelas mulheres entrevistadas.....	85
Fotos 26 à 33 – Registro de mulheres trabalhando nos quintais agroflorestais.....	90

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
1.1 OBJETIVO GERAL.....	11
1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	11
2. REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1 AGRICULTURA FAMILIAR	12
2.2 AGROECOLOGIA.....	15
2.3 SAF'S: O CASO DOS QUINTAIS AGROFLORESTAIS.....	19
2.4 A MULHER NA AGRICULTURA	24
3. METODOLOGIA.....	30
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	30
3.2. DESCRIÇÃO DO PROJETO.....	33
3.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	366
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	38
4.1 QUE AGRICULTORAS E AGRICULTORES FAMILIARES SÃO ESSES?.....	38
4.1.1 COMUNIDADE SÃO JOÃO.....	44
4.1.2 COMUNIDADE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO.....	47
4.1.3 COMUNIDADE NOVO BRASIL / APARECIDA.....	49
4.1.4 COMUNIDADE NOVA OLINDA.....	51
4.1.5 COMUNIDADE ARSÊNIO.....	53
4.2 “O QUINTAL É UMA ROÇA, ROCINHA”: CARACTERIZANDO OS QUINTAIS AGROFLORESTAIS.....	57
4.2.1 “OS BICHOS”: COMPOSIÇÃO DE FAUNA.....	66
4.2.2 “OS PEZINHOS”: COMPOSIÇÃO FLORÍSTICA.....	72
4.3 “AJUDA” OU TRABALHO: QUAL A CONTRIBUIÇÃO DA MULHER NA AGRICULTURA FAMILIAR?.....	81
5. CONCLUSÕES / CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92
6. RECOMENDAÇÕES.....	96
7. REFERÊNCIAS.....	97
8. APÊNDICES.....	104

1. INTRODUÇÃO

A agricultura familiar é caracterizada pelo caráter familiar que envolve desde o trabalho na unidade produtiva até a administração do consumo dos produtos provenientes desse trabalho. Esse trabalho é orientado pela necessidade de atender as demandas da família no consumo diário de alimentos e produtos que garantam sua sobrevivência e reprodução social, promovendo um equilíbrio entre a produção e o consumo (CHAYANOV, 1981).

Porém, com a globalização do sistema capitalista, a agricultura familiar necessitou buscar novas formas de se relacionar com a sociedade moderna para sobreviver e continuar a existir, então a inserção na lógica de mercado como pequenos produtores rurais foi essencial para garantir sua reprodução social.

Segundo o último Censo Agropecuário realizado pelo IBGE, a agricultura familiar é responsável hoje pela grande maioria dos alimentos consumidos na mesa das famílias brasileiras, são 87 % da mandioca, 70 % do feijão, 46 % do milho, 38% do café, 34% do arroz, 21% do trigo, 58% do leite, ainda possuindo 59 % do plantel dos suínos, 50 % das aves e 30 % dos bovinos (IBGE, 2006).

A adesão dos agricultores familiares ao mercado, muitas vezes dentro do modelo de agricultura industrial, segundo Altieri (2012), além de causar uma crescente subordinação da agricultura familiar às cadeias agroindustriais, também possui um pacote tecnológico altamente insustentável do ponto de vista ambiental e social. O pacote tecnológico da Revolução Verde implica na constituição da agricultura como uma atividade econômica humana que busca a máxima simplificação da natureza gerando um ecossistema artificial que necessita de constante intervenção para obtenção de lucro, modelo que hoje é chamado de agronegócio.

A agroecologia renasce como um modelo alternativo a essa agricultura insustentável que provoca tantas consequências ambientais e sociais negativas, despertando um expressivo segmento da sociedade a questionar esse modelo e buscar a sustentabilidade na agricultura. Para além de um conjunto de práticas mais sustentáveis na agricultura também busca a defesa da justiça social, da saúde ambiental, da soberania alimentar, da equidade nas relações de gênero e uma relação mais equilibrada entre o mundo rural e urbano (ALTIERI, 2012).

Das práticas agroecológicas mais comuns na região amazônica encontramos os Sistemas Agroflorestais – SAF's, tendo os quintais agroflorestais como uma forte expressão dos SAF's na Amazônia. Eles podem caracterizar muito bem um modelo de agricultura que conserva os recursos naturais e a biodiversidade local, além de produzir alimentos mais saudáveis e contribuir para a reprodução social dos agricultores familiares.

Na realidade amazônica os quintais agroflorestais permitem uma complementação importante de alimentos e outros variados recursos para a reprodução social das populações locais. São áreas de produção localizadas perto da casa, dificilmente maiores que um hectare, onde se cultivam espécies agrícolas, florestais e pequenos animais, com muita variedade e praticamente 100% de aproveitamento dos produtos pela família (DUBOIS, 1996).

A variedade de espécies vegetais, principalmente frutíferas, e de animais de pequeno porte, principalmente galinhas, disponibiliza uma produção que contribui para uma dieta diversificada e saudável das famílias que possuem quintais agroflorestais, que para além do auto-consumo possibilita geração de renda com a venda do excedente. As famílias com quintais agroflorestais acessam maior quantidade e qualidade de alimentos *in natura*, especialmente as frutas que são ricas em vitamínicos e sais minerais, consumindo assim menos produtos industrializados, possuindo uma melhor condição nutricional quando comparadas às famílias que não possuem quintais ou quando estes não são considerados agroflorestais. Por isso, os quintais agroflorestais fortalecem a segurança alimentar das unidades familiares (MIRANDA, 2011).

Para além da segurança alimentar, os quintais agroflorestais também proporcionam benefícios socioambientais como a disponibilidade de remédios naturais e conforto ambiental, tudo ao redor da casa, lembrando que os conhecimentos tradicionais sobre o cultivo e uso das espécies encontradas nos quintais, são transmitidos de geração em geração, tornando-os também um espaço de preservação da tradição cultural (ROSA *et al*, 2007).

Segundo Rosa *et al* (2007) na implantação e no manejo do quintais agroflorestais predomina o uso da força de trabalho familiar com emprego de baixo nível tecnológico. É comum o envolvimento de todos os membros da família nessa atividade, porém, é considerável que a participação da mulher é bem maior. São as mulheres responsáveis pela manutenção dos quintais agroflorestais.

A divisão sexual do trabalho, que também existe no mundo rural, pode ser uma estratégia para maximizar a força de trabalho familiar na agricultura, segundo Rosa *et al* (2007), a mulher representa grande força de trabalho na unidade, pois além de realizar as tarefas produtivas, na roça ou no próprio quintal, ainda cumpre com as tarefas domésticas.

Porém, para Cisne (2012) essa naturalização dos papéis ditos femininos atende diretamente aos interesses do sistema econômico capitalista que busca a diminuição do custo de reprodução da força de trabalho. Além disso, quando se feminiliza uma determinada tarefa ela passa a ser classificada como menos complexa e isso justifica sua desvalorização fazendo com que muitas mulheres nem se percebam como trabalhadoras.

Heredia (1979) já descrevia essa divisão sexual do trabalho e a invisibilidade e desvalorização do trabalho feminino. O homem, visto como o chefe da família e o provedor das condições de sobrevivência é o responsável pela roça, considerada o trabalho que assegura o fornecimento dos bens necessários para o consumo familiar. Já a mulher, é considerada uma organizadora, responsável pelo controle das atividades vinculadas à casa, principalmente na administração dos itens abastecidos pelo homem para a alimentação da família, assim as atividades realizadas pela mulher são consideradas uma “ajuda” e não um *trabalho*, reproduzindo um esquema de autoridade visto como um modelo “natural” de organização familiar.

Segundo Siliprandi (2009) as mulheres vêm sendo marginalizadas de duas formas: primeiro pela destruição das suas condições de sobrevivência, com a extinção das fontes de alimentação, de água e de biodiversidade, ao mesmo tempo com o desprezo ao conhecimento que elas detêm sobre o ambiente natural. A quebra das relações tradicionais teria feito com que elas perdessem o acesso à terra passando a ter menor renda, menos emprego e menos acesso ao poder. Sua exclusão da agricultura teria feito com que também se perdessem os seus conhecimentos plurais, pois elas eram ao mesmo tempo agricultoras, silvicultoras, administradoras de recursos hídricos, entre outras funções.

O trabalho feminino na agricultura é baseado na estabilidade e na sustentabilidade, na diversidade, na descentralização, muitas vezes no trato de plantas que não possuem retorno comercial imediato, mas que buscam o sustento de todos, principalmente na alimentação (SILIPRANDI, 2009).

Por isso, a construção social do papel da mulher na agricultura tem sido objeto frequente de estudo das mais diversas áreas do conhecimento a fim de desmistificar sua inferioridade e reafirmar a necessidade de garantir seus direitos (MORENO & VIUDES, 2012).

Às mulheres ainda é negado o direito da propriedade da terra, o acesso às linhas de crédito rural, a participação política e os espaços de tomada das decisões (MORENO & VIUDES, 2012). Por isso é fundamental ressaltar o quanto é importante o trabalho realizado pelas mulheres para reconhecê-lo e valorizá-lo a fim de garantir a estrutura necessária para que elas continuem a exercê-lo de forma digna.

Como os quintais agrofloretais são espaços que têm muitas vezes passado despercebido na pesquisa científica da região amazônica, especialmente por ser de domínio tipicamente das mulheres, e ainda não sendo considerados como agricultura real, para além de aprofundar no estudo sobre sua complexidade nos aspectos econômicos e ambientais, com sua

produção e conservação da biodiversidade, é imprescindível atentar e considerar as nuances e contradições práticas do cotidiano da vida do sexo feminino e sua relação com as atividades de subsistência, o meio ambiente e, conseqüentemente, sua implicação para a reprodução do agregado familiar e para a dinâmica da comunidade (MURRIETA & WINKLERPRINS, 2003).

Assim, buscamos trabalhar a importância dos quintais agroflorestais e das mulheres na reprodução social da agricultura familiar no contexto amazônico, reconhecendo e fornecendo subsídios para o pleno desenvolvimento do espaço e do sujeito social que historicamente foram invisibilizados.

1.1 OBJETIVO GERAL

Avaliar o papel da mulher e dos quintais agroflorestais para a reprodução social das famílias agricultoras colaboradoras do projeto “Raízes da Terra” na região de Igarapé Açu e Marapanim - PA.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1.2.1 Caracterizar as comunidades e famílias colaboradoras do projeto “Raízes da Terra” a partir do perfil socioeconômico;

1.2.2 Caracterizar os quintais agroflorestais a partir da composição de flora e fauna, seus usos e as atividades realizadas com divisão de tarefas, buscando identificar seu planejamento e manejo;

1.2.3 Caracterizar o papel da mulher na dinâmica da reprodução social da família, principalmente no quintal agroflorestal, mas também na casa e na roça.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 AGRICULTURA FAMILIAR

Para Alexander Chayanov a família camponesa está diretamente relacionada à utilização do trabalho de seus próprios membros na divisão de tarefas da sua propriedade, não empregando trabalhadores pagos. Chayanov (1981) utiliza as expressões unidade econômica familiar, unidade econômica de trabalho, unidade econômica de trabalho familiar e unidade econômica familiar de trabalho para caracterizar essa unidade de análise que é a família camponesa.

O referido autor trabalha com a teoria de economia natural para caracterizar as relações econômicas das famílias agricultoras, onde a atividade econômica humana é dominada pela exigência de satisfazer as necessidades de cada unidade de produção familiar, que para ele é ao mesmo tempo uma unidade de consumo. Ou seja, a família emprega sua força de trabalho no cultivo da terra e consegue a quantidade de produtos necessários que correspondem à sua necessidade interna. Não há a categoria lucro no sentido de acumulação de capital, pois não há a categoria salário (CHAYANOV, 1981).

Para Chayanov “a quantidade do produto do trabalho é determinada principalmente pelo tamanho e composição da família trabalhadora, o número de seus membros capazes de trabalhar, e além disso, pela produtividade da unidade de trabalho e – isto é especialmente importante – pelo grau de esforço do trabalho, o grau de auto exploração através do qual os membros trabalhadores realizam certa quantidade de unidades de trabalho durante o ano” (CHAYANOV, 1981).

Assim, cria-se uma relação de equilíbrio interno na unidade entre a satisfação da demanda familiar e a penosidade do trabalho, que vão orientar o grau de auto exploração da família. O objetivo do trabalho familiar é possibilitar um nível de bem estar para a própria família a fim de garantir sua reprodução social.

Porém, com a globalização do sistema econômico capitalista, a agricultura familiar não ficou isolada da lógica de mercado, inclusive necessitando desenvolver estratégias de sobrevivência para continuar a existir e se reproduzir na sociedade moderna. Por isso a definição de Chayanov deve ser complementada com as demais características desenvolvidas pela agricultura familiar a partir de sua adaptação ao mercado. Por isso também vamos considerar outras definições para conceituar a agricultura familiar, porém sem violentar o trabalho de Chayanov, reforçando o caráter familiar da unidade de trabalho como sendo fundamental para a compreensão da agricultura familiar.

Nos marcos legais da Lei Brasileira nº 11.326 aprovada em 2006 são estabelecidos princípios, conceitos e instrumentos para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais que definem as características comuns da agricultura familiar: a gestão e os investimentos na unidade produtiva devem ser realizados pela família, o trabalho desempenhado deve ser dos membros da família, em sua maioria, a maior parte da renda familiar deve ser proveniente do trabalho na propriedade, a propriedade dos meios de produção devem pertencer à família (com exceção da terra para alguns) e são passíveis de sucessão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis, acrescentando que a propriedade familiar não deve ter área maior que quatro módulos fiscais, que na Amazônia pode chegar até 400 ha, dependendo do município.

Essas definições também são muito próximas àquelas utilizadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e pela Organização das Nações Unidas – FAO e são quem orienta a formulação e implantação de políticas públicas que possam vir a atender as demandas desses atores sociais. Esse reconhecimento e formalização da agricultura familiar através da legislação se dão principalmente por sua importância como sendo a principal fornecedora de alimentos para a população brasileira.

Segundo o último Censo Agropecuário do IBGE de 2006 a agricultura familiar é responsável pela produção de 87 % de mandioca, 70 % de feijão, 46 % de milho, 38% do café, 34% do arroz, 21% do trigo, 58% do leite, possui 59 % do plantel de suínos, 50 % de aves e 30 % de bovinos no Brasil. No Estado do Pará, a agricultura familiar é representada por 196.150 estabelecimentos, correspondendo a 88% dos imóveis rurais do Estado. Eles ocupam 31% da área total e são responsáveis por 84% do pessoal ocupado no meio rural (665.762 pessoas) e 69% do Valor Bruto da Produção Agropecuária. São responsáveis por 83% da produção de feijão, 93% de mandioca, 84% de arroz em casca, 68% de leite e 79% de suínos (IBGE, 2006).

Segundo Neves (2005) a construção da categoria socioeconômica agricultura familiar vem sendo consenso entre diversos agentes sociais, como representantes políticos dos/as agricultores/as e produtores/as rurais, funcionários da elaboração de princípios norteadores das políticas públicas e produtores intelectuais de várias disciplinas. Rapidamente o tema vem se constituindo como objeto de pesquisa, disciplinas e cursos profissionalizantes.

Os investimentos são um empenho coletivo de reflexão sobre propostas de construir aparatos institucionais destinados ao enquadramento de pequenos/as produtores/as rurais, sítiantes, camponeses/as, enquanto agricultores/as familiares, constituindo a categoria social

agricultor/a familiar. Também a valorização do investimento na capacitação e profissionalização de agricultores/as e agentes de desenvolvimento social (NEVES, 2005).

Sobre a categoria social agricultor/a familiar, Neves (2005) destaca dois elementos importantes para entender a construção do reconhecimento desse setor: a expansão dos vínculos com o mercado e o apoio sistemático da assistência técnica.

“ (...) o *agricultor familiar* se apresenta como um agente social em gestação, capaz de corresponder a diferenciadas expectativas, agora vinculadas a novos modelos criados para reafirmar outros processos de modernização social.” Por isso, mesmo sendo reconhecida e construída essa expansão de vínculos com o mercado, continua sendo um segmento específico de produtores/as contrapostos/as aos agricultores/as patronais, vistos como tecnicistas e predadores (NEVES, 2005).

O processo de desenvolvimento social e econômico no meio rural do Brasil só será possível com a valorização da agricultura familiar, e para isso deve contar com um amplo processo de mudanças institucionais destinadas a proporcionar um suporte eficiente e eficaz para essa categoria. A construção de uma nova assistência técnica e extensão rural – ATER é uma tarefa estratégica para assegurar à agricultura familiar um apoio técnico adequado (MORENO & FLORES, 1992 *apud* NEVES, 2005).

Porém, essas mudanças sociais somente se tornam realidade com o processo de engajamento político dos sujeitos envolvidos, principalmente dos/as agricultores/as familiares. É necessário incentivar o protagonismo desses/as agricultores/as com atitudes e percepções que garantam sua intervenção na política, na economia e que possibilite incorporar seus interesses nesse processo de mudança social. E para construir os aparatos que garantam o encaminhamento das reivindicações básicas é fundamental que os/as agricultores/as estejam politicamente organizados/as (NEVES, 2005).

2.2 AGROECOLOGIA

O termo “agroecologia” passou a ser conhecido na década de 1970 e seus pioneiros e maiores divulgadores foram Miguel Altieri e Stephen Gliessman. A partir dos anos 1980 publicaram-se vários trabalhos popularizando esse conceito que passou a ser utilizado também por outros pesquisadores e estudiosos da América Latina e da Europa (SILIPRANDI, 2009). Mas, segundo Hech (2002) a ciência e a prática da agricultura desde os seus primórdios haviam sido “agroecológicas”, pois eram o resultado de adaptações contínuas dos seres humanos aos ecossistemas e às variações ambientais por meio das quais foram acumulando conhecimentos e aperfeiçoando seus métodos. A agroecologia apenas recuperou uma herança agrícola que havia sido destruída pela agricultura moderna e, particularmente, pelas ciências agrônômicas, que imbuídas, em muitos casos, de preconceitos de classe, etnia, cultura e gênero, haviam desprezado esse conjunto de conhecimentos e as pessoas que os produziam e repassavam.

Segundo Altieri (2012) “a agroecologia fornece as bases científicas, metodológicas e técnicas para uma nova revolução agrária não só no Brasil, mas no mundo inteiro.” A agroecologia se afirmou na sociedade assumindo três concepções: é uma teoria científica que critica radicalmente a agricultura industrial fornecendo bases conceituais e metodológicas para o desenvolvimento de agroecossistemas sustentáveis; é uma prática social adotada explícita ou implicitamente em coerência com a teoria agroecológica; e é um movimento social que mobiliza seus atores no desenvolvimento da agroecologia pela defesa da justiça social, da saúde ambiental, da soberania alimentar, da economia ecológica e solidária, da equidade de gênero e de relações equilibradas entre o mundo rural e as cidades.

O termo agroecologia tem sido utilizado para dar vida às diferentes concepções daquilo que se convencionou chamar Agricultura Sustentável e que incorpora em sua base a diversidade das agriculturas alternativas que romperam com a lógica capitalista que penetrou no campo a partir da industrialização da agricultura e sua disseminação com a Revolução Verde. A intenção não é criar uma nova verdade absoluta de como se fazer agricultura a partir da agroecologia, pois como abordagem científica e popular repousa sobre um marco teórico e metodológico que questiona justamente a concepção de verdade científica universal (MOREIRA & CARMO, 2004).

É possível identificar duas expressivas correntes que ao longo dos últimos 30 anos vêm se dedicando para o desenvolvimento da agroecologia. Uma é a escola norte-americana com uma grande concentração de cientistas no estado da Califórnia, e outra é a escola européia, especialmente Espanha, com presença de cientistas nas áreas sociais e biológicas. O

interessante é que ambas possuem suas raízes na América Central, precisamente no México (MOREIRA & CARMO, 2004).

A escola norte americana vincula a agroecologia à ecologia e agronomia afirmando que derivou de ambas as áreas do conhecimento. A aplicação de conceitos ecológicos na agricultura influenciou no crescimento das abordagens sistêmicas e de um aumento na consciência ambiental. A agroecologia recebe contribuições valiosas da ecologia que utiliza conhecimentos e métodos modernos sobre aspectos para a conservação dos recursos da agricultura tradicional local. A aplicação desses conceitos e princípios ecológicos se dá no desenho e manejo de agroecossistemas mais sustentáveis. Também há a incorporação de cuidados especiais relativos ao ambiente, aos problemas sociais e à sustentabilidade ecológica dos sistemas de produção na abordagem da agroecologia (MOREIRA & CARMO, 2004).

Já a escola européia trabalha que a agroecologia surgiu da interação entre as disciplinas científicas e as próprias comunidades rurais, principalmente na América Latina. A Universidade de Córdoba é a grande referência para os estudos na área da agroecologia. Os estudos da agroecologia na Espanha representam o produto da confluência entre o movimento ecologista, o movimento camponês e a continuidade das reflexões da Nova Tradição dos Estudos Camponeses. Essa corrente possui um viés mais sociológico colocando a agroecologia frente ao discurso científico convencional que é aplicado à agricultura, como oposição ao isolamento da exploração agrária a outros fatores, reivindicando assim uma unidade necessária entre disciplinas naturais com as ciências sociais para compreender as interações que existem entre solo, plantas, animais e o ser humano (MOREIRA & CARMO, 2004).

Para Altieri (2012) a agroecologia é tanto uma ciência quanto um conjunto de práticas. Como ciência ela se baseia na aplicação dos princípios da ecologia para estudar, desenhar e manejar agroecossistemas sustentáveis. A diversificação agrícola promove interações biológicas e sinérgicas benéficas entre os componentes dos agroecossistemas. Também se fundamenta em um conjunto conhecimentos e técnicas que se desenvolveram a partir dos agricultores e de seu processo de experimentação, enfatizando a capacidade das comunidades locais de avaliar e expandir seu poder de inovação por meio da pesquisa e troca de experiência do agricultor para agricultor construindo relações mais horizontais.

A partir da década de 1990 a agroecologia também se incorpora nas bandeiras de luta dos movimentos camponeses como estratégia de desenvolvimento e soberania alimentar. Assim, começa a ganhar vida o movimento social da agroecologia que possui quatro principais razões que são compatíveis com a agenda dos movimentos sociais rurais: a

agroecologia é mobilizadora, pois necessariamente requer a participação dos agricultores em sua difusão; é uma abordagem culturalmente assimilável, pois se baseia nos conhecimentos tradicionais das populações do campo promovendo diálogo entre os saberes; promove técnicas economicamente viáveis enfatizando conhecimentos indígenas, a biodiversidade natural e os recursos locais, evitando a dependência externa; e a agroecologia evita modificar os sistemas de produção existentes promovendo seu melhor desempenho e eficiência a partir da otimização da biodiversidade e das sinergias (ALTIERI, 2012).

Para estabelecer uma racionalidade mais ecológica na produção agrícola é necessário um entendimento mais profundo da natureza dos agroecossistemas e dos princípios que os regem. Então, para Altieri (2012), a agroecologia disponibiliza os princípios ecológicos básicos sobre como estudar, projetar e manejar agroecossistemas que sejam, ao mesmo tempo, produtivos e conservem os recursos naturais. Ela extrapola a visão unidimensional dos agroecossistemas buscando abarcar um entendimento dos níveis ecológicos juntamente com as inter-relações entre seus componentes e a dinâmica complexa dos processos ecológicos.

Nessa perspectiva são os agroecossistemas considerados a unidade de análise dos atores envolvidos na construção da agroecologia. Essa noção rejeita a perspectiva da agricultura industrializada que considera apenas a cultura de interesse e nada mais, não visualizando as interações e interdependência dos elementos da paisagem agrícola. Para Gliessman (2001), um agroecossistema é o local de produção agrícola, uma propriedade, por exemplo, que é compreendido como um ecossistema. O conceito de agroecossistema proporciona uma estrutura de análise do sistema de produção de alimentos como um todo, incluindo as complexas relações entre as partes que o compõem.

Altieri (2012) também fala de agroecossistemas como “comunidades de plantas e animais interagindo com seu ambiente físico e químico que foi modificado para produzir alimentos, fibras, combustíveis e outros produtos para consumo e utilização humana.” Assim, a agroecologia é o estudo holístico dos agroecossistemas que abrange todos os seus elementos, tanto ambientais como humanos.

O manejo dos agroecossistemas deve ser sempre melhorado de modo que torne a produção cada vez mais sustentável, por isso são aplicados alguns princípios ecológicos à esses sistemas: aumentar a ciclagem de biomassa para criar um fluxo equilibrado de nutrientes; assegurar o solo com condições favorável ao crescimento de plantas; minimizar as perdas decorrentes do fluxo de radiação solar, ar e água; promover a diversificação inter e intraespécies no tempo e espaço; e aumentar as interações biológicas e sinergismos entre os componentes da biodiversidade (REINJNTJES *et al.*, 1992 *apud* ALTIERE, 2012).

A agroecologia consegue disponibilizar conhecimento, metodologia e prática necessárias para se alcançar um modelo de agricultura que seja adequada ambientalmente, socialmente e economicamente às necessidades da sociedade. Seu maior objetivo é a integração de seus componentes buscando aumentar a eficiência biológica, a preservação da biodiversidade e a manutenção da capacidade produtiva dos agroecossistemas. A ideia é construir um agroecossistema que consiga reproduzir a estrutura e as funções dos ecossistemas naturais locais, ou seja, altamente diversificado, com solo biologicamente ativo, com controle natural de pragas, reciclagem de nutrientes e cobertura do solo para prevenir a perda de recursos (ALTIERE, 2012).

Por isso, dentro da agroecologia estão os quintais agroflorestais, como exemplos de SAF's, que representam a expressão de um modelo de agricultura que busca a máxima integração de seus componentes assim como uma diversificação considerável de elementos que juntos se constituem em um agroecossistema que possui diversas funções ambientais e socioculturais, que vão desde a produção de alimentos saudáveis até a conservação da biodiversidade. Daí, nosso interesse em aprofundar os estudos sobre essas formas de agricultura ecológica tão presentes na região amazônica.

2.3 SAF'S: O CASO DOS QUINTAIS AGROFLORESTAIS

Existem muitas definições de Sistemas Agroflorestais que podemos encontrar na literatura nacional e internacional, porém qualquer que seja a definição utilizada é consenso entre estas que o SAF representa o uso integrado da terra, otimizando os efeitos benéficos das interações existentes entre os componentes do sistema. A seguir, algumas definições que irão orientar nossa construção sobre as práticas agroecológicas encontradas no respectivo estudo.

Sistema agroflorestal é um nome genérico que se utiliza para descrever sistemas tradicionais de uso da terra amplamente utilizados, nos quais árvores são associadas no espaço e/ou no tempo com espécies agrícolas anuais e/ou animais. Combinam-se, na mesma área, elementos agrícolas com elementos florestais, em sistemas de produção sustentáveis (ALTIERI, 2012).

Os sistemas agroflorestais – SAF's, são formas de uso e manejo da terra, nas quais árvores ou arbustos são utilizados em associação com cultivos agrícolas e/ou animais, numa mesma área, de maneira simultânea ou numa sequência temporal (DUBOIS, 1996).

Segundo Altieri (2012) os SAF's incorporam quatro principais características:

- 1- Estrutura – o SAF combina plantas e animais numa mesma área e ao mesmo tempo, contrário à agricultura e silvicultura moderna que padronizam a paisagem agrícola buscando separar os elementos, esperando assim obter maior rendimento na produção através da especialização em determinado cultivo;
- 2- Sustentabilidade – o SAF proporciona a otimização dos efeitos benéficos das interações de seus componentes, já que se trata de um sistema com estrutura integrada. Os ecossistemas naturais são modelos com a aplicação de suas características ecológicas aos sistemas produtivos, assim mantêm-se a produtividade ao longo do tempo sem degradar a terra;
- 3- Aumento da produtividade – o SAF proporciona o aumento das relações de complementaridade entre os componentes melhorando suas condições de crescimento e uso eficiente dos recursos naturais como água, solo, luz.
- 4- Adaptabilidade socioeconômica/cultural – o SAF pode ser aplicado em uma ampla faixa de tamanho de propriedade, mas seu potencial é conhecido com os pequenos produtores de áreas pobres nos trópicos. Eles não possuem condição de adotar tecnologias agrícolas modernas que possuem alto custo e também não são compatíveis

com as características do agroecossistema, assim os SAF's são altamente eficientes para elas devido sua adaptabilidade.

Podem ser classificados de acordo com a estrutura do sistema, função, escala socioeconômica, nível de manejo e distribuição ecológica, e estruturalmente podem ser agrupados em: agrossilviculturais, sistemas silvipastoris, sistemas agrossilvipastoris e sistemas de produção florestal de múltiplo uso (ALTIERI, 2012).

Como vantagem ambiental, Altieri (2012) destaca o uso mais eficiente dos recursos naturais, o aproveitamento e reciclagem de nutrientes, a proteção do solo, a relação com o microclima, a diversificação que reduz naturalmente o ataque de pragas e doenças, entre outras vantagens que diminuem ou evitam completamente danos e degradação ambiental relacionada aos cultivos.

Já as vantagens socioeconômicas, também destacadas por Altieri (2012), colocam que a eficiência ecológica aumenta a produção por unidade de área, os componentes ou produtos do sistema podem ser utilizados como insumo na produção de outros diminuindo gastos com insumos comerciais e a dependência externa, a diversidade possibilita a obtenção de produtos durante todo o ano gerando oportunidade de trabalho e renda de forma regular diminuindo riscos de condições desfavoráveis, a produção pode ser tanto para autossuficiência quanto para o mercado, a escolha dos produtos e de seu manejo é de acordo com a possibilidade econômica e de conhecimentos da própria família a realizar o trabalho, entre outras vantagens.

Na Amazônia as práticas dos SAF's já existem há muito tempo, pois foram desenvolvidas pelas comunidades indígenas, ribeirinhas e caboclas, buscando sua subsistência. A grande maioria desses sistemas de produção praticados na região pela população tradicional nunca foram bem descritos e até correm o risco de serem perdidos (DUBOIS, 1996).

A recuperação dessas experiências para sistematizá-las e multiplicá-las é fundamental para o desenvolvimento de uma agricultura sustentável, principalmente na Amazônia, onde o modelo de agricultura industrial é representado pela pecuária extensiva e mais recentemente pela implantação de monocultivos para produção de biodiesel, pois a formação de pastagens e cultivos heterogêneos exige a destruição de grandes extensões de floresta nativa (DUBOIS, 1996).

Um exemplo de sistemas agroflorestais presentes principalmente nos trópicos são os quintais agroflorestais. Eles são quintais domésticos altamente eficientes no uso da terra e que incorporam diversas culturas com diferentes hábitos de crescimento. O resultado é de uma estrutura semelhante às florestas tropicais configurada em estratos e podendo conter até mais de 100 espécies vegetais por quintal, fornecendo produtos como alimento humano, animal,

material lenhoso, medicinal, ornamental e outros benefícios como serviços ambientais (ALTIERI, 2012).

Uma casa cercada por palmeiras, goiabeiras, mangueiras, cajueiros, com flores plantadas em latas, além de plantas medicinais que crescem na sombra de bananeiras e dividem espaço com galinhas ciscando no terreiro atrás de insetos, folhas e frutas, um jirau suspenso com hortaliças para consumo da família, mulheres e crianças fazendo alguma tarefa relacionada à manutenção da casa e da família, como lavar louça ou roupa, ou mesmo descascando mandioca. Essa é uma imagem familiar a quase todos os habitantes da Amazônia e retrata um típico ambiente de quintal agroflorestral da região.

O quintal agroflorestral é uma área de produção, localizada perto da casa, onde é cultivada uma mistura de espécies agrícolas e florestais, envolvendo também a criação de pequenos animais domésticos (galinhas, patos, porcos, gatos e cachorros) ou animais domesticados (paca, capivara, porco do mato) (DUBOIS, 1996).

Essa é uma definição de quintal agroflorestral, que na Amazônia também é conhecido como terreiro, miscelânea, horta familiar ou mesmo simplesmente como quintal. Na realidade amazônica os quintais agroflorestrais fornecem uma complementação importante de alimentos e outros recursos para a subsistência, também podendo aumentar a renda familiar.

Para Dubois (1996) os quintais agroflorestrais possuem algumas características importantes. A primeira é a localização do quintal que sempre está situado perto da moradia da família. Geralmente, ele está situado nos fundos da casa sendo acessado pela porta da cozinha, mas também pode se estender pelas laterais da residência até a entrada da casa, podendo servir também como espaço de conversas e lazer da família e da vizinhança.

Os quintais agroflorestrais também são caracterizados por uma imensa variedade de plantas e seus usos múltiplos. São espécies herbáceas, arbustivas ou arborescentes que juntas formam vários estratos. Também há, quase sempre, a presença de pequenos animais como galinhas, patos e porcos criados livremente ou com seu espaço delimitado no quintal. É comum ter áreas reservadas para produção de hortaliças, temperos e plantas medicinais, que muitas vezes são cultivadas em jiraus suspensos. A diversidade de componentes do quintal agroflorestral assegura uma produção variada de alimentos e outros produtos durante todo o ano (DUBOIS, 1996).

Também podemos considerar que os quintais agroflorestrais possuem a característica de servirem como espaço para experimentar novas espécies e novas técnicas. É no quintal que se

introduz e observa uma nova espécie vegetal ou animal trazida de outra localidade com a finalidade de domesticação. É comum ver nos quintais técnicas de propagação vegetativa, produção de adubo orgânico, poda e enxertia (DUBOIS, 1996).

Nas comunidades onde o desmatamento ainda não extinguiu a vegetação nativa da Amazônia, os quintais agroflorestais geralmente não ultrapassam mais de um hectare já que as populações tradicionais retiram da própria floresta e das capoeiras mais velhas muitos dos produtos que são utilizados para a sua subsistência. Mesmo assim, muitas espécies cultivadas nos quintais são trazidas da floresta para mais perto da casa facilitando a colheita. Assim, a formação e manutenção do quintal agroflorestal também ajuda na preservação da biodiversidade da região (DUBOIS, 1996).

Em suas observações feitas a partir do estudo da comunidade de pequenos produtores rurais de Pernambuco, Heredia (1979) descreveu um típico modelo de quintal agroflorestal encontrado nas unidades familiares nordestinas:

O terreiro dos fundos da casa está destinado fundamentalmente às aves domésticas e ao chiqueiro de porcos; é também ali que as cabras passam a maior parte do dia. Em algum setor desse espaço, as mulheres lavam a louça e fazem a higiene das crianças. Muitas vezes encontram-se neste local algumas árvores frutíferas, mas de tipo diferente das plantadas na frente da casa. Nos fundos, frequentemente, estão os mamoeiros e bananeiras, enquanto na frente são plantadas mangueiras e jaqueiras, árvores que propiciam abundante sombra e possuem um ciclo de vida maior (HEREDIA, 1979).

Mesmo partindo de outra realidade é possível perceber elementos comuns nos quintais amazônicos e nordestinos, como por exemplo, as árvores de espécies frutíferas e a criação de pequenos animais para consumo, que variam de uma região para outra mas que possuem a mesma finalidade para as famílias.

Segundo Miranda (2011) os quintais agroflorestais são exemplos de sistemas que apresentam custo de manutenção reduzido e podem aliar a produção de alimentos à conservação dos recursos naturais, proporcionando uma utilização mais eficiente dos fatores ambientais como luz, água e nutrientes com uma oferta diversificada de produtos durante todo o ano.

Outro elemento fundamental sobre os quintais agroflorestais é a predominância do trabalho feminino. Segundo Rosa *et al* (2007) todos os membros da família participam da implantação e manejo dos quintais, porém as mulheres conduzem essas atividades assumindo

o papel central desde a tomada de decisões até a execução das práticas, sendo as principais responsáveis pela manutenção dos quintais agroflorestais.

É comum encontrar na literatura uma abordagem sobre os aspectos econômicos e ambientais dos quintais agroflorestais, para, além disso, Murrieta & Winklerprins (2003) propõem a construção de uma perspectiva que dê atenção às múltiplas dinâmicas sociais por trás das práticas realizadas nesses espaços.

As mulheres agricultoras possuem uma relação íntima com seus ambientes físicos, especialmente os quintais agroflorestais, estabelecendo vínculos profundos e complexos que se refletem na família e comunidade, necessitando ser mais bem estudados e sistematizados pela academia no intuito de captar as implicações dessas relações na vida cotidiana da agricultura familiar amazônica (MURRIETA & WINKLERPRINS, 2003).

2.4 A MULHER NA AGRICULTURA

O marxismo nos permite uma análise crítica acerca das relações sociais, dentro de uma perspectiva de totalidade que não permite fragmentar a realidade, ao contrário, busca ir para além do aparente, sem esquecer a essência dos fenômenos sociais e suas determinações.

Assim, a teoria social marxista permite ao movimento feminista e aos estudos de gênero que estes se instrumentalizem para desnaturalizar as opressões a que estão submetidas as mulheres, pois é um método de conhecimento da realidade que considera suas determinações sociais, econômicas, políticas e culturais (CISNE, 2013).

Ainda segundo Cisne (2013), essa teoria expõe bases materiais concretas que determinam a subordinação da mulher, possibilitando sua desnaturalização dentro de um processo gerado nas e pelas relações sociais em contextos socioeconômicos determinados, ou seja, a tradição marxista faz uma ruptura real com o conservadorismo, pois analisa criticamente a subordinação da mulher, percebendo suas determinações reais e não apenas aparentes.

Segundo Engels (2010) a subordinação da mulher se inicia com a instituição da propriedade privada, quando a força de trabalho começa a produzir excedente sobre os gastos de sua manutenção. A criação de gado, a elaboração dos metais, a arte dos tecidos e inclusive a agricultura, geraram uma riqueza até então desconhecida, criando relações sociais inteiramente novas.

O direito materno, que contava a descendência a partir da linha feminina, privilegiava a herança dos bens de um proprietário em primeiro lugar aos seus irmãos e irmãs e seus filhos/as ou aos descendentes das irmãs de sua mãe, quando seus próprios filhos/as ficavam deserdados/as. Então, à medida que as riquezas iam aumentando, também aumentava a importância da posição do homem dentro da família, se tornando superior à mulher, fazendo nascer a ideia de se valer dessa vantagem para modificar a ordem de herança estabelecida em proveito de seus filhos, já numa sociedade monogâmica (ENGELS, 2010).

Assim nasce a sociedade patriarcal, que segundo Engels (2010), se caracteriza pela organização de determinado número de indivíduos, livres ou não (a escravidão já era conhecida na humanidade) dentro de uma família, esses indivíduos são submetidos ao poder de seu chefe, um homem. Havendo abolido a filiação feminina e o direito hereditário materno, o patriarcado institui a filiação masculina e o direito hereditário paterno, que para além da ordem de herança modificou profundamente as relações sociais entre homens e mulheres, como descrito a seguir:

O desmoronamento do direito materno foi *a grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo*. O homem apoderou-se também da direção da casa; a mulher viu-se degradada, convertida em servidora, em escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de procriação. Essa degradada condição da mulher, (...) tem sido gradualmente retocada, dissimulada e, em certos lugares, até revestida de formas de maior suavidade, mas de maneira alguma suprimida (ENGELS, 2010).

Para Bourdieu (2012) a dominação masculina se alicerça no que ele chama de divisão social do trabalho, que acaba sendo também a divisão sexual, já que é uma:

Distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou no interior desta, entre a parte masculina, como o salão, e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, a jornada, o ano agrário, ou o ciclo de vida, com momentos de ruptura, masculinos, e longos períodos de gestação, femininos (BOURDIEU, 2012).

A “máquina simbólica”, como ele chama e que é a ordem social estabelecida, ratifica a dominação masculina colocando a visão androcêntrica como neutra e sem necessidade de discursos que a legitimem, evidenciando o fato de que a força da ordem masculina dispensa justificáveis. O mundo social constrói o corpo como depositário de visões e divisões, então as diferenças biológicas entre os *sexos*, entre o corpo feminino e masculino, podem e são utilizadas como uma justificativa natural de uma diferença que foi construída socialmente entre os *gêneros*, principalmente na divisão social (ou sexual) do trabalho (BOURDIEU, 2010).

Para além do determinismo biológico, mas ainda sobre a subordinação da mulher, Simone de Beauvoir já colocava o fato de que, de forma geral, em todas as sociedades, as mulheres encontram-se subordinadas aos homens, e que esta situação está relacionada à distinção mantida, nessas sociedades, entre os atributos da natureza e da cultura (BEAUVOIR, 2002).

Segundo Ortner (1979) natureza e cultura são distintas e também hierarquizadas, pois a cultura seria superior por sua capacidade de transformar as condições naturais segundo os propósitos humanos. E as mulheres passaram a ser identificadas como seres mais próximos à natureza do que à cultura, por sua fisiologia e papel social ligado à maternidade. Assim, à mulher é atribuída uma universalidade de subordinação, uma desvalorização universal

impressa a partir da ideologia, esquemas simbólicos e classificações socioculturais da sociedade moderna.

Isso acontece mesmo no universo rural onde mulheres, homens e natureza são tão interligados, mas onde essa inferiorização feminina se reproduz e invisibiliza o trabalho da mulher, principalmente o que está relacionado com o trato da própria natureza.

E sobre a perspectiva de gênero no estudo das relações sociais do mundo rural Mello & Di Sabbato (2007) falam da “emergência de analisar os papéis sociais das mulheres e homens na sociedade compreendendo as desigualdades e desenvolvendo como um de seus componentes analíticos centrais a assimetria de poder”. É necessário ampliar o conceito de gênero para além da percepção de que é apenas a consideração dos papéis socialmente atribuídos a mulheres e homens e que é preciso uma abordagem transversal e multidisciplinar, que desenhe um quadro geral do papel feminino na sociedade e no caso particular do meio rural.

Ainda Mello & Di Sabbato (2007) falam da divisão sexual do trabalho, na cidade e no campo, sendo necessária uma abordagem transversal e multidisciplinar do tema, como colocado a seguir:

Utilizar o termo divisão sexual do trabalho possibilita a subestimação das atividades realizadas pelas mulheres na família, contribuindo para a percepção da invisibilidade do trabalho feminino. Além do mais é necessário ir além, introduzindo a questão da classe social, da raça/cor e etnia, corte geracional, dos direitos de propriedade, do acesso a terra, da distribuição do poder na sociedade, como os múltiplos estudos de gênero têm difundido (MELO & DI SABBATO, 2007).

A divisão sexual do trabalho observada em uma comunidade de pequenos produtores rurais no interior de Pernambuco e descrita por Heredia (1979) mostra o que é comum a tantas outras comunidades em todo o Brasil e no mundo:

(...) pai de família é quem deve prover o consumo coletivo dos membros do grupo... E como os bens necessários ao consumo são fornecidos pelo roçado é ele o responsável pelas atividades que se realizam no mesmo. Desta forma, o lugar do homem é no roçado, enquanto o da mulher, mãe de família, é a casa. Cabe à ela a organização e o controle das atividades vinculadas à casa (...)

Segundo Cisne (2012) “essa divisão segmenta os trabalhos de homens e mulheres e hierarquiza tais trabalhos de forma a subalternizar os considerados naturalmente femininos em

relação aos considerados naturalmente masculinos.” A divisão sexual do trabalho é reflexo do sistema capitalista patriarcal que divide o mundo social entre esfera reprodutiva, associada aos cuidados com a casa e a família e conferida às mulheres por excelência, e esfera produtiva, associada à produção de bens e serviços que garantem a perpetuação da economia capitalista, essa sendo conferida ao homem.

Porém, as mulheres vêm ocupando espaço na esfera produtiva a partir da conquista de direitos igualitários como acesso à educação, ao mercado de trabalho, entre outros, que permitiram dar maior visibilidade e importância ao seu papel na sociedade. E mesmo assim, a herança da divisão sexual do trabalho confere às mulheres um baixo prestígio social e as submete aos trabalhos mais precarizados e desvalorizados, muitas vezes nem os considerando trabalho (CISNE, 2012).

Para reverter a invisibilidade do trabalho, no caso das mulheres agricultoras, em geral, têm-se enfatizado a necessidade de colocar recursos para melhorar as condições da produção nas mãos delas. Sabe-se que a grande maioria das políticas públicas de apoio ao desenvolvimento rural, como crédito e assistência técnica, ainda são registrados e administrados pelos “chefes de família”, no caso os homens beneficiários (SILIPRANDI, 2003).

Mas em muitas comunidades de agricultura familiar, essas políticas públicas nem chegaram ainda e a divisão sexual do trabalho continua a ser reproduzida pelas novas gerações. E quando há o questionamento sobre porque essa divisão continua em vigor:

Invariavelmente a resposta (dos agricultores) era que isto sempre havia ocorrido, que era o que seus pais faziam e que seus filhos, sem dúvida, continuariam fazendo no futuro. Trata-se, pois, de uma espécie de modelo “natural” que é transmitido de pais para filhos (HEREDIA, 1979).

Na agricultura existe uma segregação muito clara entre o espaço privado e público que se traduz na relação casa – roça, onde mulheres e homens possuem papéis diferentes no desempenho de tarefas específicas, sendo que além da distinção também existe a hierarquização ditando o que é ou não trabalho.

“A oposição casa – roçado delimita a área do trabalho e do não-trabalho, assinalando os lugares feminino-masculino relativos a essa divisão.” Segundo Heredia (1979), cabe ao homem como provedor ser o responsável pelo trabalho ligado à terra, num circuito que inclui responsabilidade com o processo de produção, venda dos produtos e inclusive a compra dos

bens necessários para o consumo familiar. À mulher cabe o papel de organizadora das atividades relacionadas à casa, e que por estarem ligadas ao consumo, não são consideradas trabalho.

Mesmo na casa o homem é sempre quem possui a autoridade maior sobre a mulher e os filhos, havendo então um “esquema de autoridade doméstica”, pois é ele quem trabalha, é ele quem vende os produtos do roçado que possibilitam que ele adquira os alimentos para a família consumir (HEREDIA, 1979).

As mulheres não são reconhecidas e consideradas como produtoras rurais, seu trabalho sempre é visto como uma “ajuda”, tanto na administração da casa como no trabalho no roçado, ou seja, nunca tem a mesma importância que o trabalho realizado por um homem. No roçado as mulheres podem até realizar o mesmo tipo de trabalho que os homens, na semeadura, na limpeza dos plantios ou na colheita, mas estão sempre subordinadas à orientação e supervisão de um homem, então o caráter de seu trabalho é dado como “ajuda”. As mulheres devem ainda estar sempre dispostas a ajudar nessas tarefas, senão ainda são consideradas preguiçosas (HEREDIA, 1979).

Aproximando o debate da realidade amazônica, ressaltamos o trabalho de Maués (1993) sobre as atribuições da mulher e do homem em uma comunidade rural na região de Vigia – PA. A atuação da mulher está relacionada à esfera interna, ao âmbito doméstico da comunidade, representada por setores considerados menos importantes para a manutenção do sistema de vida da comunidade. Já o homem atua na esfera externa, além dos limites domésticos e da própria comunidade, desempenhando funções mais importantes. Assim, a oposição entre domínio privado e público, sendo o primeiro próprio da mulher e o segundo do homem, fica evidente mais uma vez.

Diferente do que comumente é encontrado nas comunidades rurais, o trabalho com a terra, na roça, é delegado à mulher, que é a grande provedora dos produtos agrícolas, principalmente, a farinha, enquanto o homem possui outra tarefa, a pesca. Porém, entre as duas atividades também se constrói uma hierarquia, a pesca, como uma atividade masculina, é mais importante para as famílias e para a comunidade como um todo do que a agricultura, que é uma atividade de domínio feminino (MAUÉS, 1993).

A partir da divisão sexual do trabalho verificada nessa comunidade, apesar da especificidade das funções atribuídas à mulheres e homens, continua existindo a segregação do trabalho da mulher, visto como atividade de subsistência, por isso na maioria das vezes nem considerado trabalho, e o trabalho do homem, visto como atividade produtiva, de mercado e por isso mais importante.

A exclusão da mulher da atividade pesqueira é determinada por elementos simbólicos relacionados à fisiologia feminina, buscando legitimar assim um controle sobre a mulher e seu corpo, além de elementos ideológicos, impondo limites para sua atuação social. Caso a mulher tivesse acesso à esse domínio poderia até mudar sua posição dentro do sistema social, então as proibições vêm no sentido de separar e afastar ela dessa possibilidade, já que a dependência feminina em relação ao homem, além de ter sido socialmente estabelecida, também está vinculada ao fato de que a pesca é a única atividade rentável em termos econômicos na comunidade (MAUÉS, 1993).

As proibições impedem as mulheres de atuar na pesca transformando-a numa atividade de domínio privilegiado de apenas um grupo, os homens. Sendo a pesca crucial para a relação da comunidade com o meio natural e assumindo importância social e ideológica na comunidade, o homem ganha um *status* superior na sociedade em que vive (MAUÉS, 1993).

Na esfera do poder há a exclusão total da mulher no que se refere a qualquer atuação efetiva, pois todas as decisões são tomadas apenas entre os homens, únicos membros dos grupos políticos. Essa posição superior do homem reflete e contribui para reafirmar a posição que ele ocupa no sistema global em relação à mulher, reproduzida na comunidade de Itapúa (MAUÉS, 1993).

Mesmo que ainda exista uma ordem social que force a mulher a ser vista nas sombras do trabalho e que é reproduzida também nas comunidades de agricultores familiares, segundo Siliprandi (2013) enquanto as estatísticas seguem ignorando o trabalho das mulheres e acentuando a sua invisibilidade, diversos estudos têm mostrado que elas desenvolvem suas atividades produtivas em vários contextos sócio-econômico-culturais da agricultura familiar, reconhecendo sua participação diferenciada nas atividades agrícolas, nas atividades de coleta, na pesca, reconhecem ainda em unanimidade, que a casa, comumente caracterizada como espaço doméstico, que inclui o quintal, a criação animal, constitui-se sim como um espaço produtivo e gerador de renda, com significativa participação das mulheres.

Nosso trabalho busca desconstruir a invisibilidade e pouca ou nenhuma importância do trabalho da mulher no meio rural. Pretendemos mostrar que, principalmente no caso dos quintais agroflorestais, é o trabalho da mulher no manejo desse espaço que garante uma série de produtos e serviços fundamentais para a reprodução da agricultura familiar, inclusive mostrando-os como espaços produtivos também, sabendo que não só nos quintais o trabalho das mulheres é fundamental.

3. METODOLOGIA

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Nosso trabalho foi desenvolvido em cinco comunidades de famílias agricultoras dos municípios de Igarapé Açu e Marapanim, participantes do projeto “Raízes da Terra” em parceria com a Embrapa. São elas: comunidade Nova Olinda, comunidade Novo Brasil/Aparecida e comunidade Nossa Senhora do Rosário no município de Igarapé Açu, e comunidade São João e comunidade do Arsênio no município de Marapanim.

O município de Igarapé Açu pertence à mesorregião do nordeste paraense e à microrregião bragantina. Possui coordenada geográfica de 1°07'33” de latitude sul e 47°37'27” de longitude a oeste de Greenwich e fica distante 120 km da capital Belém, é importante ressaltar que fica às margens da extinta estrada de ferro. Apresenta população total de 35.887 habitantes, sendo 14.680 na zona rural e 21.207 na zona urbana, distribuídos em uma área territorial de 785,978 Km², com densidade demográfica de 45,66 habitantes por km². Delimita-se ao norte com os municípios de Maracanã e Marapanim, ao sul com o município de Santa Maria do Pará, ao leste com os municípios de Nova Timboteua e Santa Maria do Pará e ao oeste com os municípios de Castanhal e São Francisco do Pará (IBGE, 2010).

Igarapé Açu tem o mesmo perfil dos outros municípios da zona bragantina, sendo caracterizada pela agricultura itinerante de derruba e queima. Portanto os ecossistemas que representam o cenário do município podem ser descritos como áreas alteradas, compostas por capoeiras raras, ocupadas por pastagens e invadidas por juquira, além de apresentar inúmeras roças de mandioca de pequeno porte. A vegetação predominante é de floresta secundária. Nos inúmeros igarapés que cortam o município, encontram-se capoeiras mais antigas em suas margens (IBGE, 2010).

A bacia hidrográfica do município de Igarapé Açu é composta pelo rio Maracanã que nasce no município de Castanhal e corta Igarapé Açu, em direção ao sul/norte num percurso de 50 km, servindo de limites entre os municípios de Igarapé Açu, Nova Timboteua e Santa Maria do Pará. Ele é o receptor da grande maioria dos igarapés que estão presentes na rede hidrográfica de Igarapé Açu, sendo eles o igarapé das Panelas do Prata, o Noventa e Seis, o Limão, o Cumaru, o São João, o Tucumandeuá, o Sericueira, o Timboteua, o Tapiau, o Samuama, o Tintateua e o Tembua. Muitos desses igarapés hoje apresentam altos níveis de assoreamento e poluição (IBGE, 2010).

A topografia da área no que concerne à estrutura e o relevo atesta níveis baixos, entretanto, mais elevados que os de alguns outros municípios da microrregião Bragantina. A sede do município está a 39 metros de altitude. A geologia da região é similar a de toda a

Microrregião Bragantina, representada por sedimentos do Terciário Barreiras e pelo Quaternário Subatual e antiga. Em decorrência da estrutura geológica o relevo é bastante simples, representado pelos baixos tabuleiros do Grupo Barreiras, terraços do Quaternário Antigo e várzeas do Quaternário Recente (IBGE, 2010).

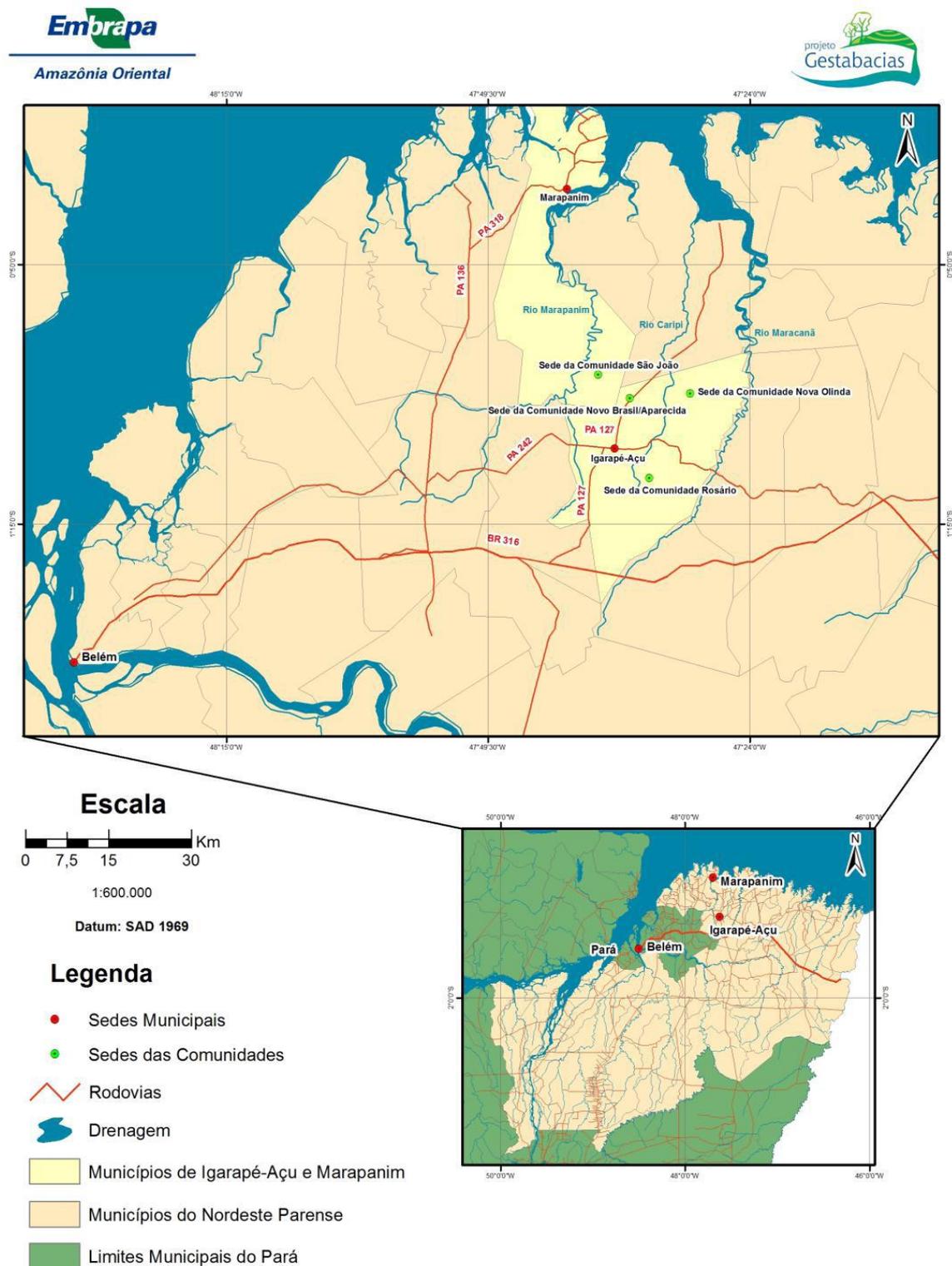
O clima é megatérmico úmido, tipo Am na classificação de Köppen, temperatura média, durante todo o ano, em torno de 25° C. A precipitação anual é elevada e atinge 2.350 mm, com forte concentração de janeiro a junho e mais rara de julho a dezembro, sendo que a umidade relativa do ar chega próximo de 85% (IBGE, 2010).

Já o município de Marapanim está localizado a 00° 43' 03" de latitude sul e 47° 41' 59" de longitude a oeste e fica distante 142 km da capital Belém. Apresenta uma população total de 26.602 habitantes, distribuídos entre zona rural com 14.901 habitantes e zona urbana com 11.704 habitantes em uma área territorial de 795,983 Km² com densidade demográfica de 33,42 habitantes por km². Delimita-se a leste com o município de Curuçá e ao norte com o município de Igarapé Açu. As características bioedafoclimáticas do município de Marapanim estão dentro do padrão previsto para a região bragantina sem muito detalhamento na literatura (IBGE, 2010).

A seguir o mapa de localização da região, identificando os municípios e as comunidades. Apenas a comunidade do Arsênio não está identificada devido a falta de coordenadas exatas. Esse mapa foi originalmente publicado na dissertação de Ferreira (2012) que trabalhou na mesma área de nosso estudo.

Mapa 1. Localização da região nordeste paraense identificando os municípios e comunidades estudadas.

Fonte: Ferreira (2012)



Elaborado por: Arthur Rolim Marques

3.2 DESCRIÇÃO DO PROJETO

As comunidades de famílias agricultoras estudadas são: comunidade São João, comunidade Nossa Senhora do Rosário, comunidade Novo Brasil/Aparecida, comunidade Nova Olinda e comunidade do Arsênio localizadas nos municípios de Igarapé Açu e Marapanim.

Elas fazem parte da região nordeste paraense que foi uma das primeiras regiões da Amazônia a ser ocupada, sendo hoje também uma das mais degradadas, pois apresenta apenas 15% da mata primária de sua vegetação (OLIVEIRA & KATO, 2009). Lembrando que a colonização da Amazônia foi marcada por um violento processo de ocupação e degradação ambiental numa dinâmica de economia de fronteira, onde progresso era entendido apenas como crescimento econômico (VIEIRA, 2005).

Essas comunidades obtiveram a terra através de herança, compra ou concessão de uso para que pudessem produzir, principalmente, a mandioca. Essa produção ainda possui muita influência da prática de corte e queima, pois, segundo Oliveira & Kato (2009) a ocupação da Amazônia foi acompanhada de técnicas mais econômicas para preparo do solo na implantação das roças. Assim, a prática de corte e queima se tornou a alternativa mais compatível entre os recursos disponíveis na região e a condição econômica dos agricultores, pois aqui encontraram uma extensão territorial que permitia a agricultura itinerante e uma inoperância do Estado em prestar qualquer assistência que pudesse orientar o processo de produção.

O sistema corte e queima ainda é a alternativa mais econômica para a agricultura familiar realizar o preparo de área para o plantio na região da Amazônia Oriental. Porém, sabe-se que a adoção e reprodução dessa prática associada ao tempo de pousio reduzido vêm causando uma diminuição no potencial de produção de biomassa das capoeiras (vegetações secundárias) e acúmulo de nutrientes, provocando a diminuição da produção agrícola e degradação dessas áreas (KATO & KATO, 1999).

Para Kato & Kato (1999), essa prática possui efeitos negativos sobre o ecossistema. Com a queima da biomassa da capoeira e transferência de nutrientes para a atmosfera há a perda de nutrientes do solo, como carbono, nitrogênio e fósforo. Por isso é necessário construir uma alternativa a esse modelo de agricultura tradicional na região amazônica para tornar essa atividade sustentável.

Em 1991, a Embrapa Amazônia Oriental iniciou a busca por uma alternativa ao uso do fogo em parceria com instituições nacionais e internacionais, o que resultou no projeto Tipitamba (que na língua dos índios Tiriyo significa a roça abandonada ou a capoeira). Este projeto utiliza a técnica de corte e trituração da capoeira associada à implementação de

espécies semi-perenes e perenes, além de espécies anuais, assim implantando os SAF's, com objetivo de oferecer bens e serviços ao agricultor familiar, contribuindo para melhorar a produção e garantir maior sustentabilidade ao sistema (AZEVEDO *et al.* 00).

O projeto Tipitamba é descendente do projeto SHIFT² Capoeira. O projeto SHIFT Capoeira iniciou os estudos em busca de uma agricultura sem o uso do fogo e se desenvolveu a partir da cooperação técnica entre Brasil e Alemanha. Existiam três frentes de atuação do projeto SHIFT Capoeira: o SHIFT - Capoeira iniciado nos anos 90 pela Embrapa Amazônia Oriental, o SHIFT-Socioeconômico iniciado em 1995 pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos-NAEA da Universidade Federal do Pará-UFPA e o SHIFT-Pecuária iniciado em 1998, também pela Embrapa Amazônia Oriental. A partir de 2000, com o fim da cooperação técnica com a Alemanha, batizou-se como projeto Tipitamba (FERREIRA, 2012).

Então, em 2005 foi aprovado o projeto “Mudanças de práticas agrícolas, biodiversidade e capacitação: semeando alternativas agroecológicas para redução do desmatamento e das queimadas”, conhecido também por “Raízes da Terra”. Ele foi submetido ao edital PDA/PADEQ do Ministério do Meio Ambiente por meio de uma parceria com o projeto Tipitamba, onde ações participativas foram implementadas juntamente com a pesquisadora Dra. Maria do Socorro de Andrade Kato (*in memorian*). O projeto “Raízes da Terra” abrange famílias de agricultores/as, distribuídas nas comunidades rurais dos municípios de Igarapé Açu e Marapanim, estado do Pará (AZEVEDO *et al.* 00).

Assim, o projeto “Raízes da Terra” surgiu da necessidade de validação e aperfeiçoamento das tecnologias desenvolvidas como alternativas sustentáveis à agricultura de corte e queima, que se deu através das atividades participativas do Projeto Tipitamba (FERREIRA, 2012).

O projeto “Raízes da Terra” tem como principal objetivo buscar e implementar alternativas baseadas em princípios agroecológicos à agricultura de derruba e queima, com vista ao uso sustentável da terra, a melhoria da situação dos agricultores/as familiares e a recomposição da paisagem agrícola da região. Entre as suas metas está a implementação, por cada família envolvida no projeto, de um hectare de Unidade Demonstrativa de SAF's (AZEVEDO *et al.* 00).

Nesse sentido, segundo Ferreira (2012) com a adesão das famílias ao projeto “Raízes da Terra” percebesse uma mudança de práticas e variação maior de produtos agrícolas, inclusive pelo incentivo de implantação de SAF's nas propriedades, o que permite a transição para práticas e modelos de agricultura mais sustentáveis. Isso através da busca de alternativas baseadas em princípios agroecológicos com o uso sustentável da terra, reduzindo a

dependência do uso de insumos externos, recompondo a paisagem agrícola através da implantação de sistemas agroflorestais, além de ações participativas que buscam consolidar as técnicas alternativas ao uso do fogo no preparo de área para plantio.

Sobre a organização social, todas as comunidades colaboradoras do projeto “Raízes da Terra” possuem associações que contribuem para o andamento das atividades do projeto, mas também para a organização como um todo das famílias da comunidade, atuando nas festas religiosas, festivais de música, cultura, entre outros. Algumas são mais ativas do que outras no sentido organizativo e propositivo, algumas possuem dificuldade em dar andamento às atividades. Isso acaba se refletindo na participação das atividades do próprio projeto.

3.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para obtenção das informações necessárias foi realizado levantamento de dados a partir dos métodos de pesquisa bibliográfica, de observação direta em campo, da aplicação de questionários e da turnê guiada pelos quintais agroflorestais. Foram selecionadas algumas famílias dentro das comunidades mencionadas anteriormente para aplicação da metodologia de pesquisa. Essa seleção se deu a partir do banco de dados do próprio projeto e de trabalhos anteriormente realizados na região, ressaltando que todas as famílias são colaboradoras do projeto “Raízes da Terra”.

A pesquisa bibliográfica, que segundo BONI & QUARESMA (2005) é um acervo sobre os principais trabalhos científicos já realizados sobre o tema e região escolhidos, sendo de grande importância por fornecer dados atuais e relevantes e podendo abranger publicações avulsas, livros, jornais, revistas, vídeos, internet, entre outros, foi utilizada durante todo o período da pesquisa.

A observação em campo, que também é considerada uma coleta de dados para conseguir informações sobre determinados aspectos da realidade, foi realizada entre os meses de setembro e dezembro de 2013. Ela ajuda o pesquisador a “identificar e obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento” (BONI & QUARESMA, 2005 apud LAKATOS, 1996:79). Essa metodologia de pesquisa também obriga o pesquisador a ter um contato mais direto com a realidade. Esta técnica também pode ser denominada de observação sistemática, e o pesquisador procura recolher e registrar os fatos da realidade sem a utilização de meios técnicos especiais, ou seja, sem planejamento ou controle. Geralmente este tipo de observação é empregado em estudos exploratórios sobre o campo a ser pesquisado (BONI & QUARESMA, 2005).

Essa observação direta foi efetivada em todos os agroecossistemas visitados, registrando a casa, o quintal e a família durante as entrevistas. Além disso, também houve maior convivência com algumas famílias da comunidade do Arsênio, onde permanecemos durante duas semanas para fazer a pesquisa, já que a comunidade é mais distante que as outras. Essa convivência maior possibilitou o registro de detalhes do cotidiano familiar, destacando as atividades relacionadas à mulher e ao quintal agroflorestal.

Já a entrevista semi-estruturada, que no caso foi inserida no questionário aplicado às famílias, combina perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema. Assim, consegui seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal. A principal

vantagem é que essa técnica quase sempre produz uma melhor amostra da população de interesse (BONI & QUARESMA, 2005).

A aplicação dos questionários (com modelo em anexo) foi realizada em todas as famílias visitadas. A estrutura do questionário baseou-se na ferramenta MESMIS de avaliação de sustentabilidade em agroecossistemas familiares, testada e descrita por Silva (2009) na região sudeste do Pará, e buscou contemplar os aspectos produtivos, econômicos, sociais, culturais entre outros da família e do agroecossistemas como um todo, destacando o quintal agroflorestal.

O questionário consegue atingir várias pessoas ao mesmo tempo obtendo um grande número de dados, podendo abranger uma área geográfica mais ampla se for este o objetivo da pesquisa. Geralmente, através do questionário, obtêm-se respostas rápidas e precisas. Mesmo sofrendo muitas críticas o questionário continua sendo muito utilizado nas diversas áreas. (BONI & QUARESMA, 2005).

A turnê guiada possibilitou conhecer melhor o quintal agroflorestal a partir de uma caminhada junto à um membro da família, quase sempre a mulher, onde foram levantadas e identificadas as espécies ali presentes. A diversidade vegetal e animal, no caso de domesticados e criações, foi registrada a fim de construir uma caracterização desses quintais. Também foram coletadas informações sobre a finalidade de uso, a produção, entre outros aspectos das espécies encontradas nos quintais.

Por fim, também utilizamos o recurso de notas etnográficas, registrando alguns diálogos, principalmente com as mulheres entrevistadas e após a aplicação dos questionários, deixando-as mais livres para comentar questões gerais sobre os espaços do quintal, da casa, da roça, bem como das tarefas e da família. As notas gravadas foram transcritas em trechos inseridos no corpo da dissertação sem identificação das pessoas que as forneceram.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 QUE AGRICULTORAS E AGRICULTORES FAMILIARES SÃO ESSES?

A partir de um estudo sobre a diversidade social e a sustentabilidade ecológica na Amazônia, Lima & Pozzobon (2005) apontam que “a pressão de uso que um grupo social impõe ao meio ambiente é determinada por uma combinação de fatores de ordem territorial e geográfica, econômica e cultural”. Por isso a categoria índio não está necessariamente associada à sustentabilidade e a categoria “branco” à insustentabilidade. E também não se pode reproduzir o discurso de que populações qualificadas como “pobres”, como ribeirinhos e migrantes, associam a pobreza à degradação ambiental, como expresso no Relatório Brundtland da ECO 92.

Na conclusão do estudo, Lima & Pozzobon (2005) reconhecem que foi atribuído menor impacto ecológico às categorias sociais que estão mais distantes da lógica de economia de mercado, como ribeirinhos e pequenos agricultores. São esses grupos que apresentam uma relação diferenciada com o território e entre si, pois sua produção tem como objetivo garantir o consumo dos membros da família e é essa satisfação das necessidades de consumo que influencia a pressão de uso sobre o meio ambiente. A relação dessas categorias sociais com a economia de mercado globalizado está associada ao sustento do grupo familiar, assim a visão sobre a conservação tem o sentido de garantia da manutenção de seu modo de vida.

As comunidades estudadas por nós estão inseridas na lógica de mercado, inclusive para garantir sua reprodução social e econômica, mas conseguem reunir uma série de características da agricultura familiar descrita por Chayanov (1981) e da categorização dos sujeitos sociais descrita por Lima & Pozzobon (2005) podendo contribuir com suas práticas para preservar a biodiversidade amazônica, ressaltando-se o importante papel dos quintais agroflorestais nesse processo de preservação.

Descrevemos na metodologia que as famílias selecionadas para contribuir com este trabalho são colaboradoras do projeto “Raízes da Terra” em parceria com a EMBRAPA. Ao longo dos anos algumas famílias saíram e outras entraram no projeto, então, além do banco de dados do projeto também vamos utilizar as informações mais atuais coletadas durante a pesquisa para descrever o perfil dessas famílias e das associações nas quais elas se organizam.

Nas comunidades participantes do projeto “Raízes da Terra” conhecemos as associações que garantem a organização necessária para o desenvolvimento de várias atividades, inclusive algumas ligadas exclusivamente às atividades produtivas do projeto, outras são associações que articulam diversas atividades de cunho cultural, religioso, entre outros nas comunidades como um todo.

Segundo Ferreira (2012) a Associação Comunitária Rural de São João (ACRSJ) foi fundada em 28 de dezembro de 1996 como uma entidade civil sem fins lucrativos, originária do movimento espontâneo entre os habitantes da comunidade localizada no município de Marapanim, divisa com Igarapé Açu. É uma associação de desenvolvimento comunitário, tendo distância de cerca de 15 Km do centro de Igarapé Açu e mais de 90 Km do centro do município de Marapanim, ao qual pertence. É composta por 25 associados sendo 14 integrantes do projeto “Raízes da Terra”.

A Associação de Desenvolvimento Comunitário Nossa Senhora do Rosário (ASCNSR) foi fundada em 5 de janeiro de 1994 e é uma sociedade civil sem fins lucrativos de duração indeterminada com sede e fórum na vila de Nossa Senhora do Rosário. Tem por objetivo promover o desenvolvimento comunitário através da realização de obras com recursos próprios ou obtidos por doações ou empréstimo, promovendo ainda a melhoria do convívio entre os habitantes do lugar através da integração de seus moradores, proporcionando aos associados e seus dependentes algumas atividades econômicas, culturais e desportivas além de promover assistência, diretamente ou por meio de instituições filantrópicas. É composta por 12 agricultores associados sendo 5 integrantes do projeto “Raízes da Terra”, é localizada no município de Igarapé Açu, com aproximadamente 10 Km de distância do centro do município (FERREIRA, 2012).

A Associação de Desenvolvimento Comunitário Novo Brasil (ASDECONB) foi fundada em 11 de novembro de 2001 e está localizada na estrada do Ubussu, pertencente ao Município de Igarapé Açu, distante 9 km do centro. É voltada para as atividades agrícolas das famílias é formada por 27 associados dos quais 5 integram o projeto “Raízes da Terra” (FERREIRA, 2012). Vale ressaltar que atualmente a associação representa 2 comunidades: Novo Brasil e Aparecida, pois após alguns problemas organizativos seus membros decidiram fundir as 2 associações para facilitar o andamento das atividades, principalmente ligadas ao projeto “Raízes da Terra”.

A Associação de Desenvolvimento Comunitário de Nova Olinda (ASDCONO) foi fundada em 1995 visando o desenvolvimento da comunidade. Possui 40 famílias formalmente associadas, das quais 12 são participantes do projeto “Raízes da Terra”. A princípio a ASDCONO participou de projetos como FNO e PRONAF, sendo que a partir de 2001 iniciou uma parceria com a Embrapa Amazônia Oriental através do projeto Tipitamba para preparo de área sem o uso do fogo. A localização da sede está a uma distância média de 20 km do centro do município de Igarapé Açu (FERREIRA, 2012).

A maioria das comunidades está organizada espacialmente no formato de agrovilas, ou seja, as casas são próximas umas das outras, permitindo maior integração entre as famílias. A exceção é a comunidade São João, onde cada família reside em seu próprio lote, existindo uma distância considerável entre as casas. Mas também observamos ocasiões onde a disposição espacial se orienta pelo grau de parentesco, onde o grupo de residências próximas se estabelece a partir de núcleos familiares.

Segundo Neves (1982) certas estratégias e padrões de comportamento das unidades familiares estão ligados diretamente à sua sobrevivência, pois apesar de serem orientadas por regras sociais externas, podem se alterar por demandas internas que garantam a reprodução física e social da família.

Observamos que essa reorganização espacial e social relacionada ao grau de parentesco entre os indivíduos, também se expressa na dinâmica da casa e do quintal agroflorestral, não só pela circulação de pessoas como pelas atividades exercidas em ambos os espaços, o que vamos descrever mais detalhadamente nas próximas sessões.

Sobre a infraestrutura das comunidades, em geral a maior problemática é o acesso, principalmente em época de muita chuva na região, pois os “ramais”, como são chamadas as estradas de acesso às comunidades, não são pavimentadas, por isso com as chuvas fortes e constantes a terra batida se transforma em lama, dificultando a entrada e saída das comunidades, algumas bem mais afastadas dos centros urbanos que outras.

A energia elétrica já chegou a todas as comunidades estudadas, a partir de cobrança de política pública feita muitas vezes pela associação, exigindo que o programa Luz Para Todos fosse estendido até a comunidade. Mas uma problemática com relação à chegada da energia elétrica preocupa as famílias. A grande maioria possui eletrodomésticos e eletroeletrônicos básicos (fogão, geladeira, televisão, rádio) que não deveriam consumir muita energia, porém, as contas que chegam todo mês são altas demais para o padrão de consumo, como alegam muitas famílias, relatando inclusive dificuldades no pagamento.

Sobre a moradia ainda é comum encontrarmos famílias morando em casas de barro construídas pelos próprios integrantes com ajuda de parentes e amigos, muitas vezes com a prática dos mutirões ou com pagamento de mão de obra. Porém, é mais comum ainda ser recebido numa casa já de alvenaria, na maioria das vezes ainda sem acabamento, mas já sendo habitada. Esse fenômeno também se deve através de uma política pública do Governo Federal, o programa Minha Casa, Minha Vida Rural que financia a compra de materiais de construção para beneficiários de outros programas sociais, como o Bolsa Família, muito comum nas comunidades estudadas.

Mesmo que algumas famílias habitem casas de barro e outras casas de alvenaria sem acabamento, no geral as/os entrevistadas/os consideram sua moradia boa e se sentem bem em viver ali. O elemento da natureza ao redor da casa sempre é colocado como um patrimônio sem valor estimado, pois proporciona uma qualidade de vida que não se encontra nas cidades.

Mas algumas estruturas básicas ainda não chegaram para a maioria das comunidades, por exemplo, o saneamento básico. Se nos grandes centros urbanos ainda não é possível visualizar certos direitos, nas comunidades rurais alguns estão mais distantes ainda. Elementos como água, esgoto e lixo ainda são problemas resolvidos muitas vezes com o “jeitinho brasileiro” por fora das políticas públicas.

A água potável ainda não chegou a todas as comunidades, nem em espaços coletivos como poços artesianos, muito menos encanada diretamente para as residências. A comunidade mais afetada por esse problema é São João, onde muitas famílias necessitam caminhar com baldes e garrafas até a nascente ou igarapé mais próximo para conseguir água. Porém, até mesmo a água das nascentes e igarapés está com a qualidade comprometida. Ouvimos relatos comuns sobre a degradação ambiental causada por um grande proprietário de gado na região, que além da compra de pequenas propriedades para expandir seu pasto, também usa maquinário pesado no preparo do solo para receber o capim que vai alimentar seu rebanho. O revolvimento do solo está afetando as nascentes e igarapés da região diminuindo a qualidade da água utilizada pelas famílias que não possuem outra fonte.

Outras comunidades já resolveram o problema de acesso à água, seja com projetos que viabilizam a construção de cisternas e rede encanada que leva a água até as casas, seja com a contribuição financeira e de mão de obra na construção de poços artesianos e aquisição de bombas para encanar água para a comunidade feita pela própria comunidade através das associações e mantidas com colaboração mensal.

O esgoto não possui rede coletiva nas comunidades, então cada família cuida de forma diferente de seus detritos. As famílias que ainda moram em casa de barro, geralmente possuem banheiros nos fundos da propriedade com fossas secas, ou seja, buracos cavados no chão com uma estrutura de latrina em cima. Já as famílias que estão em transição para casas de alvenaria, constroem fossas também de alvenaria, mas que não possuem um sistema integrado de despejo dos detritos, que assim acabam se infiltrando no próprio solo podendo ocasionar a poluição dos lençóis freáticos.

Já a questão do lixo também é problemática, pois a coleta quando acontece na comunidade, não é nem seletiva nem regular, obrigando as famílias a manejarem o lixo produzido na propriedade de outras formas, como por exemplo, queimando ou enterrando. A

prática de queima ainda é bastante comum, mesmo sendo relatada sua diminuição por influência do projeto “Raízes da Terra” que trabalha o quanto é negativo para o meio ambiente a queimada. A alternativa para alguns então é enterrar o lixo produzido, o que também pode ocasionar a contaminação do solo e lençol freático.

Essas caracterizações estruturais somadas ao perfil socioeconômico das famílias mostram que a unidade econômica familiar descrita por Chayanov (1981) como sendo aquela guiada apenas pela exigência de satisfazer as necessidades dos membros da unidade, sofreu um processo de transformação para adequar-se ao padrão de vida numa sociedade de mercado globalizado. Assim, a agricultura familiar encontrada hoje, não só na Amazônia, já possui características próprias que garantem sua sobrevivência na sociedade capitalista, como por exemplo, a venda de sua força de trabalho em troca de um salário, categoria que, para Chayanov, não poderia existir para os camponeses, porém, mantém elementos centrais que perpetuam sua identidade, como o emprego da força de trabalho predominantemente de caráter familiar nas unidades.

Partindo para a caracterização socioeconômica das famílias é importante lembrar que no princípio, o grupo de agricultores colaboradores do projeto “Raízes da Terra” era formado por 46 famílias, totalizando 272 indivíduos, sendo 140 homens e 132 mulheres com média de idade de 29 anos. Do total de pessoas, 27 estavam fora da idade escolar. 45,7% apresentaram grau de escolaridade até a 4ª série do ensino fundamental, o que totaliza 112 pessoas. Também existia uma taxa de analfabetismo que estava em 9,4%. Foram considerados apenas os pais e mães, verificando-se que os jovens estão tendo mais oportunidade de estudos (FERREIRA, 2012).

Os dados de escolaridade reunidos por Melo e Di Sabbato (2007) confirmam o que outros estudos já têm apontado: houve um crescimento dos anos de estudos da população brasileira, sendo que as mulheres mantiveram e ampliaram a taxa de escolaridade frente ao sexo masculino, mas a população rural continua com o pior indicador de escolaridade da sociedade, embora tenha expandido seu grau de instrução. Marcando as diferenças entre rural e urbano, as mulheres rurais apresentam uma escolaridade mais baixa do que os homens. E no caso das comunidades estudadas, essa constatação se reafirma.

O quadro a seguir mostra que nossa pesquisa de campo se estendeu a 37 famílias visitadas e entrevistadas nas 5 comunidades estudadas. No total de 73 pessoas que responderam ao questionário 37 eram mulheres e 36 homens. 36 famílias eram compostas por casais de mulheres-homens com ou sem filho/a e uma família era composta por 2 mulheres com grau de parentesco (irmãs) e sem filhos/as.

Quadro 1. Quadro geral da pesquisa de campo: nº de quintais observados, nº de mulheres e homens entrevistadas/os por comunidade e total.

Comunidade	Quintais	Mulheres	Homens
São João	11	10	11
N. Sr^a do Rosário	4	4	4
Novo Brasil/Aparecida	2	2	2
Nova Olinda	7	8	6
Arsênio	13	13	13
TOTAL	37	37	36

4.1.1 COMUNIDADE SÃO JOÃO

No quadro abaixo podemos observar o perfil socioeconômico das 11 famílias entrevistadas na comunidade São João, sendo 10 mulheres e 11 homens, totalizando 21 participações. Organizamos os dados mais relevantes registrados na entrevista, considerando os objetivos do trabalho assim como as informações fornecidas pelas/os entrevistadas/os durante a pesquisa.

Quadro 2. Média das principais informações coletadas nos questionários aplicados dividida entre mulheres, homens e geral das pessoas entrevistadas na comunidade São João.

Média %	MULHERES	HOMENS	GERAL
Idade	46 anos	52 anos	50 anos
Grau de Escolaridade	4ª série	5ª série	5ª série
Benefício	100%	54,5%	77%
Participação na associação	20%	100%	60%
Participação em capacitação	20%	81,8%	50,9%
Pgt mão de obra	20%	72,7%	46%
Trabalho fora	30%	0	30%
Trabalho no fim de semana	100%	0	50%

A média de faixa etária das/os entrevistadas/os na comunidade foi de aproximadamente 50 anos, sendo a média de idade das mulheres menor que dos homens cerca de 6 anos. Geralmente, no casal podemos observar que a idade das mulheres é inferior aos homens.

O grau de escolaridade entre as/os entrevistadas/os não varia muito nessa comunidade, porém as mulheres ainda possuem escolaridade inferior aos homens. Dos 3 casos de analfabetismo, 2 são de mulheres e de 4 pessoas com ensino médio completo, 2 são do sexo feminino e 2 do sexo masculino. Notamos que os casais mais jovens possuem maior o grau de escolaridade, com exceções.

A média de filhos/as está aproximadamente em 2 por família, sendo que a grande maioria mora nos lotes com os pais e está frequentando a escola. O grau de escolaridade dos/as filhos/as é notavelmente superior aos pais mesmo que muitos ainda estejam em idade escolar e frequentando a escola.

Foi comum ouvir relatos das mães e pais sobre as dificuldades de estudar na sua época e o esforço que fazem para que os/as filhos/as não sigam o mesmo caminho de ter que parar cedo para trabalhar. Muitos filhos/as ajudam nas tarefas da casa e da roça, também estando ligados ao quintal agroflorestal, mas o horário do trabalho depende das atividades escolares, que na maioria das vezes, é priorizada.

Na comunidade existe uma escola de ensino básico até a 4ª série, apesar de serem turmas únicas no turno com alunos de várias séries dividindo o mesmo espaço e a mesma professora. Mas também existe transporte cedido pela prefeitura para que as crianças e jovens continuem os estudos nas escolas de outras comunidades maiores ou mesmo na cidade. E a maioria das crianças e jovens que participaram das entrevistas demonstrou interesse em continuar os estudos. Porém, esse interesse muitas vezes estava ligado à vontade de trabalhar fora da zona rural, o que exige uma qualificação maior, sendo que poucos/as demonstraram interesse em permanecer no lote e dar continuidade à atividade agrícola dos pais.

De 15 entrevistadas/os que recebem benefício, representando 77% da comunidade amostrada, 8 recebem a aposentadoria, 5 recebem a Bolsa Família, 1 recebe o Salário Maternidade e 1 recebe Auxílio Doença. Apenas 6 entrevistados não recebem nenhum tipo de benefício da previdência, todos do sexo masculino. Em todas as entrevistas foi relatado que o benefício contribui para a renda familiar de forma significativa, principalmente quando a produção sofre com algum imprevisto, como ataque de pragas ou mesmo quando o preço no mercado está abaixo do esperado.

Sobre a participação política das famílias nos espaços de tomadas de decisão sobre as atividades na comunidade e principalmente sobre as ações do projeto, é considerável a diferença entre mulheres e homens. Apenas 2 de 10 mulheres entrevistadas participa da associação. Em contrapartida, 100% dos homens entrevistados participam da associação, inclusive ocupando cargos de maior responsabilidade e prestígio social, como presidência e tesouraria.

A participação nos espaços de socialização do conhecimento não é diferente. É a figura masculina que está majoritariamente ligada à participação desses espaços com 9 homens entrevistados tendo participado de alguma atividade de caráter formativo, como cursos de capacitação e oficinas. Já as mulheres, apenas 2 participaram.

Sobre o trabalho, diante de um perceptível envelhecimento das/os trabalhadores rurais, notou-se o pagamento de mão de obra por diversas famílias, principalmente em atividades como capina e limpeza de área para receber o plantio, atividades consideradas como serviços mais pesados. Mas observamos também que alguns membros da família trabalham fora do lote

vendendo sua força de trabalho em atividades agrícolas de grandes propriedades na região, ou mesmo em outros serviços que não estão ligados diretamente à agricultura.

Como o homem é responsável pelo trabalho na roça, é ele quem contrata trabalhadores, geralmente homens também, e no caso dos entrevistados na comunidade São João são 8 homens que contratam esse tipo de serviço, quase sempre de limpeza da área do plantio comercial. Apenas 2 mulheres alegaram necessitar contratar mão de obra, algumas vezes inclusive para o manejo do próprio quintal agroflorestral quando não possuem condições físicas e de saúde para realizar a tarefa e não há disponibilidade de outro membro da família.

Ainda sobre o trabalho, percebemos uma divisão sexual reproduzida no meio rural que divide as tarefas relacionadas à mulheres e homens, assim como os espaços onde elas são executadas. As mulheres sempre descrevem suas tarefas começando pela casa, as famosas tarefas domésticas são as primeiras a serem listadas, assim como o cuidado com elementos ligados ao quintal agroflorestral, e por último a “ajuda” que elas dão aos homens da família, geralmente maridos, nas tarefas da roça, ainda que com algumas limitações, pois existem atividades vistas como exclusivas dos homens.

Observamos que plantio, capina e colheita são as principais atividades agrícolas que as mulheres realizam na roça, mas todas pontuam que, apesar de ter que “ajudar” com essas tarefas, não podem deixar de fazer as domésticas, pois esse serviço depende delas, e em muitos casos, das filhas. Por isso, quando perguntamos sobre o trabalho no fim de semana todas responderam que ele não para, pois as tarefas para reprodução da família são diárias. Já os homens geralmente não trabalham na roça fim de semana, como uma convenção nas comunidades rurais, e se dedicam a outras tarefas, como manejo do quintal agroflorestral, ou atividades esportivas, como os jogos de futebol, mas que não são consideradas trabalho.

4.1.2 COMUNIDADE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO

Partindo para a próxima comunidade, segue o Quadro 3 referente ao perfil socioeconômico da comunidade Nossa Senhora do Rosário.

Quadro 3. Média das principais informações coletadas nos questionários aplicados dividida entre mulheres, homens e geral das pessoas entrevistadas na comunidade N. Sr^a do Rosário.

Média %	MULHERES	HOMENS	GERAL
Idade	49 anos	56 anos	51 anos
Grau de Escolaridade	3 ^a série	3 ^a série	3 ^a série
Benefício	50%	50%	50%
Participação na associação	0	100%	50%
Participação em capacitação	25%	50%	37,5%
Pgt mão de obra	0	50%	25%
Trabalho fora	50%	25%	37,5%
Trabalho no fim de semana	100%	0	50%

A comunidade Nossa Senhora do Rosário possui apenas 4 famílias amostradas, pois a entrevista foi num período de difícil acesso aos membros das famílias, já que parte vende mão de obra fora da comunidade, e também pela saída de algumas famílias do projeto, o que reduziu a participação da comunidade no presente estudo.

A maioria possui filhos/as morando no lote, sendo que as crianças e jovens estão estudando na escola dentro da comunidade ou em escolas na cidade, tendo o transporte garantido pela prefeitura. A escolaridade das crianças e jovens já é maior que dos pais, mesmo alguns ainda não tendo concluído o ensino médio, pois de 8 entrevistadas/os 2 são analfabetos, 1 é apenas alfabetizado, 2 estudaram até a 3^a série, 2 estudaram até a 4^a série e 1 foi até a 7^a série.

A média de idade das/os entrevistadas/os é de 51 anos. De 8 entrevistadas/os, 3 recebem aposentadoria, 1 recebe Bolsa família e 4 não possuem nenhum tipo de benefício. Sendo que apenas um casal não recebe benefício, nem a mulher nem o homem. Mas os que recebem ressaltam a importância do benefício para a complementação da renda familiar.

Sobre o trabalho, comentamos anteriormente que a época de entrevista coincidiu com a época de colheita da pimenta e alguns/mas entrevistados/as vendem sua força de trabalho

nos pimentais da região para complementar a renda familiar. Às mulheres cabem tarefas domésticas, manejo de frutas, preparo da farinha e roça, em um único caso; já os homens ficam responsáveis pelo planejamento e implantação da roça, manejo de frutas e da roça. Sendo que no fim de semana elas continuam o trabalho com as tarefas domésticas e os homens alegam não trabalhar.

Quando se fala em participação política é visível que apenas homens são associados, não há nenhuma mulher entrevistada que participe da associação e apenas uma participou de algum curso de capacitação. Mais uma vez percebemos que as mulheres não estão presentes nos espaços de tomada das decisões e socialização de conhecimentos.

4.1.3 COMUNIDADE NOVO BRASIL/APARECIDA

A seguir o Quadro 4 referente ao perfil socioeconômico da comunidade Novo Brasil/Aparecida.

Quadro 4. Média das principais informações coletadas nos questionários aplicados dividida entre mulheres, homens e geral das pessoas entrevistadas na comunidade Novo Brasil/Aparecida.

Média %	MULHERES	HOMENS	GERAL
Idade	51 anos	58 anos	54 anos
Grau de Escolaridade	3ª série	4ª série	4ª série
Benefício	100%	50%	75%
Participação na associação	50%	100%	75%
Participação em capacitação	50%	100%	75%
Pgt mão de obra	0	50%	25%
Trabalho fora	50%	50%	50%
Trabalho no fim de semana	100%	50%	75%

A comunidade Novo Brasil/Aparecida possui apenas 2 famílias amostradas devido à disponibilidade para realização das entrevistas. Foram 4 entrevistadas/os com idade variando de 49 a 60 anos, observando que as mulheres são mais jovens que os homens.

A escolaridade é bem próxima, pois 3 cursaram até a 4ª série e 1 cursou até a 3ª série. Já as/os filhas/os, lembrando que todas/os possuem filhas/os que ainda moram no lote, ainda não concluíram os estudos, mas já apresentam grau de escolaridade maior que os pais.

Das/os entrevistadas/os 3 recebem algum tipo de benefício, no caso 1 aposentadoria, 1 Bolsa Família e 1 Auxílio Doença, sendo que todas as mulheres são beneficiárias.

No trabalho podemos destacar que um dos casais possui atividades comerciais para além da agricultura, já que em seu lote é mantido um campo de futebol e um bar, onde o casal trabalha nos fins de semana. Esse espaço atrai moradores até de outras comunidades vizinhas, pois se apresenta como espaço de lazer e diversão, havendo quase sempre a realização de atividades esportivas como torneios de futebol.

Os dois lotes das famílias entrevistadas estão localizados às margens da PA – 127 que dá acesso à cidade, que é rota de entrada e saída do município de Igarapé Açu. Por isso a

região já possui características de áreas periurbanas, o que influencia inclusive na dinâmica da família e do quintal agroflorestral.

O quintal agroflorestral, por exemplo, é o espaço onde se encontram o campo de futebol e o bar e onde as pessoas se reúnem quando acontecem os eventos esportivos. O quintal inclusive foi planejado para receber esse público, tendo sido plantadas espécies específicas em lugares específicos para proporcionar sombra e servindo de suporte para bancos de madeira que acolhem os convidados.

Então, nos fins de semana o trabalho continua para o casal comerciante. Mas as tarefas domésticas nunca deixam de ser lembradas pelas mulheres, tanto durante a semana como no sábado e domingo. Tarefas que são divididas no tempo com as atividades de manejo do quintal, que mesmo quando não são elas que executam, mas ressaltam que são elas que planejam, ficando para os homens a tarefa da roça e do comércio.

4.1.4 COMUNIDADE NOVA OLINDA

O Quadro 5 traça o perfil socioeconômico das famílias da comunidade Nova Olinda.

Quadro 5. Média das principais informações coletadas nos questionários aplicados dividida entre mulheres, homens e geral das pessoas entrevistadas na comunidade Nova Olinda.

Média %	MULHERES	HOMENS	GERAL
Idade	51 anos	50 anos	51 anos
Grau de Escolaridade	4ª série	5ª série	5ª série
Benefício	62%	12%	37%
Participação na associação	50%	100%	50%
Participação em capacitação	25%	100%	75%
Pgt mão de obra	12%	50%	31%
Trabalho fora	25%	16%	20%
Trabalho no fim de semana	100%	16%	58%

Na comunidade Nova Olinda foram entrevistadas 7 famílias, sendo 6 casais de mulheres, homens e filhos/as e uma famílias com 2 irmãs morando no lote. A média de idade é de 51 anos, observando que nessa comunidade a média de idade das mulheres é um ano maior que dos homens.

O grau de escolaridade varia consideravelmente, desde analfabetismo até ensino superior em curso, no caso das mulheres. Fora esses dois casos e mais um de ensino médio completo, o restante das/os entrevistadas/os parou de estudar ainda no ensino fundamental, por volta da 3ª série. Apenas um casal e as 2 irmãs não possuem filhos/as, o restante possui e moram no lote.

Apenas 5 pessoas recebem algum tipo de benefício, como aposentadoria, Bolsa Família e Auxílio Doença, sendo que apenas um benefício é para um homem.

Sobre o trabalho percebemos que apenas 3 pessoas o fazem fora da agricultura, sendo 2 mulheres trabalhando fora de casa mas ainda sim na comunidade. Quase todos os homens trabalham na agricultura, com uma exceção de um que trabalha no comércio, mas também dentro da comunidade. E nos fins de semana sempre são as mulheres que continuam sua dupla jornada com as tarefas domésticas e o cuidado com o quintal. Uma das entrevistadas é Agente Comunitária Local – ACL e presta serviços na própria comunidade.

Já na participação política e tomada de decisões os homens sempre estão presentes, todos, inclusive na presidência da associação, mesmo que 50% das mulheres entrevistadas sejam associadas. Um fator que difere das outras comunidades é que elas são mais participativas no que diz respeito aos cursos de capacitação, mesmo assim representam apenas 25% das mulheres entrevistadas, além disso, os cursos para elas são mais específicos, como bordado e artesanato.

A infraestrutura da comunidade é bem melhor que de muitas outras da região, possui escola e posto de saúde que funcionam com regularidade oferecendo serviços que as famílias de fato necessitam e podem utilizar. Inclusive serve de referência para comunidades menores que estão próximas de Nova Olinda.

4.1.5 COMUNIDADE DO ARSÊNIO

Finalizando a caracterização socioeconômica das comunidades, apresentamos o Quadro 6 com o perfil da comunidade do Arsênio.

Quadro 6. Média das principais informações coletadas nos questionários aplicados dividida entre mulheres, homens e geral das pessoas entrevistadas na comunidade do Arsênio.

Média %	MULHERES	HOMENS	GERAL
Idade	51 anos	47 anos	49 anos
Grau de Escolaridade	7ª série	5ª série	6ª série
Benefício	85%	15%	50%
Participação na associação	46%	85%	65%
Participação em capacitação	15%	61%	38%
Pgt mão de obra	23%	30%	26%
Trabalho fora	30%	38%	34%
Trabalho no fim de semana	100%	7%	53%

A comunidade do Arsênio foi a maior amostrada com 13 famílias e 26 pessoas entrevistadas. A média de idade das/os entrevistadas/os é de 49 anos. É a comunidade onde visivelmente as mulheres são mais velhas que os homens, com uma diferença média de quatro anos.

O grau de escolaridade varia desde alfabetizado até ensino médio completo, mas a grande maioria parou de estudar no ensino fundamental, por volta da 6ª série. As mulheres possuem grau de escolaridade consideravelmente superior aos homens. Já os/as filhos/as, que em sua grande maioria moram com os pais no lote, apresentam um grau de escolaridade alto, pois também no Arsênio é garantido o transporte para outras comunidades maiores com escolas de ensino médio ou mesmo para a cidade, já que a escola da comunidade só vai até a 4ª série.

Existem 13 pessoas com algum tipo de benefício de previdência, como Bolsa Família e aposentadoria, a maioria em nome das mulheres (Bolsa Família), sendo apenas dois homens com aposentadoria.

Na associação a participação feminina é considerável, se comparada às outras comunidades, são 6 mulheres atuantes, inclusive sendo feminina a figura que coordena as

atividades da associação do projeto “Raízes da Terra”. Já a associação da comunidade é presidida por um homem, que também participa do projeto “Raízes da Terra”. Porém, quando se fala em socialização de conhecimentos, apenas 2 mulheres participaram de cursos de capacitação, sejam os promovidos pelo projeto ou outros.

Sobre o trabalho pudemos observar que das 9 pessoas que trabalham fora, a maioria são homens que vendem sua mão de obra também na agricultura. No caso das mulheres, a principal atividade é o trabalho na escola e no comércio da comunidade, havendo também duas pessoas que são Agentes Comunitários de Saúde - ACS em comunidades distintas.

A maioria das famílias não necessita pagar mão de obra para dar conta das tarefas do lote, isso se deve ao fato de boa parte dos/as filhos/as contribuir com determinadas atividades, além da característica dos mutirões realizados na comunidade. E o trabalho das mulheres na reprodução da família também sempre é lembrado, as tarefas domésticas não deixam de aparecer em nenhuma entrevista e em nenhum fim de semana.

Devido ao maior tempo vivenciado na comunidade do Arsênio, foi possível observar algumas características de forma mais relevante sobre as relações sociais das famílias pertencentes ao projeto “Raízes da Terra”. Por exemplo, o grau de parentesco entre as/os associadas/os.

A comunidade possui mais de 100 anos e está localizada no terreno pertencente à igreja católica, em nome de padres que praticamente fundaram a comunidade. Por isso não existe regularização dos lotes, já que são cedidos a quem queira trabalhar com a terra nessa região, mas permanecem sendo da igreja. Já são muitas famílias habitando a comunidade, cerca de 70, de acordo com o levantamento do ACS da comunidade.

Existe um núcleo familiar que talvez seja o mais antigo da comunidade, é a família Ferreira Ribeiro. Pode-se observar que este é um sobrenome comum entre as/os entrevistadas/os, pois inclusive esse arranjo familiar está diretamente relacionado com as atividades do projeto “Raízes da Terra” na comunidade do Arsênio.

A maioria das famílias colaboradoras do projeto “Raízes da Terra” possui algum grau de parentesco, muitas vezes direto, como irmãos e primos. Segundo eles mesmos isso facilita o entendimento e andamento das atividades do projeto, pois se consideram uma “família unida” de acordo com um dos membros da família. Durante a pesquisa de campo foi possível presenciarmos diversas atividades da família, desde as produtivas, como mutirão para limpeza de um dos lotes, até as mais íntimas como novenas e aniversários.

O registro a seguir foi justamente do aniversário de um dos membros mais antigos da família, 77 anos. O evento reuniu vários parentes de dentro e de fora da comunidade para comemorar a data.

Fotos 1 e 2. Registro da comemoração do aniversário de 77 anos do Srº João, ao lado ele com as/os sobrinhas/os. Fonte: Pesquisa de campo.



O grau de parentesco proporciona uma relação de confiança mútua entre os/as associados/as o que os diferencia das outras associações comunitárias. Mesmo não vivenciando as relações sociais das outras comunidades como no Arsênio, foi comum ouvir relatos sobre a dificuldade de desenvolver determinadas atividades, do projeto ou mesmo da comunidade, por problemas nas relações sociais e falta de confiança nas pessoas que estavam compondo o mesmo espaço.

A prática dos mutirões, comum em outras regiões do país entre comunidades rurais, também acontece na comunidade do Arsênio. Tivemos a oportunidade de acompanhar um mutirão de limpeza do cemitério da comunidade, pois estávamos às vésperas do feriado de finados, no mês de novembro, uma época de homenagens aos entes queridos que faleceram. A atividade envolveu muitas pessoas, de crianças à adultos, todos empenhados em cuidar do cemitério e prestar sua homenagem.

Na comunidade do Arsênio outro elemento também chamou a atenção. A cultura possui estimado valor entre a população da comunidade, sendo o carimbó seu maior símbolo.

Tivemos a oportunidade de acompanhar o Encontro de Carimbó do Arsênio, que está em sua terceira edição oficial, mas, que já acontece há muitos anos na região. São diversos grupos de carimbó, representando suas respectivas comunidades, que se apresentam dentro de uma estrutura montada especialmente para o festival que é uma das principais datas festivas da comunidade.

Fotos 3 e 4: Apresentação do grupo de carimbó “Canto da Sereia”, composto somente por mulheres, durante o 3º Encontro de Carimbó do Arsênio. Fonte: Pesquisa de campo.



4.2 “O QUINTAL É UMA ROÇA, ROCINHA”: CARACTERIZANDO OS QUINTAIS AGROFLORESTAIS

Os quintais agroflorestais ilustrados na literatura nacional e internacional já nos dão a ideia de diversificação que podemos encontrar. Porém, quando nos deparamos com um quintal amazônico, essa diversificação se potencializa pela riqueza natural da flora e fauna, além da riqueza social da região.

Quando falamos em quintais agroflorestais, principalmente na região amazônica, não podemos deixar de relacionar sua composição, manejo e utilidade às comunidades tradicionais que os mantêm vivos mesmo diante do avanço de uma tentativa de simplificação da natureza com maior intervenção humana.

O conhecimento tradicional dos habitantes da Amazônia foi historicamente construído e acumulado por comunidades indígenas, caboclas e ribeirinhas, principalmente para garantir sua subsistência. Muitos desses sistemas de produção, que vão para além do quintal agroflorestal, até correm o risco de serem perdidos para sempre se não forem bem descritos e conservados. Já os colonos que foram assentados na região ou que mais tarde aqui se instalaram, conseguiram desenvolver novas “alternativas agroflorestais” voltadas muito mais para comercialização e aumento de renda. Um bom exemplo seria a Cooperativa Agrícola Mista da Tomé-açu - CAMTA que realizou a conversão de pimentais decadentes em consórcios agroflorestais (DUBOIS, 1996).

Muitas vezes o quintal agroflorestal também é um espaço de experimentação agrícola voltado para a subsistência, por isso seu valor produtivo e reprodutivo é subestimado principalmente por extensionistas e pesquisadores focados numa agricultura tipicamente comercial (WINKLERPRINS, 2005).

Segundo Winklerprins (2005) que estudou quintais urbanos na região de Santarém – PA, os quintais são meios de subsistência local, que enfatizam a importância de sistemas informais de produção, intercâmbio e conhecimento que contribuem para a sobrevivência das populações, urbanas ou rurais, satisfazendo o abastecimento doméstico de alimentos com proteínas e fibras, de medicamentos naturais, de materiais de construção e espaços de lazer.

Os conhecimentos acumulados sobre a implantação, manutenção e produção dos quintais agroflorestais são frutos de anos de práticas e trocas de informações, principalmente, entre as mulheres que cuidam desses espaços. Essa circulação de conhecimentos, assim como de material genético, de um quintal para outro, de uma família para outra, ultrapassa os limites da comunidade, do município e até mesmo da região, através da socialização ou

mesmo transferência de informação e também da própria experimentação (WINKLERPRINS, 2005).

Para Cerda & Mukul (2008) os quintais também oferecem uma complementação muito importante para a alimentação humana das populações rurais, pois são a principal fonte de proteínas e gorduras provenientes de pequenos animais como aves e suínos e também de vitaminas e minerais provenientes de frutas e legumes.

Nosso estudo foi realizado em 37 quintais agroflorestais de 5 comunidades dos municípios de Igarapé-açu e Marapanim, nordeste paraense, que apesar de algumas especificidades encontradas em cada comunidade, apresentaram diversas características em comum destacadas a seguir.

Geralmente, os quintais agroflorestais não são considerados formalmente como espaços de produção e o trabalho realizado em sua manutenção não é visto como trabalho. Essa é uma percepção comum entre as famílias entrevistadas, mesmo quando elas próprias fornecem informações que contradizem essa concepção. Por exemplo, a grande maioria das famílias consome/utiliza pelos menos 5 produtos oriundos do quintal, entre frutas, pequenos animais, plantas medicinais e ornamentais, entre outros. Isso sem considerar as inúmeras tarefas domésticas realizadas nesse espaço, além dos serviços ambientais também oferecidos pelo quintal.

Segundo Miranda (2011) os quintais agroflorestais podem ser utilizados como alternativa para uma diversidade de recursos alimentares, contribuindo para a segurança alimentar das famílias. Essa diversificação se relaciona inclusive com as consorciações entre plantas e animais nos quintais, mas também em outros ambientes da propriedade, como por exemplo, na roça e nos SAF's.

Esse é um fator importante a ser considerado em nosso trabalho, pois todos os quintais estudados são de famílias que integram o projeto "Raízes da Terra" que tem por um dos objetivos a diversificação da produção através da implantação de SAF's, o que influencia na composição e manejo do próprio quintal.

Infelizmente não agregamos na amostra quintais pertencentes às famílias das comunidades estudadas que não integram o projeto "Raízes da Terra", dificultando uma metodologia comparativa no presente trabalho, porém, a literatura consultada revelou que onde essa comparação foi realizada o resultado foi de maior diversificação nos quintais cujas famílias possuem atividades como SAF's, por exemplo, o trabalho de Miranda (2011).

Sobre o excedente desses produtos diversificados sabemos que ultrapassa os limites da propriedade da família, podendo ser vendido, trocado por outros produtos ou mesmo doado,

sendo esta é uma prática comum quando relacionamos com produtos oriundos do quintal. Essa produção ainda “invisível” contribui para a diversificação do cardápio das famílias, possibilitando economia ao evitar a compra externa de produtos que são encontrados no próprio quintal. Como disse uma das entrevistadas: “Pode até não vender, mas também não gasta comprando fora”.

Informação semelhante foi descrita por Cerda & Mukul (2008) no estudo sobre quintais agroflorestais no México. De acordo com os autores a importância dos quintais não é apenas de sua produção, ou seja, da variedade de alimentos que produz, mas também porque é uma fonte importante de caixa para as famílias que além de não comprarem determinados produtos fora da propriedade também podem gerar renda com a venda do excedente produzido no quintal.

Os quintais também são uma maneira de reduzir a vulnerabilidade ou evitar o risco de perda total da produção agrícola, pois representa a diversificação dos recursos acessíveis. Essa diversificação não só é um seguro contra eventos inesperados, mas também oferece muitos componentes novos que facilitam a renovação adaptativa após uma perturbação, potencializando o poder da teoria de resiliência que considera a capacidade de adaptação do meio frente uma mudança, sem que sofra alterações em suas características funcionais, destacando ainda sua diversidade social e cultural, sob a forma de conhecimento, aumentando a capacidade da comunidade de se renovar e reorganizar (BUCHMANN, 2009).

A importância desses “produtos invisíveis” encontra dificuldade de ser valorada pelas próprias famílias, que não realizam uma gestão rígida sobre a circulação de produtos e serviços dos quintais. Num único caso, encontramos uma família que experimentou o controle sobre todas as entradas e saídas dos produtos de seu quintal e roça, orientada por profissionais do SEBRAE sobre como administrar melhor os recursos produzidos em seu próprio lote. Segundo a família foi uma experiência muito válida, pois reforçou o valor que a circulação de produtos e serviços que o quintal e a roça possuem. Porém, esse controle mais rigoroso da produção no quintal e da própria roça não se incorporou ao cotidiano da família, principalmente com o quintal. Segundo eles próprios, a experiência “foi bom pra ver o que agente já sabia né? Mas nosso trabalho é na terra, não nos cadernos”.

A implantação e o manejo dos quintais, assim como a administração de seus produtos, não são processos rigorosamente planejados. Mas segundo Dubois (1996) a implantação dos quintais obedece ao grau de importância da espécie para a subsistência da família e as perspectivas de comercialização dos excedentes, considerando-se também se a espécie é fácil de cultivar, se requer intenso manejo e se dá um rápido retorno.

A composição e disposição de espécies do quintal é influenciada pela vegetação nativa da região junto ao interesse das famílias, construindo espaços que fornecem produtos e serviços o ano todo e de forma diversificada, ao contrário da lógica cartesiana de se pensar espaços produtivos com arranjos e composições que possibilitam a máxima simplificação da natureza.

Dos 37 quintais estudados, 59% não foram planejados pelas famílias que atualmente moram no lote. Quando as famílias chegaram ao lote o quintal já estava estabelecido pela força da natureza e por outras famílias que ali habitaram, apenas executando a limpeza da área e deixando as espécies de interesse, e depois enriquecendo o espaço já com espécies que a própria família julgou importantes de ter no quintal.

Outros quintais, de lotes que chegaram até as mãos das famílias atuais por meio de herança, já apresentavam espécies arbóreas de grande porte, sinalizando um estabelecimento mais antigo desse espaço. Em alguns quintais observamos inclusive a prática de poda de indivíduos mais antigos que ameaçavam a segurança da estrutura da casa, que estavam impedindo a entrada de mais luz, ou mesmo que já estavam mostrando sinais de morte lenta e gradual. Assim, a poda evitaria qualquer problema ocasionado por tombamento dessas árvores no quintal.

A limpeza do quintal é realizada quase que diariamente e consiste em varrer as folhas caídas no chão. Essas folhas geralmente são queimadas nos montes que se juntam e ardem durante horas nas tardes das comunidades. O horário mais comum para a limpeza do quintal é o fim da tarde, pois as mulheres já estão mais livres das tarefas domésticas.

A queimada das folhas é uma opção bastante utilizada, pois gera dois benefícios: a limpeza do quintal e a formação de material para adubar as plantas. A adubação é uma prática comum nos quintais e acontece nas plantas de maior valor para a família, podendo ser a frutífera que está em período de floração e frutificação, as medicinais e ornamentais em seus canteiros e vasos. A matéria orgânica contribui para o solo reter a umidade e a queima das folhas disponibiliza carbono orgânico de forma imediata, o que em curto prazo gera benefícios às plantas. Mas no decorrer das queimadas o solo vai ficando pobre de nutrientes e a vida microbiótica vai desaparecendo, inviabilizando diversos processos como a decomposição natural dos materiais.

Por isso também vimos a prática da compostagem em alguns quintais, aproveitando principalmente as folhas varridas do chão, junto à restos de alimentos e outros materiais que, passando por um processo de decomposição acelerada na composteira, podem disponibilizar

nutrientes para as plantas do quintal, roça, SAF's, sem a adição de adubos minerais industrializados e com um custo quase nulo para a família.

O tamanho dos quintais agroflorestais variou bastante entre as comunidades, inclusive pela forma de organização espacial, o que impossibilitou a medição exata, mas geralmente não ultrapassou o tamanho de 1 ha. Nas comunidades organizadas em formato de agrovilas, como Nova Olinda e Arsênio, os quintais podem ser menores que em comunidades com as casas nos lotes, sempre com algumas exceções. Porém, não foi possível medir com exatidão o tamanho de cada quintal, principalmente nas agrovilas, pois até as famílias demonstraram dificuldade em limitar o espaço da casa, do quintal, do lote e do comunitário.

Algumas vezes nos deparamos com situações de sobreposição de um quintal sobre o outro. Famílias vizinhas alegavam o limite de seu quintal até determinado ponto que ultrapassava o limite fornecido pela família ao lado, gerando espaços de uso comum entre as famílias. Situação que não proporciona conflitos, até porque os limites de cada propriedade são demarcados informalmente, já que, nas agrovilas, as cercas e muros não são comuns para delimitar os espaços, e inclusive propicia espaços de cuidado e uso coletivo.

O quintal como extensão da casa, pode apresentar diversas estruturas que possibilitam a execução de atividades também diversas, desde tarefas domésticas de reprodução da família, até atividades produtivas, como preparo da farinha. Foi comum encontrar “puxados” de madeira, alvenaria ou taipa cobertos de palha nos fundos da casa, apresentando estruturas como fogão, geralmente de lenha, e “jiraus” para preparo de alimentos, lavagem de louça e outras tarefas domésticas. Segundo Winklerprins (2005) esses espaços são comuns em áreas tropicais onde o calor é mais intenso e a maioria das casas não possui água encanada, assim os “puxados” ou a “cozinha ao ar livre” são uma prática comum para facilitar a reprodução das tarefas.

Esses espaços comumente abrigam as mulheres quando se ocupam das tarefas domésticas, as crianças quando não estão na escola, os animais de pequeno porte que circulam livremente pelos espaços e as visitas que por ventura passam. Muitas de nossas entrevistas foram realizadas nos “puxados” e nos próprios quintais que, bem mais que a sala de estar dentro da casa, são considerados como “cartão de visita” das famílias.

Outro aspecto interessante do quintal é seu papel como espaço de socialização e lazer das famílias. Por ser o quintal um espaço de interações, é comum que os eventos sociais sejam realizados nele, como almoços de datas comemorativas, festas de aniversário, casamento, entre outros eventos (WINKLERPRINS, 2005). Durante a pesquisa de campo tivemos a oportunidade de presenciar alguns eventos sociais realizados no espaço dos quintais, dos quais

alguns inclusive participamos junto aos membros das famílias com devido registro no trabalho.

O quintal apresenta características favoráveis a eventos como espaço amplo para organizar a estrutura necessária de mesas e cadeiras, já possuindo uma decoração natural com sua vegetação desde árvores frutíferas até as ornamentais, além de manter a privacidade dos moradores da casa ao acolher os convidados no espaço externo.

Miranda (2011) reconheceu e sistematizou diferentes espaços dentro dos quintais de acordo com categorias de uso de animais e plantas, relações sociais e objetivo do espaço. Para a autora os espaços dos quintais agroflorestais são: o jardim, o viveiro, a horta, o galinheiro, o chiqueiro, a roça e a casa de farinha.

O jardim é a área do quintal onde geralmente são cultivadas as plantas ornamentais que enfeitam a frente da casa, enquanto denomina-se de viveiro o espaço onde ficam as mudas de plantas frutíferas e madeiras que são plantadas nos próprios quintais e/ou nos SAF's da família. A horta, onde são cultivadas as espécies hortaliças, podem ser plantadas diretamente no solo ou de forma suspensa. Quando são cultivadas diretamente no chão, devem apresentar algum tipo de proteção, como por exemplo, cercas, de modo a evitar o ataque dos pequenos animais domesticados, como galinhas. Os galinheiros são espaços onde as aves, principalmente galinhas, dormem e chocam seus ovos. Durante o dia, as aves podem viver soltas no quintal à procura de alimentos. Alguns quintais podem possuir também chiqueiros, onde ficam os porcos, alimentados com os restos de comidas da casa e/ou com frutas do quintal (MIRANDA, 2011).

A área da roça geralmente não é muito próxima das casas, e mesmo que a grande maioria das famílias possua uma roça, foi comum o cultivo de algumas espécies de lavoura branca nos quintais, especialmente espécies como a mandioca, arroz, milho, e alguns tipos de feijões (MIRANDA, 2011).

Os SAF's ou sítios são considerados pelas famílias como extensões dos quintais e com as mesmas características destes. Observou-se que os quintais tradicionais expandiram-se para outras parcelas da propriedade em forma de SAF's, onde são cultivadas espécies que também se encontram nos quintais, em sua maioria espécies frutíferas, mas também para outros usos como madeiras. Nos SAF's também podem ser realizadas outras atividades como apicultura e manejo da mata ciliar. A implantação dos SAF's tem como objetivo contribuir para o autoconsumo da família, assim como comercializar os produtos oriundos deles, podendo haver produtos ao longo de todo o ano com comercialização no mercado local e regional (MIRANDA, 2011).

Winklerprins (2005), Vieira (2006) e Rosa *et al* (2007) ao falarem dos quintais agroflorestais reconhecem que apesar de todos os membros da família participarem do manejo dos quintais em alguma fase ou com alguma tarefa específica, inegavelmente são as mulheres que assumem o papel central desde a tomada de decisões até a execução das tarefas, sendo as principais responsáveis pela manutenção desses espaços.

É fato que as mulheres exercem uma forte influência sobre a tomada de decisão sobre a seleção de espécies na roça, considerada um espaço masculino, mas principalmente nos quintais, espaços onde elas são protagonistas de fato. Essas influências são uma manifestação da divisão sexual do trabalho no meio rural, onde a predominância de homens ou mulheres em um determinado espaço e na cadeia de produção e consumo parece ser dinâmica no tempo e no espaço segundo Lope-Alzina (2007), mas na verdade busca naturalizar e justificar a diferenças biológicas em desigualdades sociais.

Queremos reafirmar a importância dos quintais agroflorestais para a agricultura familiar destacando outro aspecto desse espaço: as atividades relacionadas com a reprodução das famílias que acontecem nesse espaço e que em sua grande maioria são executadas por mulheres.

O quintal como extensão da casa e a casa como extensão da responsabilidade feminina acaba sendo cenário também para o desenvolvimento de diversas atividades que possibilitam a reprodução das famílias. A seguir quadro com as cinco principais atividades realizadas por mulheres, principalmente, assim como toda a família, nos quintais agroflorestais.

Quadro 7. Principais atividades realizadas nos quintais agroflorestais principalmente por mulheres

Principais atividades	Nº de mulheres	Percentual %
Tarefas domésticas (lavar roupa, lavar louça, cozinhar, higiene das crianças)	37	100
Festas/Jogos/Lazer	13	35
Produção de farinha	9	24
Cuidar dos animais	9	24
Manejo do quintal (limpeza/capina/varrer folhas)	8	21

A seguir o registro de algumas casas e quintais agroflorestais das comunidades estudadas.

Fotos 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13. Registro de casas e quintais agroflorestais das comunidades estudadas.





4.2.1 "OS BICHOS": COMPOSIÇÃO DE FAUNA

Das espécies animais encontradas nos quintais identificamos desde animais domésticos até animais domesticados, que convivem perfeitamente entre si no ambiente e com as pessoas que circulam pelos quintais. Os cães foram muito frequentes durante a turnê guiada pelos quintais, de 37 lotes percorridos em todas as comunidades, apenas 6 famílias (de comunidades distintas) não possuíam esses animais de estimação, porém algumas possuíam gatos, que também foram frequentes durante as visitas.

Fotos 14 e 15: Convivência pacífica entre animais domésticos e domesticados no quintal agroflorestal.

Fonte: Pesquisa de campo.



A presença dos cães foi quase sempre justificada pela companhia no trajeto de casa até a roça, pela segurança proporcionada no quintal e na casa e pela fidelidade que demonstram com seus donos. Alguns são treinados para acompanhar os donos em caças à animais selvagens, como pacas, outros são companhia para quem fica na casa e no quintal. A grande maioria dos cães não circulava no interior das casas, tendo seu espaço reservado no quintal.

Encontramos casos curiosos em que as propriedades, além de cachorros e gatos como animais domésticos, possuíam um jacu e um camaleão domesticados. Os animais se acostumaram com a presença humana a tal ponto de permitem certa aproximação para receber alimento, inclusive com hora certa, além de seguirem os “donos” quando estes exercem alguma tarefa no quintal. Também encontramos um caso de domesticação de papagaio, o que na região amazônica acaba sendo mais comum na zona rural.

O fato é que essas relações só reafirmam a ligação das famílias agricultoras com o ambiente que vivem e por mais que, do ponto de vista das leis ambientais, essas práticas de

domesticação sejam equivocadas, são reproduzidas nas gerações pela vontade de preservar as espécies e protegê-las da extinção, de acordo com as famílias.

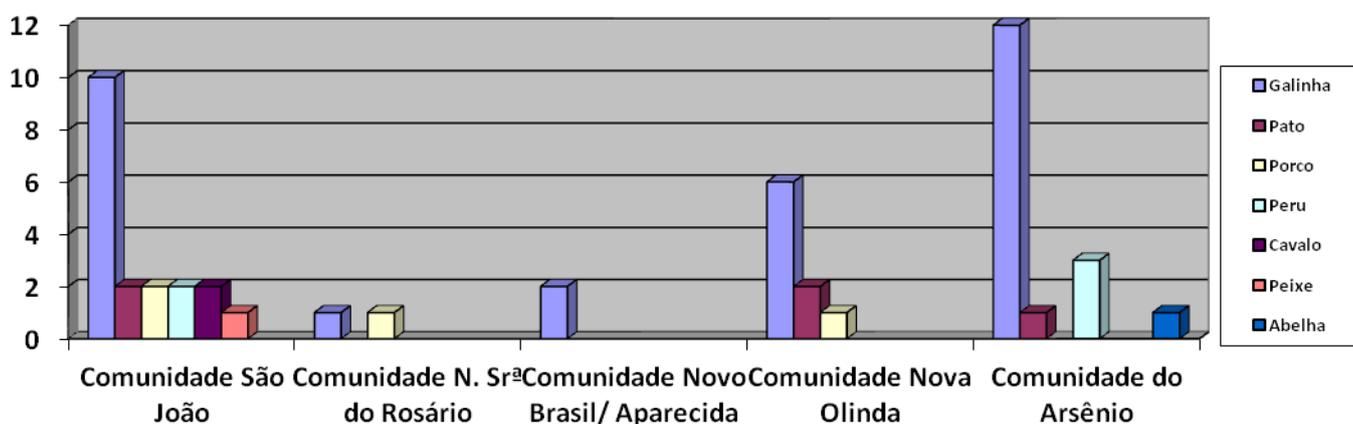
Fotos 16 e 17: Animais selvagens que foram domesticados nas comunidades. À esquerda o jacu e à direita o camaleão. Fonte: Pesquisa de campo.



Além dos casos exóticos, como os mencionados acima, observamos com mais frequência alguns animais domesticados presentes nos quintais. Em geral, são criados para consumo próprio da família, seja no dia-a-dia ou em ocasiões especiais, e para venda em si e de seus produtos derivados.

Abaixo segue o gráfico que mostra o número de famílias em cada comunidade que possui as criações de animais domesticados identificados pela aplicação do questionário e observação direta nos quintais agroflorestais.

Gráfico 1: Distribuição de criações de animais domesticados entre as famílias das cinco comunidades estudadas.



Percebe-se facilmente que as galinhas são preferidas pela grande maioria das famílias que possuem criações em seus lotes, inclusive sendo a única criação observada em todas as comunidades. São de raças variadas, desde galinha caipira à galinha da angola, raça picote, entre outras.

De 37 propriedades estudadas, 31 possuem essa prática, equivalente a 83,8% do total, sendo a maioria na comunidade do Arsênio com 12 famílias criando de galinhas em seus quintais agroflorestais. Resultado próximo foi encontrado por Cerda & Mukul (2008) em estudo sobre quintais agroflorestais realizado no México, onde 84% dos quintais estudados apresentavam galinhas em sua composição.

Elas são de fácil alimentação, geralmente consumindo milho produzido na própria propriedade, “ciscando” no quintal ou sendo alimentadas com ração comprada no mercado, o que é mais raro, pois as famílias ressaltam que o sabor da “galinha caipira”, criada sem insumos externos, é mais saboroso do que das galinhas de granja. Por isso fazem questão de ter seus “bicos” no quintal para que a alimentação da família não dependa do mercado.

As galinhas também geram um produto muito utilizado: os ovos. Talvez seja o produto de maior comercialização do quintal, junto com as próprias galinhas, permitindo geração de renda o ano todo, pois sempre há uma galinha “botando e chocando” no quintal. A venda dos ovos ou mesmo das galinhas não possui um controle rigoroso, por isso não foi possível quantificar a renda exata proveniente dessa atividade. As informações que conseguimos foram entorno do valor aproximado de venda, que no caso dos ovos fica entre 0,20 e 0,30 centavos, das galinhas “caipiras” variando entre 30,00 e 50,00 reais e das galinhas “caipirão”, alimentadas com ração de mercado, variando entre 20,00 e 40,00 reais, o que já mostra o quanto é significativa a contribuição na renda familiar com a venda desses itens.

Além disso, mesmo que não sejam comercializadas as galinhas, os ovos ou qualquer outro produto que saia do quintal, eles vão direto para a mesa da família, evitando o gasto com a compra externa desses produtos, gerando economia e saúde, pois a procedência dos alimentos é conhecida, ou seja, a família alcança sua segurança e soberania alimentar.

A forma como são criadas varia em cada família. Existem famílias que permitem que as galinhas fiquem soltas no quintal para “ciscarem” em todo o terreno buscando sua alimentação, outras são criadas em seus galinheiros com espaço delimitado e muitas vezes dividido de acordo com a idade ou raça da galinha.

Um elemento interessante que pudemos observar é o fato de que famílias que priorizam a criação de galinhas e patos soltos possuem menor variedade de plantas em seus quintais, principalmente plantas de pequeno porte muitas vezes utilizadas na alimentação

como temperos. Mesmo que estas sejam cercadas, o que também podemos observar com frequência, as galinhas e patos “ciscam” nesses espaços, revirando a terra, se alimentando das folhas e acabam matando as plantas. Acaba sendo uma escolha: quem tem mais plantas no quintal cerca suas galinhas e patos ou mesmo deixa de criá-los.

Patos e porcos foram observados com menor frequência. Algumas famílias até possuíam criação desses animais antes da pesquisa, mas por diversos motivos, como doenças ou abates de todos os indivíduos para consumo próprio, não prosseguiram com a atividade.

No caso dos patos, as famílias relatam que eles são mais sensíveis a doenças do que as galinhas, por isso quando algum animal fica doente, logo todos ficam também. Algumas doenças foram frequentemente relatadas, como “catarro”, “tristeza” e “doença do gogo”, assim conhecidas popularmente pelas comunidades.

Reconhecendo os saberes tradicionais das populações rurais da região amazônica, registramos um hábito aparentemente comum na região para prevenir e tratar determinadas doenças nas criações de animais. Algumas plantas cultivadas no quintal não são diretamente para consumo da família e sim para preparo de banhos para os animais ou para misturar na água e alimentos consumidos por eles, assim como algumas também são plantadas perto do local onde os animais dormem, protegendo-os das doenças.

Já os porcos são criados para o consumo da família em ocasiões festivas, geralmente para comemoração de algum aniversário, casamento ou batismo, pois segundo as famílias “dão mais trabalho mas são mais gostosos” e ainda necessitando de um tempo maior para chegar ao ponto de abate.

A maioria das criações de animais é para consumo próprio da família, vendendo-se apenas o excedente que não fará falta em sua alimentação, ou mesmo trocando-se um animal por outro, sendo também comum a prática de doação de produtos à famílias que passam por problemas financeiros.

Fotos 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24 e 25. Criações de galinhas, patos, porcos e abelhas nos quintais agroflorestais, inclusive com aproveitamento de materiais diversos, como pneus e eletrodomésticos para alimentação e alojamento dos animais. Fonte: Pesquisa de campo.





4.2.2 “OS PEZINHOS”: COMPOSIÇÃO FLORÍSTICA

Foram identificadas 123 espécies vegetais nos 37 quintais agroflorestais nas 5 comunidades estudadas (nos apêndices lista completa das 123 espécies identificadas). As categorias de uso e a porcentagem representativa encontradas dentro do total de espécies identificadas seguem abaixo no quadro demonstrativo.

Quadro 8. Lista de categorias e porcentagem dentro do total de espécies identificadas

Categorias	Medicinais	Frutíferas / Alimentícias	Madeirei rãs	Ornamentais	Condimentares	Outros
Total de Espécies	45	37	15	10	9	7
Porcentagem	36%	30%	12%	8%	7%	6%

As plantas medicinais somaram 45 espécies, representando 36% do total de espécies identificadas, sendo o maior grupo observado.

As plantas frutíferas, agregando outras plantas alimentícias no mesmo grupo, somaram 37 espécies identificadas, representando 30% do total de espécies.

As plantas de utilização madeireira somaram 15 espécies, entre nativas e exóticas cultivadas, representando 12% do total de espécies identificadas.

As plantas ornamentais somaram 10 espécies, representando 8% do total de espécies identificadas, porém devemos ressaltar que este é um grupo considerável quando observamos os quintais agroflorestais, pois apresenta elevado número de indivíduos. A dificuldade em identificar consta na variedade dos indivíduos de uma mesma espécie, variedades geradas de experimentações como cruzamentos de espécies, e que muitas vezes podem ainda nem ter sido identificadas oficialmente.

As plantas utilizadas como condimentos alimentares somaram 9 espécies, representando 7% do total de espécies identificadas.

E plantas utilizadas para diversas finalidades, como utensílios domésticos, artesanato e outras, somaram 7 espécies, representando 6% do total de espécies identificadas.

As cinco espécies mais encontradas foram: banana, coco, cupuaçu, açaí e limão, respectivamente, sendo observadas em todas as comunidades em praticamente todos os quintais agroflorestais. Apesar das frutíferas não terem sido a maior categoria em número de espécies, suas espécies apresentaram maior número nos quintais, ou seja, foram as espécies com maior frequência.

Quadro 9. Lista de espécies com maior frequência

Nome comum	Nome científico	Família	Finalidade
Banana	<i>Musa sp.</i>	Musaceae	Alimentação
Coco	<i>Cocos nucifera</i>	Arecaceae	Alimentação
Cupuaçu	<i>Theobroma grandiflorum</i>	Sterculiaceae	Alimentação
Açaí	<i>Euterpe oleracea</i>	Arecaceae	Alimentação
Limão	<i>Citrus sp.</i>	Rutaceae	Alimentação

Segundo Rosa *et al* (2009), a preferência pelas espécies frutíferas está diretamente relacionada ao fato dessas espécies serem utilizadas na alimentação das famílias. Além disso, as espécies também apresentam valor comercial, contribuindo na renda familiar e ainda proporcionando conforto ambiental e lazer para os membros da família.

Para Miranda (2011) as frutas são importantes por serem alimentos frescos que as famílias podem ter acesso imediato, diferentemente dos alimentos comprados que não se conhece o tempo de armazenamento e de circulação e por isto podem estar sem a devida qualidade para consumo, além de não se conhecer também seu processo produtivo correndo o risco de consumir produtos com elevados teores de agrotóxicos.

A banana (*Musa sp.*) é originária do continente asiático mas possui dezenas de variedades no mundo, e no Brasil as mais conhecidas e consumidas são: banana nanica, prata, maçã e da terra. É uma fruta tropical de polpa macia, saborosa e doce, rica em fibras, proteína, carboidrato, fósforo, potássio e vitaminas. Em sua composição, aproximadamente 70% do fruto é água. São muito consumidas *in natura*, fritas, cozidas e assadas, sendo utilizadas em muitos pratos típicos da culinária brasileira, ou mesmo como sobremesa em diversas formas (LIMA *et al*, 2000) . A banana é um alimento altamente energético cujos hidratos de carbono são facilmente assimiláveis, também apresentando boas quantidades de vitaminas do complexo B e C. Por ser rica em potássio, ajuda a evitar e a regular a hipertensão arterial, sendo que as bananas maduras são bastante eficientes para controlar a diarreia, ajudando também no controle do sono e na melhora do humor (MIRANDA, 2011).

O côco (*Cocos nucifera*) é uma palmeira muito comum em ilhas, praias e abundantemente encontrada na região dos nordeste brasileiro. É considerada uma das culturas perenes mais importantes da economia agrícola gerando renda a partir de uma diversidade de produtos, tendo como principal o côco *in natura*, cuja água constitui um isotônico natural. A planta é de contínuo florescimento e frutificação ao longo do ano, possuindo também grande capacidade de adaptação às condições físicas e hídricas do solo, podendo se desenvolver em ambientes com alta salinidade e solos de baixa fertilidade natural (PASSOS, 2005).

O cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*) é uma frutífera nativa de florestas tropicais úmidas, comumente encontrada nas matas amazônicas. Bem adaptada à sombra é apropriada para cultivo em consórcio com outras espécies, inclusive sendo espécie comum nos SAF's da região norte, onde é explorada comercialmente por oferecer ótimas condições de aproveitamento na indústria alimentícia. Sua frutificação está no período de janeiro à abril com 30% de polpas aproveitáveis. É considerada uma das melhores frutas regionais sendo utilizada para fabricação de sorvetes, doces, compotas, ainda podendo ter suas sementes transformadas em cupolate, produto similar ao chocolate (SANTOS, 1992).

Das espécies frutíferas mais encontradas, o açaí (*Euterpe oleracea*) é uma das mais importantes na região. Palmeira nativa da Amazônia de importância econômica, social e cultural utilizada de várias formas pela população da região: planta ornamental, construções mais rústicas como pontes, remédio como vermífugo e anti-diarreico, confecção de biojóias, ração animal, adubo, produção de celulose como papel Kraft, mas principalmente, produção de frutos e palmito para a alimentação. A produção e utilização do fruto do açaí na Amazônia é conhecida desde a época pré-colombiana sendo consumida em larga escala pela população local, e mais recentemente se consolidando nos mercados nacional e internacional. O Pará é o maior produtor de açaí, seguido do Amapá. (VASCONCELOS *et al*, 2010).

Além de seus produtos serem muito procurados no mercado, seu plantio em áreas de terra firme, especialmente consorciado com outras espécies como cacau, cupuaçu e banana, contribui para recuperar áreas degradadas por pimentais, roças ou pastagens abandonadas (VASCONCELOS *et al*, 2010). A preferência das famílias por espécies frutíferas é decorrente destas fazerem parte da dieta alimentar das mesmas, além da tradição cultural amazônica que influencia na escolha da composição dos quintais agroflorestais (ROSA *et al*, 2007). O açaí também é rico em cálcio e fonte de sais minerais como fósforo e ferro, proteínas, lipídios, vitamina B1, vitamina B2 e vitamina C, além de alto teor de fibras que favorecem o trânsito intestinal (MIRANDA, 2011).

O limão (*Citrus sp.*) apresenta como principais componentes o ácido cítrico, os bioflavonóides e a vitamina C. Por ser rico em vitamina C torna o organismo mais resistente às infecções, pois auxilia na absorção do ferro de outros alimentos, além de diminuir as taxas de colesterol e o risco de alguns tipos de câncer (MIRANDA, 2011).

Apesar das espécies frutíferas serem a grande preferência das famílias, existem outras categorias bastante presentes na composição dos quintais estudados. As plantas medicinais, por exemplo, representaram o maior grupo de espécies identificadas, mesmo sem identificação das muitas variedades encontradas.

É comum que seja reservada uma área específica para o cultivo dessas plantas medicinais e condimentares num único espaço ou em diversos pontos do quintal. Em alguns quintais esses tipos de planta são cultivadas acima do solo, para evitar que os animais de pequeno porte, principalmente as galinhas, “cisquem” nos canteiros e acabem com a produção. Plantas de pequeno porte muitas vezes são produzidas nos conhecidos “jiraus” de madeira suspensos que podem ter variadas formas e tamanhos, inclusive reutilizando outros materiais, como canoas fora do uso. Quando cultivadas no nível do solo elas são protegidas por pequenas cercas que impedem os animais de “bagunçar o pé das plantas”.

As plantas medicinais cultivadas com maior frequência em nossa área de estudo para tratar de determinadas doenças são consumidas principalmente sob as formas de infusões, também conhecidas como “banhos”, e chás que proporcionam alívio de dores e outras enfermidades. Os conhecimentos sobre cada planta, sua indicação e sua forma de uso são repassados entre as mulheres dentro da família, mas podem ultrapassar fronteiras até regionais, compartilhando saberes (WINKLERPRINS, 2005).

Medicamentos industrializados que até poderiam gerar resultados melhores e mais rápidos sobre as enfermidades, estão disponíveis das drogarias urbanas, porém seu custo implica desde deslocamento até gasto de recurso que é precioso para a manutenção da casa. Porém, devido às despesas e a dificuldade de acessar médicos, as famílias optam pelo tratamento com plantas medicinais sem consultar nem farmacêuticos, sendo a homeopatia um recurso muito importante para a saúde e bem estar, principalmente para populações rurais com pouco acesso às estruturas sociais (WINKLERPRINS, 2005).

Uma curiosidade observada por nós durante a pesquisa é o fato de algumas plantas medicinais serem popularmente conhecidas com nomes comerciais de remédios produzidos pela indústria farmacêutica, como por exemplo, “anador” e “insulina”, fato que já foi constatado também por Santos *et al* (1992) num levantamento de espécies que compõem os quintais agroflorestais no município de Augusto Corrêa - PA.

As plantas utilizadas como condimentos para adicionar sabor à refeições são comumente destacas em pratos regionais como peixes, mas em geral, cheiro verde, chicória, manjericão e pimenta são encontrados nas carnes, frango e outros alimentos (WINKLERPRINS, 2005).

As plantas ornamentais são cultivadas pelo prazer estético, possuindo também valor de troca, atribuídas de um significado simbólico entre quem cultiva e doa e quem recebe e planta. As flores são consideradas verdadeiros presentes para ocasiões especiais ou não e marcam

relações de afeto entre as pessoas envolvidas. As mulheres são, quase que exclusivamente, as cuidadoras diretas dessa categoria encontrada nos quintais (WINKLERPRINS, 2005).

O consumo das espécies encontradas nos quintais é imediato, até porque a maioria é consumida *in natura*, ou passa por algum tipo de processo fácil e rápido antes de chegar até a casa. É comum ouvir que por conhecerem a procedência do material, os membros da família se sentem mais seguros ao consumir o que chega à mesa, pois os produtos que vêm de fora, principalmente para alimentação, não são confiáveis do ponto de vista do tratamento para produção e até mesmo do transporte.

A seguir, o trecho de uma conversa com uma das mulheres entrevistadas que dentre suas atividades, também é responsável pelo manejo da horta que possui no quintal agroflorestral:

O que agente tem aqui em casa é agente que cuida com todo carinho de ter que molhar todo dia, de olhar pra não dar bicho e cuidar sem ter que pôr veneno. Então quando agente vai comer, sabe que não tem problema nenhum, sabe porque conhece como foi que plantou, cresceu e colheu. Mas o que vem de fora como dá pra confiar se foi cuidado desse mesmo jeitinho? Até porque ninguém faz nem questão de esconder que usou veneno pros bichos! Eu é que não sei como foi que o povo da cidade já se acostumou de comer desse jeito sem saber direito de onde veio. Por isso o meu é certinho, eu é que fiz.

A composição de fauna e flora dos quintais agroflorestrais estudados, mostra a grande variedade de animais e plantas de uso múltiplo que asseguram uma produção diversificada de alimentos e produtos úteis durante o ano todo.

A seguir o calendário apresentando os meses do ano e as respectivas espécies e produtos gerados nos quintais estudados. Vale ressaltar que foram inseridos apenas os principais itens citados durante as entrevistas, que representam maior consumo e/ou venda, possibilitando alguma utilização para a família. O período de frutificação e/ou colheita das espécies foi informada pelas/os entrevistadas/os.

Quadro 10. Calendário com período de frutificação/colheita das principais espécies e produtos dos quintais agroflorestais estudados

<p style="text-align: center;">JANEIRO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cupuaçu • Pupunha • Goiaba • Jambo • Manga • Banana • Coco • Limão • Laranja • Cacau • Ovos • Pequenos animais (galinhas, patos, porcos, perus) • Plantas medicinais (chás, banhos) • Plantas condimentares (cheiro verde, chicória, pimenta) • Plantas ornamentais • Plantas madeireiras 	<p style="text-align: center;">FEVEREIRO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cupuaçu • Pupunha • Goiaba • Jambo • Manga • Banana • Coco • Limão • Laranja • Cacau • Ovos • Pequenos animais (galinhas, patos, porcos, perus) • Plantas medicinais (chás, banhos) • Plantas condimentares (cheiro verde, chicória, pimenta) • Plantas ornamentais • Plantas madeireiras 	<p style="text-align: center;">MARÇO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cupuaçu • Pupunha • Goiaba • Jambo • Banana • Coco • Limão • Laranja • Cacau • Ovos • Pequenos animais (galinhas, patos, porcos, perus) • Plantas medicinais (chás, banhos) • Plantas condimentares (cheiro verde, chicória, pimenta) • Plantas ornamentais • Plantas madeireiras
<p style="text-align: center;">ABRIL</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cupuaçu • Pupunha • Goiaba • Jambo • Banana • Coco • Limão • Laranja • Cacau • Ovos • Pequenos animais (galinhas, patos, porcos, perus) • Plantas medicinais (chás, banhos) • Plantas condimentares (cheiro verde, chicória, pimenta) • Plantas ornamentais • Plantas madeireiras 	<p style="text-align: center;">MAIO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cupuaçu • Pupunha • Goiaba • Jambo • Banana • Coco • Limão • Laranja • Cacau • Ovos • Pequenos animais (galinhas, patos, porcos, perus) • Plantas medicinais (chás, banhos) • Plantas condimentares (cheiro verde, chicória, pimenta) • Plantas ornamentais • Plantas madeireiras 	<p style="text-align: center;">JUNHO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Açaí • Goiaba • Jambo • Banana • Coco • Limão • Laranja • Cacau • Ovos • Pequenos animais (galinhas, patos, porcos, perus) • Plantas medicinais (chás, banhos) • Plantas condimentares (cheiro verde, chicória, pimenta) • Plantas ornamentais • Plantas madeireiras
<p style="text-align: center;">JULHO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Açaí • Caju • Banana • Coco • Limão • Laranja • Cacau 	<p style="text-align: center;">AGOSTO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Açaí • Caju • Banana • Coco • Limão • Laranja • Cacau 	<p style="text-align: center;">SETEMBRO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Açaí • Caju • Banana • Coco • Limão • Laranja • Cacau

<ul style="list-style-type: none"> • Ovos • Pequenos animais (galinhas, patos, porcos, perus) • Plantas medicinais (chás, banhos) • Plantas condimentares (cheiro verde, chicória, pimenta) • Plantas ornamentais • Plantas madeireiras 	<ul style="list-style-type: none"> • Ovos • Pequenos animais (galinhas, patos, porcos, perus) • Plantas medicinais (chás, banhos) • Plantas condimentares (cheiro verde, chicória, pimenta) • Plantas ornamentais • Plantas madeireiras 	<ul style="list-style-type: none"> • Ovos • Pequenos animais (galinhas, patos, porcos, perus) • Plantas medicinais (chás, banhos) • Plantas condimentares (cheiro verde, chicória, pimenta) • Plantas ornamentais • Plantas madeireiras
<p style="text-align: center;">OUTUBRO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Açaí • Caju • Banana • Coco • Limão • Laranja • Cacau • Ovos • Pequenos animais (galinhas, patos, porcos, perus) • Plantas medicinais (chás, banhos) • Plantas condimentares (cheiro verde, chicória, pimenta) • Plantas ornamentais • Plantas madeireiras 	<p style="text-align: center;">NOVEMBRO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Açaí • Caju • Manga • Banana • Coco • Limão • Laranja • Cacau • Ovos • Pequenos animais (galinhas, patos, porcos, perus) • Plantas medicinais (chás, banhos) • Plantas condimentares (cheiro verde, chicória, pimenta) • Plantas ornamentais • Plantas madeireiras 	<p style="text-align: center;">DEZEMBRO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Açaí • Caju • Manga • Banana • Coco • Limão • Laranja • Cacau • Ovos • Pequenos animais (galinhas, patos, porcos, perus) • Plantas medicinais (chás, banhos) • Plantas condimentares (cheiro verde, chicória, pimenta) • Plantas ornamentais • Plantas madeireiras

Podemos observar que algumas espécies e produtos gerados nos quintais agroflorestais estão disponíveis o ano todo para utilização das famílias. Os principais são os ovos, principalmente das galinhas por serem os animais domesticados de presença mais comum nos quintais, mas também podendo ser ovos de patas. São utilizados como complemento em quase todas as refeições, sendo apanhados nos ninhos espalhados pelo quintal e já previamente conhecidos pelas famílias. No caso de um número considerável de “bicos” no quintal com uma produção de ovos maior que o consumo, é comum que as famílias vendam o excedente.

Onde há ovos, também há galinhas e patas, assim como pode haver perus e porcos, pequenos animais domesticados que abastecem as famílias com suas carnes. Observamos que nas famílias com diversidade de criações e número considerável de indivíduos, o consumo de carne externa à propriedade é bem pequena, quase sempre sendo de carne vermelha, item

menos comum no cardápio das comunidades estudadas. O consumo de produtos industrializados, como enlatados, também é bem menor, como constatado por Miranda (2011).

Banana, coco e limão, espécies dentro do grupo de maior frequência, estão disponíveis durante todo o ano e comumente fazem parte da dieta alimentar das famílias, seja durante as refeições, após elas, nos lanches no decorrer do dia, ou mesmo no auxílio ao preparo de alimentos. Cupuaçu e açaí que também possuem maior frequência possuem período de frutificação determinada, de janeiro à junho e julho à dezembro, respectivamente, mostrando que as cinco espécies mais frequentes estão harmoniosamente distribuídas durante o calendário para o consumo das famílias.

Outras frutas com frequência considerável também aparecem no calendário distribuídas ao longo do ano. Pupunha, goiaba, manga, graviola e jambo aparecem nos meses do primeiro semestre, período mais chuvoso na região amazônica, ao contrário de caju, jaca e acerola que são frutas típicas do “verão amazônico”, período com menor incidência de chuvas nos meses do segundo semestre do ano.

As plantas medicinais, condimentares, ornamentais e as espécies madeireiras estão disponíveis durante todo o ano, sendo colhidas e processadas somente quando há necessidade na família ou vizinhança, apresentando sempre um estoque considerável.

O quintal complementa a alimentação das famílias que é obtida em outras atividades, como pesca, roça de lavoura branca, pastagens. A roça, por exemplo, produz gêneros de alto poder calórico, como mandioca, milho, feijão, enquanto o quintal fornece alimentos ricos em proteínas, vitaminas e sais minerais, produzindo num fluxo pequeno, mas contínuo, de produtos vistos como complementares que garantem a alimentação da família e a produção de excedentes para venda nos mercados locais (DUBOIS, 1996).

Diversos autores ressaltam a composição dos quintais agrofloretais para afirmar sua importância na construção da soberania alimentar na agricultura familiar, como Rosa *et al* (2007) por exemplo, que constatou que 68,4% das espécies observadas nos quintais estudados na região de Bragança, também no nordeste paraense, eram utilizadas na alimentação, sendo que 51,3% eram frutíferas, além de 14,5% medicinais, 13,2% madeireiras e o restante (3,9%) utilizado para outros fins.

O estudo sobre quintais agrofloretais realizado por Cerda & Mukul (2008) no México trabalhou a importância desses espaços para tratar do quadro de desnutrição das crianças no meio rural do país, onde cerca de 50% delas sofre de desnutrição crônica. Através de programas governamentais e independentes foi incentivada a melhoria dos quintais para

contribuir na supressão das necessidades nutricionais das populações rurais, principalmente as crianças.

Os quintais agroflorestais são uma forte expressão dos SAF's na Amazônia e de como as famílias agricultoras buscam a autossuficiência da unidade em todos os espaços. Os conhecimentos tradicionais são transmitidos de geração em geração, principalmente no que diz respeito ao trato com as plantas e animais. Assim, principalmente os quintais são transformados numa dispensa e farmácia "vivas", fornecendo produtos utilizados na dieta alimentar das famílias, como frutas, condimentos e pequenos animais, além de remédios para os mais diversos tipos de tratamento, também proporcionando conforto ambiental (ROSA *et al.*, 2007).

Para Dubois (1996) o quintal agroflorestal pode e deve ser considerado como área de produção, pois cultiva uma mistura de espécies agrícolas e florestais, juntamente com a criação de animais domésticos e domesticados, permitindo para a população local uma complementação importante de alimentos e outros recursos, além de poder aumentar a renda familiar.

Um bom quintal deve fornecer produtos úteis para as famílias durante o ano todo, por isso devem reunir grande número de espécies e suas variedades. Quando vão planejar o quintal agroflorestal, as famílias escolhem espécies de relevância para a subsistência, já com perspectiva de comercializar o excedente. Mas também preservam indivíduos que já estão presentes, sendo muitas vezes comuns da própria região (DUBOIS, 1996).

Os quintais devem satisfazer as necessidades domésticas mais importantes. Mas são eles também os lugares onde as crianças brincam aprendendo a correr e subir em árvores e onde os jovens e adultos descansam e conversam à sombra de árvores refrescantes no final da tarde. É o lugar onde as roupas são lavadas e secas, onde a alimentação é preparada em grande parte. Quintais são importantes para o bem-estar das famílias, contribuindo para sua formação e reprodução, podendo ser vistos como sistemas fortemente relacionados que se refletem em sua estrutura (CERDA & MUKUL, 2008).

4.3 “AJUDA” OU TRABALHO: QUAL A CONTRIBUIÇÃO DA MULHER NA AGRICULTURA FAMILIAR?

Ao se fazer o recorte de gênero no universo da agricultura familiar, é fácil observar que, em geral, predomina a invisibilidade do trabalho feminino nas atividades produtivas. Em outras palavras, as atividades realizadas pela mulher nem sempre são consideradas como trabalho, mas como “ajuda”. Em contrapartida, há uma acentuada valorização do trabalho masculino.

A “divisão social do trabalho familiar” é influenciada não só pelo sexo, como também pela idade e define, inclusive, o que é o trabalho ou mesmo se é trabalho. Esses papéis são socialmente construídos no interior da família e podem variar de sociedade para sociedade. Na agricultura familiar, caracterizada pelo caráter familiar do trabalho na unidade, os papéis e funções assumidas pelos membros da família, muitas vezes são naturalizadas, justificadas e reproduzidas a partir das características físicas e biológicas (BATISTA, 2009).

Em nosso estudo caracterizamos essa segmentação de tarefas entre homens e mulheres como sendo a divisão sexual do trabalho e buscamos desconstruir a invisibilidade dada ao trabalho feminino, seja na esfera pública ou privada.

Para nós “a mulher das camadas sociais diretamente ocupadas na produção de bens e serviços nunca foi alheia ao trabalho. Em todas as épocas e lugares tem ela contribuído para a subsistência de sua família e para criar a riqueza social” (SAFFIOTI, 2013). Por isso acreditamos ser importante e necessário reconhecer o trabalho das mulheres, especialmente no manejo dos quintais agroflorestais, que por si só já são vistos como espaços secundários de produção e reprodução das famílias rurais.

Os estudos mais antigos sobre quintais agroflorestais centraram na contribuição destes para a conservação de recursos genéticos vegetais. Mais recentemente os estudos começaram a trabalhar o papel sócio-ecológico dos quintais, para visibilizá-los não só como espaços produtivos, mas também espaços onde os laços entre ecologia, sociedade e cultura tornam-se indissociáveis. Os quintais não apenas refletem a acessibilidade à recursos primários, como alimentos e remédios, mas também revelam mecanismos sociais invisíveis que são parte da estratégia de reprodução social da agricultura familiar (BUCHMANN, 2009).

Rosa *et al* (2007) e Winklerprins (2005) em seus estudos sobre quintais agroflorestais na região amazônica, mostraram que esse é um espaço majoritariamente mantido por mulheres e que representa a vida em geral, já que são locais que agregam atividades reprodutivas e produtivas do grupo doméstico e uma vez que esse grupo vive e trabalha nesse local, não podemos separar o espaço de sua função social.

Mesmo quando se conclui que a tomada de decisões relacionadas à agricultura como um todo não é nem somente do homem, nem somente da mulher, mas do casal em conjunto sobre que espécies plantar, onde e quanto, como no estudo de Lope-Alzina (2007), nos quintais é a mulher que protagoniza o manejo desse espaço.

Ao analisar a questão de gênero na agricultura familiar, em geral, predomina a invisibilidade do trabalho feminino nas atividades produtivas. Segundo Vieira (2006) “as atividades realizadas pela mulher nem sempre são consideradas como trabalho. Em contrapartida, há uma acentuada valorização do trabalho masculino”. E sobre o tempo da mulher dedicado à atividade agrícola, sabe-se que elas desempenham suas funções produtivas e reprodutivas na unidade familiar, ainda exercendo outras atividades, como veremos mais adiante.

Do total de 37 famílias visitadas e entrevistadas nas 5 comunidades estudadas, foram 73 pessoas que responderam ao questionário aplicado, sendo 37 mulheres e 36 homens. Nossa pesquisa focou na vida das 37 mulheres entrevistadas e por isso vamos trabalhar principalmente com as informações cedidas por elas durante as entrevistas, além das observações realizadas em campo.

Considerando as 37 mulheres entrevistadas, destacamos a média das principais informações obtidas a partir dos questionários e da observação direta em campo, após traçar o perfil socioeconômico das mesmas que possui versão completa nos apêndices do trabalho.

Quadro 11. Perfil das mulheres entrevistadas

Informações	Média
Idade	49 anos
Filhos/as	2
Escolaridade	4ª série fundamental
Benefício da Previdência	78%
Organização Social	35%
Participação de capacitações	21%
Trabalho fora de casa	29%

Entre as 37 entrevistadas, a média de idade foi de aproximadamente 49 anos, considerando que a faixa etária variou entre 24 e 73 anos. A média de filhos/as ficou próxima de 2 por família, variando entre famílias com nenhum/a filho/a até famílias com 5 filhos/as. Ao observar a tabela percebemos que a taxa de natalidade nessas comunidades é baixa em geral, traçando um perfil diferenciado de novas famílias rurais.

Quanto à escolaridade, ainda é baixa, principalmente comparada à dos homens. Em geral, as mulheres pararam em alguma série do ensino fundamental, muitas vezes nem completando o primeiro ciclo até a 4ª série. Registramos desde casos de analfabetismo até ensino superior em curso, e é importante ressaltar que a média de idade acompanhou a escolaridade, quanto menor idade maior grau de escolaridade, com algumas exceções.

Das 37 entrevistadas, apenas 7 não recebem nenhum tipo de benefício da previdência. 30 mulheres possuem benefícios, entre os quais o principal é do Programa Bolsa Família do Governo Federal. O programa distribui renda para que as famílias possam manter os/as filhos/as na escola e como estes estão sob responsabilidade da mulher, considerando a divisão sexual do trabalho, são elas que administram o recurso.

A aplicação do recurso proveniente do benefício é administrada pela mulher que decide como e onde aplicar. Nem sempre ele é utilizado de forma direta para a manutenção dos/as filhos/as na escola, com a compra dos materiais necessários para o estudo, por exemplo, mas também na compra de alimentos, roupas, sapatos e outros itens, pessoais ou coletivos, que de forma indireta, mas extremamente necessária, também contribuem para sua permanência na escola.

Sobre a participação política podemos colocar a diferença numérica entre as mulheres que participam das associações e as que não participam. São apenas 13 associadas contrastando com 24 não associadas. As mulheres associadas, porém, não ocupam os cargos de maior prestígio e poder de decisão, como presidência e tesouraria, por exemplo, esses cabem aos homens, elas estão no secretariado ou muitas vezes são apenas membros associados sem cargo.

Pudemos observar uma única exceção na comunidade do Arsênio, onde a associação das famílias colaboradoras do projeto “Raízes da Terra” é presidida por uma mulher. É na figura feminina que se centralizam as informações e a tomada de algumas decisões referentes ao andamento das atividades do projeto na comunidade. Ela também participa da associação comunitária, presidida por um homem, que trata das questões gerais da comunidade, além do grupo que organiza as atividades religiosas da igreja católica da comunidade, também presidido por um homem.

Fora essa exceção, o perfil de participação das mulheres nas atividades das associações gira em torno de uma “ajuda”, seja na estrutura, alimentação, secretaria, ou mesmo uma mera representação do marido quando este precisa se ausentar por algum motivo. Quando são cursos de capacitação, o número de participação feminina é ainda menor, apenas 8 mulheres já participaram de alguma atividade de caráter mais formativo, sendo que nem todas eram

vinculadas ao projeto “Raízes da Terra”. Esses cursos, em geral, foram de bordado, manejo de plantas ornamentais, e outras atividades vistas como femininas. Lembrando que das 37 entrevistadas, 28 não participaram sequer desse tipo de qualificação.

Já na questão do trabalho fora do lote são 11 mulheres que o praticam, com empregos fixos ou temporários, ligados ou não diretamente à agricultura, e 25 mulheres que não trabalham fora do lote. Porém, todas trabalham na casa e no quintal (como extensão desta), sem exceção. E mesmo as mulheres que trabalham fora assumem também as tarefas domésticas, seja antes ou depois de cumprir uma jornada de trabalho fora. As/os filhas/os mais velhas/os dividem determinadas tarefas com as mães, mas mesmo assim estas continuam sendo as responsáveis pela administração da casa e da família.

Sobre o trabalho vale retomar o debate sobre sua divisão a partir do sexo. Segundo Costa & Kato (2007) a organização do trabalho constrói espaços de gênero definindo o que são trabalhos específicos de mulheres e homens, sendo de grande importância aprofundar nos estudos referentes às relações de gênero para contribuir no processo de desnaturalização das relações sociais entre mulheres e homens construídas a partir das diferenças entre os sexos e transformadas em desigualdades sociais.

Um estudo realizado na mesma região de nossa pesquisa, englobando comunidades por nós também estudadas, mostrou como a divisão social (e para nós também sexual) do trabalho é vista pelas/os agricultoras/es. Foram 28 mulheres e 4 homens entrevistadas/os durante o ano de 2004 e a conclusão do estudo foi que, “geralmente, no meio rural, no contexto da agricultura, a categoria trabalho só se aplica ao homem” (COSTA & KATO, 2007).

Os homens entrevistados não consideram as tarefas domésticas exercidas pelas mulheres como “trabalho de verdade” e o trabalho que a mulher exerce na roça é considerado apenas um auxílio, uma “ajuda” ao trabalho do homem. Mesmo assim, as tarefas consideradas “pesadas”, como por exemplo, arrancar mandioca, torrar farinha e capinar, colocadas como masculinas, são frequentemente exercidas pelas mulheres, seja na rotina ou na ausência do homem por motivo de doença ou em outras ocasiões. Sendo que o homem também pode vir a realizar determinadas tarefas consideradas femininas na ausência da mulher, o que ocorre muito esporadicamente (COSTA & KATO, 2007).

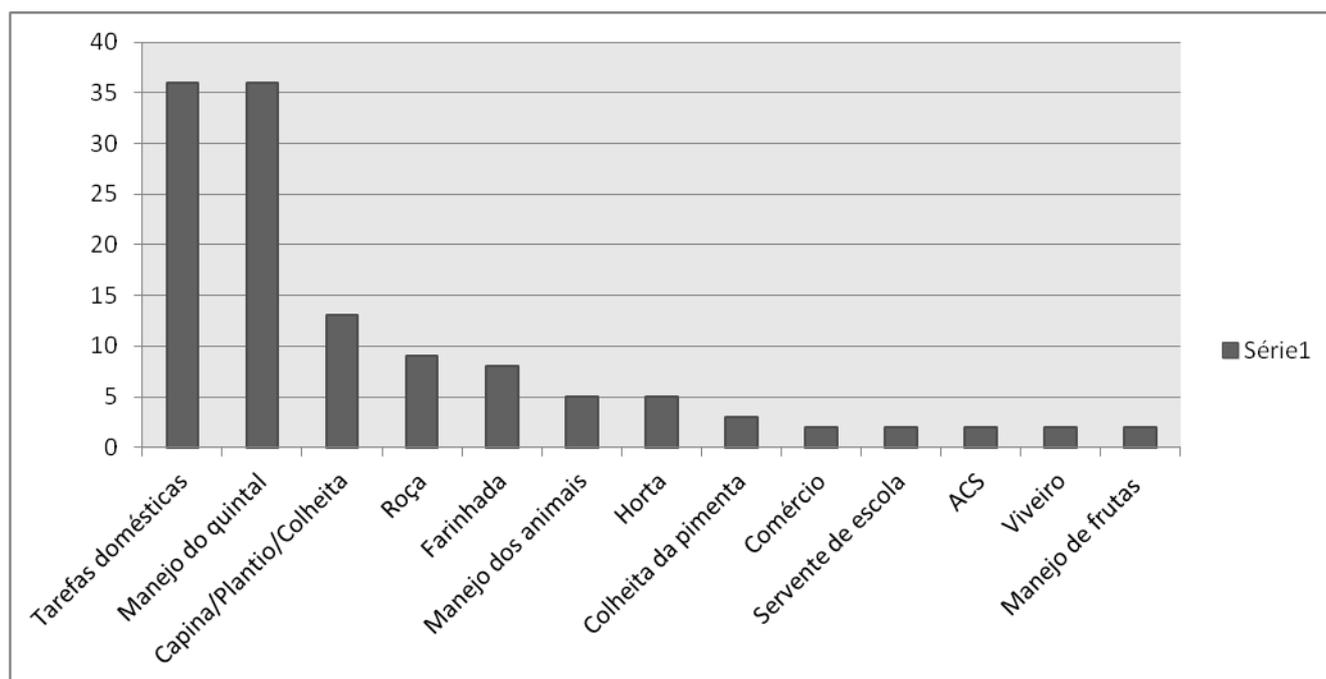
Outro fator interessante do trabalho de Costa & Kato (2007) foi a relativização entre o tempo de trabalho de mulheres e homens na roça, especificamente. A mulher necessita dividir seu tempo entre as tarefas domésticas e o trabalho na roça, por isso o horário de ir para a roça

é diferente, sendo que ela vai mais tarde e volta mais cedo, pois deve atender as crianças, preparar a comida e demais tarefas que lhes são atribuídas no âmbito da casa.

Porém, se somarmos o tempo de trabalho da mulher nos diferentes espaços que ocupa, chegaremos a um número mais elevado que o tempo de trabalho do homem, pois na jornada feminina podemos incluir diversas outras atividades, que muitas vezes nem chegam a ser contabilizadas por não serem consideradas trabalho. Por exemplo, as 37 mulheres entrevistadas declararam continuar a trabalhar nos fins de semana, já que as tarefas domésticas continuam, sendo que a maioria dos homens declarou não trabalhar, pois não vão para a roça.

A seguir temos o gráfico que indica as principais atividades exercidas pelas mulheres em todas as comunidades, já que não há grandes distinções entre elas. As informações foram coletadas a partir da aplicação de questionário e observação direta.

Gráfico 2. Atividades exercidas pelas mulheres entrevistadas



As principais atividades exercidas pelas mulheres entrevistadas são as tarefas domésticas e o manejo do quintal agroflorestal. Porém, é necessário destacar que nem todas as informações que compõem o quadro geral de atividades foram provenientes dos questionários. Ao contrário das tarefas domésticas, mencionadas por 100% das entrevistadas, o trabalho no quintal foi mencionado apenas por algumas mulheres, porém, no decorrer da

entrevista com a ajuda de perguntas mais abertas, além da observação direta percebemos que as mulheres trabalham bem mais do que elas próprias relatam.

Dentre as atividades descritas e observadas 100% das mulheres executam no mínimo duas: tarefas domésticas e manejo do quintal. Ressaltamos que dentro do manejo do quintal é comum a realização de tarefas como trato com os animais, manejo da horta, das frutas e do viveiro, que também apareceram como atividades independentes por terem sido mencionadas pelas entrevistadas.

Pudemos observar que 35% das mulheres entrevistadas também executam alguma atividade ligada diretamente à roça, como capina, plantio e colheita, sendo que algumas o fazem com regularidade diária, outras não.

Segundo Lope-Alzina (2007) a divisão sexual do trabalho que se reproduz no meio rural, acaba por designar determinadas tarefas específicas para as mulheres agricultoras, como por exemplo, os quintais, vistos como espaços secundários de produção. Para a autora, a habilidade e o conhecimento adquirido e acumulado pelas mulheres faz com que essa atividade em especial seja de sua responsabilidade, gerando diversos benefícios para a família com sua produção. Já os homens vêm o quintal como mero espaço de experimentação de novas espécies e variedades, não planejando uma produção contínua nesse espaço.

Essas mulheres desenvolveram estratégias para conciliar o tempo entre suas atividades na roça, vistas como as produtivas de fato, com as tarefas domésticas, que continuam sendo de sua responsabilidade.

Essa estratégia, de acordo com os relatos mais comuns, consiste em flexionar os horários de trabalho na roça, onde ela vai mais tarde e volta mais cedo que o homem. Isso porque a mulher só consegue estar “liberada pra roça” depois de preparar o alimento das crianças e organizá-las para a escola, cuidando ainda de outros afazeres domésticos como a lavagem de roupa, só assim conseguem “adiantar o serviço de casa pra ir pra roça”. Porém, devem voltar mais cedo, já que a alimentação deve ser servida na hora certa para a família, assim como outros afazeres ainda esperam, e as crianças sempre demandam alguma atenção e cuidado.

Dentro das atividades relacionadas com os quintais, a mais comum é a limpeza. Já que o quintal é considerado o cartão de visitas da casa e da família, deve estar sempre bem limpo e essa então é a principal atividade relatada pelas mulheres quando se trata em cuidado com o quintal. A limpeza consiste no ato de varrer, amontoar e muitas vezes, queimar as folhas caídas das árvores presentes nos quintal.

Mesmo sendo vista como uma atividade que demanda certo esforço físico e até paciência, pois as folhas não param de cair, essa atividade é relatada como uma das mais prazerosas realizadas pelas mulheres, assim como o cuidado com plantas de menor porte, como as medicinais e ornamentais. Segundo algumas mulheres, essa limpeza e cuidado com o quintal é uma “terapia” que “ajuda a relaxar”, além de deixar o ambiente bonito e agradável.

Dentro das atividades mais comuns descritas pelas mulheres quando perguntadas das tarefas domésticas, estão: preparar os alimentos, cuidar das roupas, limpar os espaços da casa, cuidar das crianças menores, entre outras, reassaltando que são atividades relacionadas ao conjunto de habitantes do lar, a família inteira, mas que quase sempre são de responsabilidade exclusiva delas, principalmente as mães.

Boa parte dessas atividades é realizada dentro da casa, porém o quintal como extensão desta também abriga diversas tarefas domésticas. Por exemplo, o preparo dos alimentos, desde sua limpeza até o cozimento, e muitas vezes o próprio consumo, é feito no quintal agroflorestal, nos “puxados” construídos como extensão da casa e que na maioria das vezes se configuram como a cozinha, apresentando fogão, geralmente de lenha, “jirau” como a pia e mesa com cadeiras para conversas e refeições.

Segundo Melo *et al* (2013) o “(...) trabalho realizado no interior dos domicílios (...) silenciosamente permite que a vida continue, mas as pessoas que o executam permanecem na sombra.”

A responsabilização pelas tarefas domésticas, de forma invisibilizada e com menor importância na hierárquica divisão social e sexual do trabalho, ainda limita o tempo livre das mulheres para sua participação e organização política. O Estado capitalista não arca, por exemplo, com restaurantes, lavanderias e creches, além de escolas em tempo integral públicas e de qualidade, também não aumenta significativamente o salário mínimo das/os trabalhadoras/es possibilitando que tenham acesso a esses serviços tão necessários. Essa é mais uma estratégia do Estado capitalista para se manter e se reproduzir diminuindo significativamente o custo de reprodução da força de trabalho e ampliando seus lucros às custas da exploração sobre as mulheres (CISNE, 2012).

A não valorização do trabalho feminino faz com que muitas mulheres não se reconheçam como trabalhadoras, não construindo uma identidade inclusive enquanto classe, isso se reflete no comodismo de algumas mulheres que não participam e nem se organizam politicamente nas associações, sindicatos, movimentos sociais, deixando de opinar e mesmo decidir sobre as lutas por direitos e demandas de suas próprias vidas. Essa dificuldade é fruto da divisão sexual do trabalho na sociedade moderna (CISNE, 2012).

Segundo Saffioti (2013) o emprego efetivo da força de trabalho de mulheres e homens se configura de forma diferenciada nos diversos tipos de formação econômico-social, pois cada modo de produção apresenta suas próprias leis. No caso de sociedades baseadas na propriedade privada dos meios de produção, como as sociedades capitalistas na qual estamos incluídos, há a utilização de caracteres raciais, assim como sexuais, para naturalizar e legitimar determinado posicionamento dos indivíduos no sistema produtivo de bens e serviços, transformando-os em fenômenos de natureza econômica.

A determinação *sexo*, enquanto determinação comum, serve às determinações essenciais de cada uma das configurações estruturais histórico-sociais, fornecendo-lhes cobertura, isto é, a aparência necessária sob a qual se escondem os verdadeiros mecanismos de operação de cada modo específico de produção. Conquanto seja o fator *sexo* um critério menos conveniente que o fator *raça* para a conservação do domínio das camadas privilegiadas, constitui sempre um elemento pelo menos potencialmente discriminador e, portanto, estratificatório. Nessa medida, contribui substancialmente para fornecer, aos diferentes tipos de sociedades assentadas sobre a economia de livre, a camuflagem de que necessitam a fim de amenizarem as tensões sociais por elas geradas e, portanto, de resguardarem sua estrutura de mudanças fatais para o modo de produção vigente ou aceleradoras da transformação interestrutural (SAFFIOTI, 2013).

Ainda sobre o trabalho nas unidades familiares, Batista (2009) concluiu que a organização e realização do trabalho nos grupos de agricultores familiares estão diretamente ligadas ao grau de parentesco, pois são os membros da família que realizam as atividades produtivas e reprodutivas quase em sua totalidade, ressaltando-se que a divisão social do trabalho também está embasada na diferença de sexo e geração.

O trabalho realizado pelos membros da família está, principalmente, na casa, cujo domínio é predominantemente feminino, e na roça, predominantemente masculino. Essa diferença foi socialmente construída no imaginário dos/as agricultores/as, e apesar de idealizada não se materializa plenamente na prática, pois no dia-a-dia os papéis se misturam. Por exemplo, na ausência ou doença das mulheres, os homens podem realizar algumas tarefas domésticas, mas só em situações extremas, pois são relutantes em desempenhar essas atividades devido a necessidade de preservar sua imagem perante a sociedade local (BATISTA, 2009).

É mais comum ver mulheres desempenhando tarefas vistas como masculinas, principalmente na roça, sendo que também neste espaço existe a divisão entre trabalho “leve”

e “pesado”, cabendo às mulheres uma “ajuda” com o trabalho “leve”, porém elas também realizam atividades consideradas “pesadas”, apenas não tendo sua capacidade reconhecida (BATISTA, 2009).

Como a roça é vista como o local do trabalho, é o homem responsável por organizar as atividades e tomar as decisões referentes à ela. Já o trabalho da mulher é o mais flexível, no sentido das múltiplas atividades que uma mesma mulher pode executar.

Mesmo as mulheres que trabalham na roça ou vendem sua força de trabalho fora da agricultura, quando voltam para casa necessitam assumir as tarefas domésticas que garantem a reprodução da família toda.

Assim, podemos perceber que as tarefas desempenhadas pelas mulheres agricultoras são muito mais que uma “ajuda” e sustentam tanto o espaço reprodutivo da família, a casa, como o espaço produtivo, a roça, lembrando que o quintal agroflorestral acaba sendo uma interseção entre esses espaços, assim como a mulher é o sujeito que transita em ambos.

Porém, mesmo contribuindo com diferentes formas de trabalho, quando falamos em ganhos econômicos as mulheres ficam sempre representadas apenas a complementação da economia que sustenta a família, sendo centralizada pela figura masculina, isso quando exerce alguma atividade remunerada, pois segundo Vieira (2006) “as mulheres que contribuem para o orçamento familiar, em geral, são pensionistas ou exercem atividades complementares externas à unidade familiar, ou ainda obtêm renda de produtos agrícolas, inclusive produtos dos quintais agroflorestrais”.

A maioria das famílias rurais brasileiras não possui renda suficiente para a manutenção da casa e/ou da propriedade, isto é, para a sua subsistência. Esta, certamente, é uma das razões pelas quais a mulher exerce atividade externa à unidade familiar. A participação feminina no orçamento doméstico tem proporcionado mudanças nas relações sociais das famílias, urbanas e rurais. Onde a maior parte da renda das famílias tem sido gerada pelo trabalho feminino possibilita-se que a mulher lute pela decisão sobre o uso de sua renda (VIEIRA, 2006).

No presente trabalho a maior parte da renda familiar é proveniente das atividades agrícolas exercidas na roça ou no SAF, sendo então administrada pelo homem. A renda das mulheres, tendo o Bolsa Família como principal componente, é vista como complemento, mesmo quando é proveniente da produção agrícola, com a venda de produtos do quintal, horta ou outra atividade que seja realizada por mulheres.

A seguir o registro de algumas mulheres entrevistadas realizando suas atividades, principalmente no espaço do quintal agroflorestral.

Fotos 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32 e 33. Mulheres trabalhando em diversas atividades dentro do quintal agroflorestal. Fonte: pesquisa de campo.





5. CONSIDERAÇÕES FINAIS / CONCLUSÕES

Nosso trabalho buscou mostrar as inter-relações entre o espaço do quintal agroflorestal e a mulher rural que estão intimamente ligadas à reprodução social da agricultura familiar nas comunidades do nordeste paraense.

No decorrer das disciplinas acadêmicas e bem mais durante a pesquisa de campo, percebemos que a iniciativa de resgatar os princípios agroecológicos de manejo dos recursos naturais juntamente ao avanço da ciência e da tecnologia comprometidas com o desenvolvimento de técnicas compatíveis com a produção de alimentos saudáveis e a conservação da biodiversidade, foi fundamental num período histórico onde o processo produtivo com constante intervenção humana propunha a produção de alimentos a partir de um pacote tecnológico incoerente com o meio ambiente e com a realidade do das/os agricultoras/es.

É necessário desmistificar a falsa imagem sustentável vendida pela agricultura industrial. Esse modelo transformou a agricultura numa atividade humana de máxima simplificação da natureza para obter ecossistemas artificiais altamente dependentes de insumos agroquímicos externos que produzem altos prejuízos socioambientais indesejáveis, não para gerar alimentos e sim *commodities* de exportação.

Devemos construir estratégias e princípios para desenhar agroecossistemas mais sustentáveis que possibilitem a produção de alimentos de qualidade sem destruir a base de recursos naturais existentes. Para além de técnicas e práticas com bases científicas, metodológicas e socioculturais, necessitamos desenvolver uma agricultura que possua profundo entendimento da natureza dos agroecossistemas e de seu funcionamento.

Resgatar, sistematizar, aprimorar e reproduzir práticas da agroecologia dando suporte para a construção coletiva de um modelo de desenvolvimento para a agricultura, que considere meio ambiente e pessoas, é fundamental para alcançar um projeto de desenvolvimento sustentável pleno e verdadeiro no mundo rural.

A agricultura familiar descrita em nosso trabalho, assim como as populações tradicionais da Amazônia, possui uma dinâmica própria de utilização dos recursos naturais onde se relaciona com o meio ambiente sabendo que este é um componente fundamental para sua sobrevivência, apenas construindo relações de exploração predatória quando desamparada de qualquer suporte e acompanhamento do Estado.

Nesse sentido, necessita ser instituída de reconhecimento e recursos que possibilitem sua manutenção e reprodução do modo de vida, independente e autônoma do mercado

globalizado, mesmo que com ele necessite se relacionar, haja vista sua importância econômica, social e cultural no contexto amazônico e mundial.

A chegada dos migrantes, principalmente de origem nordestina, na Amazônia sem qualquer orientação e assistência do Estado brasileiro, gerou uma agricultura itinerante e pouco sustentável. Mesmo encontrando terras mais ricas em extensão, diversidade vegetal e animal e conhecimentos regionais sobre o trato com a natureza, a agricultura constituída, inicialmente, no nordeste paraense, foi pautada numa forma incompatível de produzir alimentos e conservar a biodiversidade da região. A prática de corte e queima gerou diversos impactos ambientais, principalmente sobre a vegetação primária da região.

Iniciativas como o projeto “Raízes da Terra” que buscam desenvolver e adaptar tecnologias agrícolas compatíveis com a realidade ambiental e social da agricultura na região amazônica, são imprescindíveis para efetivar um projeto de desenvolvimento sustentável, promovendo participação das/os agricultoras/es nas tomadas de decisão relativas às ações e construindo o protagonismo desses atores sociais.

Porém, observamos que somente com organização política essa capacidade consegue se desenvolver de forma plena nessas/es agricultoras/es. As associações, sejam de caráter de organização do trabalho ou organização social para assuntos gerais da comunidade, promovem um forte processo de participação bem interessante para as/os agricultoras/es.

A organização política das/os agricultores é parte fundamental do processo de emancipação enquanto classe trabalhadora, se reconhecendo como tal. E considerando que as associações comunitárias, na realidade das comunidades estudadas, representam essa organização, é importante incentivar a participação efetiva das/os agricultoras/es nesse espaço, principalmente as mulheres que historicamente tiveram negado o direito de participação política nos espaços públicos.

Acreditamos que a emancipação das mulheres, e como consequência o reconhecimento e valorização de seu trabalho, não resultarão apenas da conquista de igualdade entre os gêneros. Isso não garante a eliminação da exploração de mulheres da classe trabalhadora por mulheres burguesas, seja no campo ou na cidade. Quando falamos de emancipação, das mulheres e homens da classe trabalhadora, estamos falando da luta pela abolição da propriedade privada, do patriarcado e do capital.

O fato de determinadas atividades, profissões e habilidades serem consideradas femininas ou masculinas não pode ser visto como processo natural ou espontâneo, mas resultado da construção de relações sociais concretas determinadas pelo interesse da classe

dominante do sistema patriarcal capitalista. Uma forte expressão desse sistema é a divisão sexual do trabalho que determina desigualdades nas relações entre os sexos.

A divisão sexual do trabalho está relacionada com a produção e reprodução da sociedade capitalista que assegura maiores lucros explorando o trabalho doméstico invisibilizado e não remunerado e o trabalho formal de menor prestígio social e menos valorizado economicamente que as mulheres realizam.

A partir dessa divisão o trabalho feminino no mundo rural, seja na casa, na roça ou no quintal, é inferiorizado em relação ao trabalho masculino, atribuindo à mulher o status de “*ajudante*” do homem nas atividades que garantem o sustento familiar. O trabalho das mulheres não é reconhecido e tampouco valorizado.

Concluimos que o trabalho da mulher nos diferentes espaços que permeiam a vida rural é a base que sustenta a reprodução da agricultura familiar. Ela está presente na produção economicamente visível, desenvolvendo tarefas ditas como masculinas, nas roças, SAF’s, hortas, viveiros e quintais, contribuindo para construir a riqueza da família, mas sempre sendo diminuída perante um homem que deve chefiar seu trabalho, visto sempre como “ajuda”, mas que permite retorno concreto para a família e toda a comunidade.

Já os quintais agroflorestais são áreas de produção diversificada, desde plantas de pequeno a grande porte, agrícolas e florestais, até pequenos animais domésticos e domesticados que ficam mais próximos da casa e da família, sendo de fácil acesso para consumo, permitindo complementação imprescindível de alimentos e outros recursos para as famílias, além de possibilitar o aumento da renda com a venda de seus produtos.

Possuem elevada importância em diversos aspectos para a reprodução social das famílias agricultoras, pois oferecem alimentos, remédios, materiais de construção, elementos do paisagismo e outros itens que são diretamente utilizados pelas famílias, sem necessidade de compra no mercado externo, e ainda fornecendo esses produtos durante o ano inteiro, proporcionando segurança e estabilidade para as famílias.

Frutas e remédios são as espécies vegetais mais presentes nos quintais agroflorestais estudados, assim como as galinhas são os animais preferencialmente criados, ambos proporcionam utilização direta e renda para as famílias.

São espaços agradáveis visual e sensorialmente, pois geralmente possuem uma arborização e paisagismo que proporcionam serviços ambientais, como regulação do microclima e sombreamento, e uma sala de estar ao ar livre para circular ou permanecer realizando alguma tarefa ou mesmo socializando e se divertindo com membros da família e vizinhos.

Também abrigam sujeitos e tarefas fundamentais para a reprodução da família agricultora, pois é no quintal agroflorestal que diversas atividades são realizadas, contribuindo social, cultural e economicamente para o bem estar das famílias.

Os quintais também geram renda com a venda do excedente dos produtos produzidos que se distribuem durante todo o ano, sendo as frutas em sua época de frutificação junto aos ovos os produtos mais vendidos pelas famílias.

As mulheres são as principais responsáveis pelos quintais agroflorestais, desde seu planejamento feito muitas vezes em conjunto com seu parceiro e outros membros da família, passando por sua implantação, até seu manejo cotidiano.

Nos quintais agroflorestais a reprodução da vida no campo se dá em diversas tarefas realizadas, desde tarefas domésticas até atividades produtivas de grande importância econômica para as comunidades locais, como a farinha.

A mulher também está, como sempre esteve, presente no espaço privado da casa, organizando a família. É seu trabalho reprodutivo que permite que os homens possam ter mais tempo para o trabalho produtivo, assegurando as condições necessárias para que empreguem sua força de trabalho na produção agrícola. Esse trabalho nem é considerado trabalho real, pois não gera e acumula riqueza, à olho nu, e por isso recebe status inferior na sociedade.

Ela cozinha, lava, limpa, arruma, cuida, planta, capina, colhe, e muitas outras coisas, mas não é reconhecida como trabalhadora, apesar de seu tempo dedicado às diversas tarefas ser bem maior que o desprezado pelo homem e a importância de seu trabalho ser igualmente ou até maior que do homem.

Não podemos deixar de destacar que os programas sociais, principalmente provenientes do Governo Federal, vêm possibilitando uma estruturação e melhores condições de vida das famílias atendidas, fato comumente relatado no caso das comunidades estudadas.

Os quintais agroflorestais das famílias colaboradoras do projeto “Raízes da Terra” apresentam maior diversidade, pois incorporam elementos e práticas dos SAF’s implantados de acordo com o envolvimento nas atividades relativas ao projeto.

6. RECOMENDAÇÕES

Por fim, acreditamos que o projeto “Raízes da Terra” possui uma ampla variedade de atividades mais sustentáveis que envolvem as famílias colaboradoras e que está pautado na realidade e demandas concretas da região. Ainda sim é necessário um olhar mais aprofundado sobre a realidade das mulheres rurais, agricultoras ou não, que vivem e trabalham nessas comunidades, pois elas são o esteio que garante inclusive que as atividades do projeto possam ser desenvolvidas.

As capacitações possuem grande contribuição na construção e socialização dos conhecimentos e informações, por isso seria de grande valor para a concretização dos objetivos do projeto “Raízes da Terra” promover mais capacitações que acumulem para as práticas agroecológicas. Para além, interessante seria promover também capacitações que possam trabalhar especificamente com o público feminino, tanto nas questões técnicas de manejo dos SAF’s, especialmente os quintais agroflorestais, como sobre organização social, trabalho, direitos e cidadania.

Concluimos no trabalho que as mulheres são as principais responsáveis pelo manejo dos quintais agroflorestais, e estes como espaços produtivos também, apresentam uma diversificação de grande potencial que pode ser cada vez mais trabalhado, assim capacitações com técnicas de manejo para esses espaços e as espécies nele cultivadas seriam de grande valor para potencializar a contribuição desse espaço para a reprodução da agricultura familiar através do trabalho feminino.

Porém, o trabalho das mulheres necessita ter garantido o respaldo e a valorização para ser reconhecido como tal, assim além de capacitações técnicas também seria interessante trabalhar questões como direitos, cidadania, trabalho, organização social, além de fortalecer o feminismo entre as mulheres das comunidades para que possam ter garantido o direito de ser mulher, no campo ou na cidade, sem opressão, desigualdade, violência e inferiorização.

Ressaltamos a necessidade de contribuir na construção de uma estratégia que contemple a participação real das mulheres nas tomadas de decisões sobre a produção, a comunidade, a política, ou seja, a vida pública, além de contribuir para a autonomia financeira dessas mulheres.

Enfim, é necessária e urgente a construção de uma nova ordem social que possibilite mulheres e homens livres e emancipados, podendo exercer sua criatividade, seu trabalho sem exploração e alienação, seus direitos e desejos sem opressões. Uma sociedade onde natureza e seres humanos possam coexistir e se relacionar como iguais.

7. REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3ª edição revisada e ampliada. São Paulo – Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA 2012.

AZEVEDO, Célia Maria Braga Calandrini de. *et al.* Raízes da Terra: semeando experiências alternativas em agricultura sem queima. Disponível em: <http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/51033/1/CI-190.pdf>. Acessado em 28 jul. 2013.

BATISTA, Maria Grings. **TERRA DA FAMÍLIA – TERRA DE TRABALHO: Estudo de famílias agricultoras no Nordeste Paraense**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém, 2009.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002. V I e II.

BONI, Valdete & QUARESMA, Sílvia Jurema. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais**. EM TESE Revista eletrônica dos pós-graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol. 2 nº 1 (3), jan./jul., 2005.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução: Maria Helena Kühner. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL. **Lei nº 11.326**, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_3/_ato2004-2006/lei/111326.htm>. Acessado em: 19 out. 2012.

BUCHMANN, Christine. **Cuban Home Gardens and Their Role in Social–Ecological Resilience**. *Hum Ecol* (2009) 37:705–721

CERDA, Heriberto E. Cuanalo de La & MUKUL, Rogelio R. Guerra. **Homegarden Production and Productivity in a Mayan Community of Yucatan**. Hum Ecol (2008) 36:423–433

CHAYANOV, Alexander. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas publicado em **A Questão Agrária**. Editora Brasiliense, 1981. (pág. 133-163)

Cidades, **IBGE**, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/pesquisa/igarape.gov.br%2F&ref=&ss=5461j3212597j16>. Acessado em: 23 out. 2012.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. 1ª edição. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

COSTA, Marcilene Silva da & KATO, Maria do Socorro. **“Trabalho de homem, trabalho de mulher”**: divisão social de trabalho em cinco localidades agrícolas do nordeste do **Pará**. Resumos do II Congresso Brasileiro de Agroecologia. Ver. Bras. Agroecologia, v. 2, n. 1. fev. 2007.

DUBOIS, Jean Clement Laurent. **Manual Agroflorestal para a Amazônia**. Volume I. Rio de Janeiro: REBRAAF, 1996.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução: Leandro Konder. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FERREIRA, Josie Helen Oliveira. **Contribuição da agricultura familiar na construção do conhecimento agroecológico: estudo de caso do Projeto Raízes da Terra**. Dissertação

(mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém, 2012.

FREITAS, Claisa Andréa Silva de *et al.* **Acerola: produção, composição, aspectos nutricionais e produtos.** Rev. Bras. Agrociências, Pelotas, v. 12, nº 4, 2006.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável.** 2ª ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

HECHT, Susanna. A evolução do pensamento agroecológico. In: ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável.** Guaíba: Agropecuária, 2002.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. **A Morada da Vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006: Agricultura Familiar; Primeiros Resultados; Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação.** Disponível em:<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006/familia_censoagro2006.pdf>. Acessado em: 19/10/2012.

LIMA, Antônio Gilson Barbosa de *et al.* **Aspectos científico e tecnológico da banana.** Rev. Bras. de Produtos Agroindustriais, Campina Grande, v. 2. n. 1, 2000.

LIMA, Deborah & POZZOBON, Jorge. **Amazônia socioambiental. Sustentabilidade ecológica e diversidade social.** Estudos Avançados 19 (54), 2005.

LOPES-ALZINA, Diana Gabriela. **Gendered production spaces and crop varietal selection: Case study in Yucatán, Mexico.** Singapore Journal of Tropical Geography, 2007.

KATO, M. S. A. & KATO, O. R. **Preparo de área sem queima, uma alternativa para a agricultura de derruba e queima da Amazônia Oriental: Aspectos agroecológicos.** Anais do Seminário sobre Manejo da Vegetação Secundária para a Sustentabilidade da Agricultura Familiar da Amazônia Oriental. EMBRAPA, 8 a 9 de setembro de 1999. Belém – Pará.

MAUÉS, Maria Angélica Motta. **“Trabalhadeiras” e “Camarados”: relações de gênero, simbolismo e ritualização numa comunidade amazônica.** Coleção Igarapé. Belém: Centro de Filosofia e Ciências Humanas / UFPA, 1993.

MIRANDA, Silviane Batista. **Contribuição de Quintais Agroflorestais para a Segurança Alimentar de Agricultores Familiares no Baixo Irituia, Nordeste Paraense.** Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém, 2011.

MURRIETA, Rui Sergio Sereni & WINKLERPRINS, Antoinette M. G. A. **Flowers of Water: Homegardens and Gender Roles in a Riverine Caboclo Community in the Lower Amazon, Brazil.** Culture & Agriculture, Vol. 25, No. 1 Spring, 2003.

NEVES, Delma Pessanha. **Campesinato e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena.** Revista NERA, ano 8, n. 7, PP. 68-93, Presidente Prudente, julho/dezembro 2005.

NEVES, Delma Pessanha. **“Nesse terreiro, galo não canta.” Estudo de caráter matrifocal de unidades familiares de baixa renda.** VI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Trabalho Apresentado na Reunião do Grupo de Trabalho "Família e Sociedade", Friburgo, 1982.

OLIVEIRA, José S. Romano de & KATO, Osvaldo R. **Agricultores inovadores, safes, sustentabilidade e educação básica: pontos e contrapontos.** XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, 2009, p. 1-14.

PASSOS, Paulo Roberto de Assis. **Destinação Sustentável de Cascas de Coco (*Cocos Nucifera*) Verde: Obtenção de Telhas e Chapas de Partículas.** Orientadora Dr^a Alessandra Magrini. Tese (Doutorado em Ciências em Planejamento Energético) – Programa de Pós-Graduação em Engenharias, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro - RJ, 2005.

PLOEG, Jan Douwe van der. Sete teses sobre a agricultura camponesa publicado em **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro** / Paulo Petersen (org.). Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

ROSA, Leonilde dos Santos *et al.* **Quintais agroflorestais em comunidades rurais de Bonito, Pará.** Resumos do VI CBA e II CLAA. Rev. Bras. De Agroecologia. Vol. 4, Nº 2, nov., 2009.

ROSA, Leonilde dos Santos *et al.* **Os quintais agroflorestais em áreas de agricultores familiares no município de Bragança-PA: composição florística, uso de espécies e divisão de trabalho familiar.** Resumos do V CBA – Desenvolvimento Rural. Rev. Bras. de Agroecologia. v. 2, n. 2, out, 2007.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade.** 3^a ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAMPAIO, C. A. **Sistema de corte e trituração da capoeira sem queima como alternativa de uso da terra, rumo à sustentabilidade florestal no nordeste paraense.** Revista de Gestão Social e Ambiental. V.2, Nº 1, jan – abr, 2008.

SANTOS, W. C. dos *et al.* **Cupuaçu: resumos informativos.** Manaus – AM: EMBRAPA – CPAA, 1992.

SILIPRANDI, Emma Cademartori. **Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar.** Orientadora Laura Duarte ; Co-orientadora Alicia Puleo. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2009.

SILIPRANDI, Emma Cademartori. SOF Sempreviva Organização Feminista. **A produção do viver: ensaios de economia feminista /** Nalu Faria (org.), Miriam Nobre (org.). São Paulo: SOF, 2003.

SILVA, Luis Mauro Santos. **Limites e potencialidades da avaliação de sustentabilidade em agroecossistemas familiares: o uso do MESMIS na porção sudeste do estado do Pará – Amazônia Brasileira.** VI Congresso Brasileiro de Agroecologia – II Congresso Latino Americano de Agroecologia, Curitiba – PR, 9 a 12 de novembro de 2009.

STEIN, Vanessa Cristina *et al.* **Organogênese Direta em Explantes Caulinares de Ingazeiro (*Inga vera* Willd. subsp. *affinis* (DC.) T.D. Penn.).** Revista Brasileira de Biociências, Porto Alegre, v. 5, supl. 2, p. 723-725, jul, 2007.

VASCONCELOS, Marcus Arthur Marçal *et al.* **Cultivo, processamento, padronização e comercialização do Açaí na Amazônia.** Fortaleza: Instituto Frutal, 2010.

VIEIRA, Ima Célia Guimarães *et al.* **Estratégias para evitar a perda de biodiversidade na Amazônia.** Revista Estudos Avançados, Nº 19, 2005.

VIEIRA, Thiago Almeida. **Sistemas Agroflorestais em Áreas de Agricultores Familiares no Município de Igarapé-Açu, Pará: Adoção, Composição Florística e Gênero.**

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural da Amazônia, Curso de Pós-graduação em Ciências Florestais, Área de Concentração em Silvicultura, Belém, 2006.

WINKLERPRINS, Antoinette M. G. A. & Souza, Perpetuo S. de. **Surviving the City: Urban Home Gardens and the Economy of Affection in the Brazilian Amazon.** Journal of Latin American Geography, Vol. 4, Number 1, 2005, pp. 107-126 (Article)

8. APÊNDICES

Apêndice A: Lista de espécies vegetais identificadas nos quintais agroflorestais das comunidades estudadas.

Nome Comum	Nome Científico	Família	Finalidade
Abacate	<i>Persia americana mill.</i>	Lauraceae	Alimentação
Abacaxi	<i>Ananas comosus L. Merril</i>	Bromeliaceae	Alimentação
Abil	<i>Pouteita torta</i>	Sapotaceae	Alimentação
Abriçó	<i>Mamea americana</i>	Clusiaceae	Alimentação
Acácia	<i>Cassia speciosa</i>	Caesalpinoideae	Madeira
Açaí	<i>Euterpe pleraceae Mart.</i>	Arecaceae	Alimentação
Acerola	<i>Malpighia puniceifolia L.</i>	Malpighiaceae	Alimentação
Ajirú	<i>chysobalanus icaco L</i>	Chysobalanaceae	Alimentação
Alamanda (variada)	<i>Allamanda cathartica</i>	Apocynaceae	Ornamentação
Alfavaca	<i>Ocimum basilicum L.</i>	Lamiaceae	Alimentação
Ameixa	<i>Prunus sp.</i>	Rosaceae	Alimentação
Amor crescido	<i>Portulaca pilosa L.</i>	Portulacaceae	Ornamentação
Anador	<i>Justicia pectoralis</i>	Acanthaceae	Medicamento
Andiroba	<i>Carapa guianensis Aubl.</i>	Meliaceae	Madeira
Anil	<i>Indigofera dominguenis</i>	Fabaceae	Medicamento
Araticum	<i>Annona crassiflora Mart.</i>	Annonaceae	Medicamento
Arruda	<i>Ruta graveolens L.</i>	Rutaceae	Medicamento
Babosa	<i>Aloe arborescens</i>	Asphodelaceae	Medicamento
Bacaba	<i>Oenocarpus bacaba Mart.</i>	Arecaceae	Alimentação
Bacabi	<i>Oenocarpus minor Mart.</i>	Arecaceae	Alimentação
Bacuri	<i>Platonia insignis Mart</i>	Clusiaceae	Alimentação
Banana	<i>Musa sp.</i>	Musaceae	Alimentação
Bastão			
Bastão do imperador	<i>Etilingera elatior</i>	Zingiberaceae	Ornamentação
Biribá	<i>Rollinia mucosa (Jacq.) Bail</i>	Annonaceae	Alimentação
Boldo	<i>Plectranthus barbatus Andr.</i>	Lamiaceae	Medicamento
Cabi	<i>Banisteriopsis caapi (Spruce) Mort.</i>	Malpighiaceae	Medicamento
Cacau	<i>Theobroma cacao L.</i>	Sterculiaceae	Alimentação
Café	<i>Coffea arábica L.</i>	Rubiaceae	Alimentação
Cajarana	<i>Spondias lutea L.</i>	Anacardiaceae	Alimentação
Cajú	<i>Anacardium occidentale L.</i>	Anacardiaceae	Alimentação
Canarana	<i>Hymenachne amplexicaulis</i>	Poaceae	Medicamento
Canela	<i>Cinnamomum Zeylanicum Breyn.</i>	Lauraceae	Alimentação
Capim santo	<i>Cymbopogon citratus</i>	Poaceae	Medicamento
Carambola	<i>Averrhoa carambola L.</i>	Oxilidaceae	Alimentação
Carangueijinho			

Carrapateira	<i>Ricinus comunis</i> L.	Euphorbiaceae	Alimentação
Castanha do Pará	<i>Bertholletia excelsa</i> Bonpl.	Lecythidaceae	Alimentação
Catinga de mulata	<i>tanacetum vulgare</i> L.	Asteraceae	Medicamento
Cedro	<i>Cedrela odorata</i> L.	Maliaceae	Madeira
Cheiro verde			Alimentação
Chicória	<i>Chicorim endivia</i>	Asteraceae	Alimentação
Cipó de alho	<i>Mansoa</i> Alliaceae	Bignoniaceae	Medicamento
Coco	<i>Cocus nucifera</i> L.	Arecaceae	Alimentação
Coramina	<i>pedilanthus tithymaloides</i> poit.	Euphorbiaceae	Medicamento
Corrente			
Cravo	<i>Dianthus caryophyllus</i>	Caryophyllaceae	Ornamentação
Cucieira	<i>Crescentia cujete</i>	Bignoniaceae	Utensílio
Cupuaçú	<i>Theobroma grandiflorum</i>	Sterculiaceae	Alimentação
Cutitebá			
Disciplina			
Elixir parigórico	<i>Piper elongatum</i> R. et P.	Piperaceae	Medicamento
Erva cidreira	<i>Melissa officinalis</i> L.	Lamiaceae	Medicamento
Eucalipto	<i>Eucalyptus globus</i> Labil	Myrtaceae	Madeira
Genipapo	<i>Genipa americana</i> L.	Rubiaceae	Alimentação
Goiaba	<i>psidium guajava</i> L.	Myrtaceae	Alimentação
Graviola	<i>Annonamuricata</i> L.	Annonaceae	Alimentação
Guarumã	<i>Ischnosiphon arouma</i> Koern.	Marantaceae	Artesanato
Helicônea (variada)	<i>Heliconia rostrata</i>	Heliconiaceae	Ornamental
Hortelã (variada)	<i>Mentha</i> sp.	Lamiaceae	Medicamento
Inajá	<i>Maximiliana Maripa</i> Aublet Drude	Arecaceae	
Ingá	<i>Inga edulis</i> Mart	Fabaceae	Alimentação
Insulina	<i>Cissus siciyoides</i> L.	Vitaceae	Medicamento
Ipê (variado)	<i>Tabebuia</i> sp.	Bignoniaceae	Madeira
Jaca	<i>Artocarpus heterophylla</i> Lam.	Moraceae	Alimentação
Jambo	<i>Syzygium jambos</i> L.	Myrtaceae	Alimentação
Japana	<i>Ayapana triplinervis</i>	Asteraceae	Medicamento
Jarana	<i>Holopixidium jarana</i> Ducke	Lecythidaceae	Madeira
Jerimum	<i>Cucurbita</i> spp.	cucurbitaceae	Alimentação
Jucá	<i>Caesalpinia ferrea</i> Mart.	Caesalpinaceae	Medicamento
Laranja	<i>Citrus sinensis</i> Persoon.	Rutaceae	Alimentação
Limão	<i>Citrus limon</i> (Christ.) Swingle	Rutaceae	Alimentação
Macaxeira	<i>Manihot</i> sp.	Euphorbiaceae	Alimentação
Mamão	<i>Carica papaya</i> L.	Caricaceae	Alimentação
Mamona	<i>Ricinus comunis</i> L.	Euphorbiaceae	Alimentação
Mandioca	<i>Manihot</i> sp.	Euphorbiaceae	Alimentação
Manga	<i>Mangfera indica</i> L.	anacardiaceae	Alimentação
Manjeriçã	<i>Ocimum basilicum</i> L.	Lamiaceae	Alimentação
Manjerona	<i>Origanum majorana</i>	Lamiaceae	Alimentação

Maracujá	<i>Passiflora edulis</i> Sims	Passifloraceae	Alimentação
Marupaúba	<i>Simarouba Amara.</i>	Simarubaceae	Madeira
Mastruz	<i>Chenopodium ambrosioides</i> L.	Chenopodiaceae	Medicamento
Mini-ixora	<i>Ixora coccinea</i> L. in "Compacta"	Rubiaceae	Ornamentação
Mogno	<i>Swieteniamacrophylls</i> King	Meliaceae	Madeira
Mucuracaá	<i>Petiveria alliacea</i> L.	Phytolacaceae	Medicamento
Muruci	<i>Byrsonima crassifolia</i> (L.) Kunth	Malpighiaceae	Alimentação
Najái			
Noni	<i>Morinda citrifolia</i>	Rubiaceae	Medicamento
Oiti	<i>Licania tomentosa</i>	Chrysobalanaceae	Alimentação
Oriza	<i>Pogostemon patchouly</i> Pellet.	Lamiaceae	Medicamento
Orquídea (variada)		Orchidaceae	Ornamentação
Palheira			
Papoula (variada)	<i>Hibiscus rosa sinensis</i>	Malvaceae	Ornamentação
Paricá	<i>Schizolobium amazonicum</i> Huber ex Ducke	Caesalpinaceae	Madeira
Pariri	<i>Arrebidaea chica</i> Verlot.	Bignoniaceae	Medicamento
Pau de angola			
Piáo (variado)			
Pimenta (variada)	<i>Piper sp.</i>	Piperaceae	Alimentação
Pinheiro	<i>Araucaria angustifolia</i>	Araucareaceae	Madeira
Piquiá	<i>Caryocar villosum</i> (Aubl.) Pers.	Caryocaraceae	Alimentação
Pirarucu			
Pupunha	<i>Bactris gasipaes</i> Kunth	Arecaceae	Alimentação
Quina	<i>Geissospermum laeve</i> Baill	Apocynaceae	
Rosa (variada)			
Roxinho			
Sabugueiro	<i>Sambucus australis</i> Chamisso et Schlechtendal	Adoxaceae	Ornamentação
Samambaia	<i>Nephrolepis exaltada</i>	Davaliaceae	Ornamentação
Seringueira	<i>Hevea brasiliensis</i> Muell. Arg.	Euphorbiaceae	Madeira
Sucurijú	<i>Mikania lidleyana</i> Dc.	Asteraceae	Medicamentos
Sucuúba	<i>Himathanthus sucuuba</i> (Spruce) Woods	Apocynaceae	Madeira
Tangerina	<i>Citrus reticulada</i> Blanco	Rutaceae	Alimentação
Taperebá	<i>Spondias lutea</i> L.	anacardiaceae	Alimentação
Tauari	<i>Couratari cf. oblongifolia</i> Ducke	Lecythidaceae	Madeira
Teca	<i>Tectona grandis</i>	Verbenaceae	Madeira
Titônia	<i>Thitonia diversifolia</i>	Asteraceae	Ornamentação
Trevo	<i>Trifolium repens</i> L.	Fabaceae	Ornamentação
Tucumã	<i>Astrocaryum tucuma</i> Burret	Arecaceae	Alimentação
Ucuúba	<i>Virola surinamensis</i>	Miristaceae	Madeira
Urucum	<i>Bixa orellana</i>	Bixaceae	Alimentação
Uva	<i>Vitis sp.</i>	Vitaceae	Alimentação

Verga mata			
Vindicá	<i>Alpinia cf. nutans</i> Posc.	Zingiberaceae	Medicamento
Visgueiro	<i>Parkia pendula</i> Bent.	Fabaceae	Alimentação

Apêndice B. Perfil socioeconômico de todas as mulheres entrevistadas em as comunidades (identificação a partir das iniciais do nome das entrevistadas).

MULHERES (INICIAIS)	COMUNIDADE	IDADE	FILHOS/AS	ESCOLARIDADE	BENEFÍCIO	ORGANIZAÇÃO
A. S. C.	São João	67 anos	Não moram no lote	2ª série fund.	Aposentadoria	Não participa
A. C.	São João	73 anos	Mora ao lado	Analfabeta	Aposentadoria	Não participa
M. D. N. S.	São João	55 anos	2 moram no lote	4ª série fund.	Aposentadoria	Não participa
C. A. S.	São João	36 anos	3 moram no lote	Ens. Médio comp.	Bolsa família (3)	Não participa
R. M. S.	São João	24 anos	2 moram no lote	6ª série fund.	Bolsa família (2)	Não participa
S. L.	São João	68 anos	1 mora no lote	Analfabeta	Aposentadoria	Não participa
D. O. P.	São João	41 anos	2 moram no lote	4ª série fund.	Bolsa família (1)	Associada
R. N. S.	São João	25 anos	1 mora no lote	Ens. Médio comp.	Salário maternidade	Associada
M. F. J.	São João	52 anos	2 moram no lote	2ª série fund.	Bolsa família (2)	Não participa
M. B. S. S.	São João	26 anos	2 moram no lote	5ª série fund.	Bolsa família (2)	Não participa
M. M. B.	N. Srª do Rosário	62 anos	Moram no lote	Analfabeta	Aposentadoria	Não participa
F. L. C.	N. Srª do Rosário	50 anos	Mora no lote	3ª série fund.	Não possui	Não participa
M. S. A.	N. Srª do Rosário	50 anos	Não moram no lote	3ª série fund.	Não possui	Não participa
A. A. P.	N. Srª do Rosário	34 anos	3 moram no lote	4ª série fund.	Bolsa família (3)	Não participa
D. M. B.	Novo Brasil/Aparecida	53 anos	Mora no lote	4ª série fund.	Auxílio-doença	Não participa
M. C. M. R.	Novo Brasil/Aparecida	49 anos	4 moram no lote	3ª série fund.	Bolsa família (3)	Associada
R. M. N. A.	Nova Olinda	49 anos	2 moram no lote	3ª série fund.	Auxílio-doença	Associada
S. M. L. D.	Nova Olinda	44 anos	3 moram no lote	analfabeta	Bolsa família (1)	Não participa
O. A. N.	Nova Olinda	59 anos	Mora no lote	5ª série fund.	Aposentadoria	Associada
M. O. A. L.	Nova Olinda	59 anos	Mora no lote	4ª série fund.	Aposentadoria	Associada
M. S. S. D.	Nova Olinda	28 anos	Sem filhos/as	Cursando superior	Não possui	Não participa
M. S. A.	Nova Olinda	54 anos	Sem filhos/as	5ª série fund.	Não possui	Associada
S. S. A.	Nova Olinda	47 anos	Sem filhos/as	3ª série fund.	Não possui	Não participa
M. D. O. M.	Nova Olinda	63 anos	3 moram no lote	3ª série fund.	Aposentadoria	Não participa
R. M. T.	Arsênio	53 anos	3 moram no lote	1º ano ens. méd.	Bolsa família (3)	Associada
M. F. F. R.	Arsênio	57 anos	Mora no lote	8ª série fund.	Aposentadoria	Associada
E. F. R.	Arsênio	41 anos	5 moram no lote	7ª série fund.	Bolsa família (2)	Associada
M. L. P.	Arsênio	51 anos	3 moram no lote	2º ano ens. méd.	Bolsa família (1)	Não participa
J. P. S.	Arsênio	61 anos	Não moram no lote	6ª série fund.	Não possui	Associada

M. O. L. B.	Arsênio	58 anos	4 moram no lote	2ª série fund.	Aposentadoria	Não participa
J. M. S. B.	Arsênio	49 anos	Não moram no lote	2º ano ens. méd.	Bolsa família (2)	Não participa
R. P. C.	Arsênio	51 anos	2 moram no lote	2º ano ens. méd.	Não possui	Não participa
G. M. S.	Arsênio	24 anos	Mora no lote	Ens. Médio comp.	Bolsa família (1)	Não participa
F. A. M.	Arsênio	51 anos	2 moram no lote	6ª série fund.	Bolsa família (1)	Não participa
W. M. F. C.	Arsênio	54 anos	2 moram no lote	3ª série fund.	Bolsa família (1)	Não participa
R. F. R.	Arsênio	55 anos	Mora no lote	Ens. Médio comp.	Aposentadoria	Associada (presidenta)
M. G. S.	Arsênio	63 anos	Não moram no lote	5ª série fund.	Aposentadoria	Associada

Continuação do Apêndice B.

MULHERES	CAPACITAÇÃO	PAGA MÃO DE OBRA	TRABALHA FORA	FIM DE SEMANA	PRINCIPAIS ATIVIDADES
A. S. C.	Nunca participou	Sim	Não	Trabalha em casa	Plantio, capina, tarefas domésticas, quintal
A. C.	Nunca participou	Não	Não	Trabalha em casa	Plantio, capina, arrancar mandioca, tarefas domésticas, quintal
M. D. N. S.	Participou	Não	Não	Trabalha em casa	Colheita, capina, fazer farinha, tarefas domésticas, quintal
C. A. S.	Nunca participou	Não	Sim	Trabalha em casa	Trabalho fora, tarefas domésticas, quintal
R. M. S.	Nunca participou	Não	Não	Trabalha em casa	Plantio maxixe, capina, tarefas domésticas, quintal
S. L.	Participou	Sim	Não	Trabalha em casa	Horta, capina, tarefas domésticas, quintal
D. O. P.	Nunca participou	Não	Não	Trabalha em casa	Roça, tarefas domésticas, quintal
R. N. S.	Nunca participou	Não	Sim	Trabalha em casa	Horta, capina, tarefas domésticas, quintal
M. F. J.	Nunca participou	Não	Sim	Trabalha em casa	Colheita de pimenta, tarefas domésticas, roça, quintal
M. B. S. S.	Nunca participou	Não	Não	Trabalha em casa	Planta, capina, tarefas domésticas, quintal
M. M. B.	Nunca participou	Não	Não	Trabalha em casa	Roça, fazer farinha, cuidar dos animais, tarefas domésticas, quintal
F. L. C.	Nunca participou	Não	Não	Trabalha em casa	Tarefas domésticas, quintal
M. S. A.	Participou	Não	Sim	Trabalha	Manejo de frutas, tarefas domésticas,

				em casa	colheita pimenta, quintal
A. A. P.	Nunca participou	Não	Sim	Trabalha em casa	Roça, tarefas domésticas, colheita pimenta, quintal
D. M. B.	Participou	Não	Sim	Trabalha em casa / comércio	Tarefas domésticas, quintal
M. C. M. R.	Nunca participou	Não	Não	Trabalha em casa	Tarefas domésticas, quintal
R. M. N. A.	Nunca participou	Não	Não	Trabalha em casa	Plantio, capina, colheita, tarefas domésticas, quintal
S. M. L. D.	Nunca participou	Não	Não	Trabalha em casa	Tarefas domésticas, fazer farinha, quintal
O. A. N.	Participou	Não	Não	Trabalha em casa	Tarefas domésticas, colheita, quintal
M. O. A. L.	Nunca participou	Não	Não	Trabalha em casa	Plantio, colheita verduras, roça, tarefas domésticas, quintal
M. S. S. D.	Nunca participou	Não	Não	Estuda, trabalha em casa	Dar aula, estudar, tarefas domésticas, quintal
M. S. A.	Participou	Sim	Sim	Trabalha em casa	ACS, manejo flores tropicais, tarefas domésticas, quintal
S. S. A.	Nunca participou	Sim	Não	Trabalha em casa	Manejo flores tropicais, animais domesticados, tarefas domésticas, quintal
M. D. O. M.	Participou	Sim	Não	Trabalha em casa	Tarefas domésticas, manejo dos animais, quintal
R. M. T.	Nunca participou	Não	Não	Trabalha em casa	Capina, colheita, manejo dos animais, tarefas domésticas, quintal
M. F. F. R.	Nunca participou	Sim	Sim	Trabalha em casa	Servente da escola, costura, tarefas domésticas, quintal
E. F. R.	Participou	Não	Não	Trabalha em casa	Roça, viveiro, manejo dos animais, quintal
M. L. P.	Nunca participou	Não	Não	Trabalha em casa	Tarefas domésticas, roça, quintal
J. P. S.	Nunca participou	Não	Não	Trabalha em casa	Manejo do quintal, roça, tarefas domésticas
M. O. L. B.	Nunca participou	Não	Não	Trabalha em casa	Tarefas domésticas, raspa de mandioca, quintal
J. M. S. B.	Nunca participou	Não	Não	Trabalha em casa	Capina, manejo do quintal, tarefas domésticas
R. P. C.	Nunca participou	Não	Sim	Trabalha em casa	ACS, manejo da horta, fazer farinha, quintal
G. M. S.	Nunca participou	Não	Sim	Trabalha em casa	Comércio, tarefas domésticas, plantio, colheita, fazer farinha, quintal
F. A. M.	Nunca participou	Não	Sim	Trabalha em casa	Servente da escola, roça, tarefas domésticas, quintal

W. M. F. C.	Nunca participou	Não	Não	Trabalha em casa	Roça, manejo dos animais, tarefas domésticas, quintal
R. F. R.	Participou	Sim	Não	Trabalha em casa	Tarefas domésticas, viveiro, quintal
M. G. S.	Nunca participou	Sim	Não	Trabalha em casa	Manejo do quintal, dos animais, fazer farinha, tarefas domésticas

Apêndice C: Questionário sócio-econômico aplicado às famílias colaboradoras do projeto “Raízes da Terra” nas comunidades estudadas.

1 – PERFIL HISTÓRICO DOS COMPONENTES DA FAMÍLIA

Nome da entrevistada (apelido) e sua ocupação:

Nome do entrevistado (apelido) e sua ocupação:

Nomes dos filhos e filhas da família entrevistada (apelidos) e sua ocupação:-

Município: _____

Localidade / Comunidade: _____

Tamanho da área: _____

Observação: _____

Contatos (celular pessoal e/ou coletivo, etc.): _____

Qual a origem da família? _____

Como se dá a divisão do trabalho entre os/as membros da família?

Como a família descreve o quintal agroflorestal? O que ele representa?

Quem é responsável pelo cuidado com o quintal e porque?

2 – PERFIL SÓCIO-CULTURAL DA FAMÍLIA

2.1 – CONSTITUIÇÃO DA UNIDADE FAMILIAR

	Nome e grau de parentesco para com o responsável	Naturalidade (município e estado de origem)	Sexo	Idade (anos)	Escolaridade
1					
2					
3					
4					
5					

	Principais Atividades	Jornada de trabalho (horas/semana)		Períodos de descanso e lazer	
		Roça	Casa	Descanso semanal (períodos ou dias)	Férias (Dias por ano)
1					
2					
3					
4					
5					

2.2 – Sobre a Infra-estrutura familiar

Moradia (1)	Água (2)	Esgoto (3)	Lixo (4)	Energia Elétrica (Sim ou Não)	Equipamentos domésticos (5)	Veículos (6)	Informações gerais Principais fontes (7)

(1) **1** - boa; **2** - razoável; **3** – ruim (**qual o material utilizado?**)

(2) **1** - rede pública; **2** - poço escavado; **3** - poço artesiano; **4** - fonte protegida; **5** - fonte sem proteção; **6** – outro.

(3) **1** - fossa séptica; **2** - fossa seca; **3** - fossa negra; **4** - fossa aérea; **5** – outro.

(4) **1** - recicla; **2** - queima; **3** - joga em terreno/rio; **4** - enterra; **5** - coleta pública; **6** - outro

(5) **1** - fogão a gás; **2** - fogão a lenha; **3** - geladeira; **4** - freezer; **5** - televisão; **7** - rádio; **8** - aparelho de som; **9** - telefone; **10** – Parabólica; outros.

(6) **1** - carro de passeio; **2** - veículo de transporte de mercadorias; **3** - moto; **4** - bicicleta; **5** - carroça; **6** - cavalo; **8** – outros.

(7) **1** - jornal; **2** - televisão; **3** - rádio; **4** - internet; **5** - igreja; **6** – outros.

2.4 - ACESSO A SERVIÇOS PÚBLICOS (ASSINALAR COM “X”)

Tipo	Local disponível (Comunidade, Sede Municipal, outros)	Qualidade do serviço (Boa, Razoável, Ruim)
Crédito produtivo		
Escola		
Médico		
Dentista		

Transporte		
Agente Comunitário		
Outros		

2.5 – BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

Nome	Tipo e desde quando	Valor (R\$)

2.6 – NÍVEL DE ORGANIZAÇÃO DA COMUNIDADE

Tipos de associações (Qual o principal propósito?)	Alguém da família participa? Exerce alguma função? Qual? Se não, por quê?	Seus vizinhos participam? (1)	A vizinhança é na maioria: (2)

(1) 1 = sim; 2 = não; 3 = não sabe

(2) 1 = parentes; 2 = amigos; 3 = conhecidos; 4 = desconhecidos

3 - DETALHANDO O AGROECOSSISTEMA

3.1 – QUAL A SITUAÇÃO FUNDIÁRIA?

No ano de chegada:

Forma de obtenção da terra:

3.1. COMPOSIÇÃO DA COBERTURA VEGETAL DO LOTE

Situação	Mata	Capoeira	Pasto	Roça e antecedente	Perenes
Chegada					
Atual					

3.2. EVOLUÇÃO DO TAMANHO DAS ABERTURAS

Períodos	Áreas (ha)	Objetivos (início de cada atividade produtiva)
Chegada		

3.3 - FORMA ATUAL DE USO DA TERRA (HA)

Parcelas	(Ha)	Tipo de manejo	Relevo (1)	Erosão (2)	Cobertura do solo (3)	Observações
Mata						
Lavouras temporárias						

Lavouras permanentes						
Quintal agroflorestal						
Pastagem						
Pousio (Capoeira)						
Preservação permanente						
Inaproveitáveis						
Benfeitorias (construções, estradas, açudes etc.)						
Total (ha)						

(1) Relevo (declividades conforme classes de uso do solo): **PLA** = plano; **SUO** = suave ondulado; **OND** = ondulado; **FON** = forte ondulado; **MON** = montanhoso.

(2) Erosão (nível de erosão visível): **NEN** = Nenhum; **RAR** = Raro; **MOD** = Moderado; **COM** = comprometedor; **SEV** = Severo.

(3) Cobertura do solo, quando for o caso: **SNU** = solo nu; **PAL** = Palha; **ESP** = ervas espontâneas; **ADV** = adubação verde; **PLA** = plástico; **OUT** = outra.

3.4. – QUINTAIS AGROFLORESTAIS

Tamanho do quintal (ha): _____

Houve planejamento do quintal: ()sim ()não

Quem efetiva o manejo do quintal: ()mulher ()homem ()outros _____

Como é feito esse manejo? _____

Quais produtos oriundos dos quintais são consumidos pela família? _____

Quais produtos oriundos dos quintais são comercializados? _____

Quem é responsável por essa comercialização? Como? Onde? Quando?

Benefícios que o quintal apresenta para a família? _____

(Ver caracterização de espécies no anexo I)

4 - INDICADORES TÉCNICOS DO MANEJO DO QUINTAL AGROFLORESTAL

4.1 - PRODUÇÃO VEGETAL

Cultivo /Espécie	Área	Semente / muda	Preparo Solo		Adubação		
					TIPO	FONTE	QUANT. GERAL
Ver origem do material genético Via crédito ou próprio?	Ha	1= própria 2=compr a O= orgânica C=conve ncional	1 – Corte e queima; 2 – Corte sem queima; 3 – Trituraç ão; 4 – Cobertur a do solo 5 - outros	Aaração (MA=ma nual TA=t.ani mal; TM=máq uina)	O= orgânica I=mineral natural Q= química M= mixta N=Nada	C= compra P= própria	Kg/ha ou m ³
01							
02							
03							
04							
05							
06							
07							
08							
09							
10							

Produção vegetal (continuação)

Cultivo / Espécie	Pragas e doenças (controle)	Ervas espontâneas (controle)	Manejo	Irrigação	Produção
	P= produtos Permitidos, Q= químicos, M= mistos, X= outros.	HER= herbicida, ROT= rotação e alelopatia, MAN= arranque, manual CAP= capina, TAN= traç. Animal, MEC= mecânica, OUT= outros	VAR= variedade resistente, ROT= rotação, CON = consórcio, Plantas companh., ADV= ad.verde, CBM = cob. Morta, EST= estufa, OUT= outros	NE=nenhum, MA=manual, AC= asper., canhão, NO= asper., normal, MI= microaspersor, GO= gotej.	Quantidade
01					

02					
03					
04					
05					
06					
07					
08					
09					
10					

4.2 - PRODUÇÃO ANIMAL

Animais (tipo)	Qtde	Tipo de alimentação RAÇÃO; RESTOS; PRO=Outros da propriedade; EXT=outros de origem externa	Tratamentos utilizados Esterminação; Ectoparasitas; Mutilação (amochamento, cauda, bico)	Ambiente (Confinado; Semiconfinado; Solto;)	Condições do ambiente (espaço, higiene, tempo para vadiagem, etc... BOM Regular ou Ruim)

4.3 - PRODUTOS DE EXTRATIVISMO DA CAPOEIRA

Há produtos de extrativismo? Sim () Não ()

Quais? _____

_____ Para

quê? _____

Qual a quantidade extraída por

ano? _____

—

Qual a porcentagem de

comercialização? _____

4.4 – QUAIS AS FONTES DE MATÉRIA ORGÂNICA UTILIZADA (CITAR QUANTIDADE POR PERÍODO DE TEMPO COM BASE NA ÚLTIMA SAFRA)

Produção de esterco	Compostagem com materiais próprios (exceto esterco)	Adubação verde (ha ou m ² / ano)	Compra de cama de aviário	Compra de outros materiais orgânicos

4.5 - PRINCIPAIS PROBLEMAS SANITÁRIOS PARA A PRODUÇÃO (VEGETAL E ANIMAL)

(Citar, por produto, as pragas e doenças causadoras de danos significativos, os percentuais de perdas a elas atribuídos e a frequência da incidência - sempre, várias vezes ou raramente)

Produto	Praga/doença	Percentual de dano/perda	Incidência

5 - ASPECTOS DE MERCADO DOS PRODUTOS ORIUNDOS DO QUINTAL

5.1 - PRODUTIVIDADE DAS CULTURAS E PREÇOS ALCANÇADOS

	Produto	Produtividade alcançada desde a chegada			Preços alcançados na última safra (especificar por unidade de venda -caixa, kg, unidade)		
		Maior	Menor	Normal	Maior	Menor	Normal
1							
2							
3							
4							
5							

5.2 - DESTINO DA PRODUÇÃO E CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO

Produto	Perdas	Consumo	Venda	Local de venda	Valor venda

(% da produção)		interno		Feiras	Propriedade (atravessador, consumidor, etc.)	Outros	(R\$)

5.3 - FORMA DE COMERCIALIZAÇÃO (%)

Produto (% da produção):	Bruto	Processado			Com marca de identificação (Sim ou Não)
		Só limpo	Limpo e embalado	Transformado (Conservas, geléias, outros.)	

5.4 - QUEM DETERMINA O PREÇO DOS PRODUTOS? (ASSINALAR COM X)

Produto	O produtor	O intermediário	O consumidor final	Cooperativa	A associação	Outros

5.5 - COMO OBTÉM INFORMAÇÕES SOBRE O MERCADO DE PRODUTOS?

Org. Sind.	Outras famílias	Técnicos	Jornal, Rádio e TV	No local onde vende	Outros (citar)
()	()	()	()	()	

6 - ASPECTOS ECONÔMICOS

6.1 - BENS PATRIMONIAIS

Tipo/especificação (Infra; Máquinas; equip.; imóveis; veículos, etc.)	Quant.	Valor atual R\$	Vida útil	Forma obtenção
Total (R\$)				

6.2 - DESPESAS GERAIS (ANO OU MÊS)

Discriminação	% do total	R\$
Custo Fixo:		
Pagamento de Aluguel, arrendamentos, etc.		
Pagamento de crédito agrícola, etc.		
Sindicato/Associação		
Outros impostos e taxas		
Custo Variável:		
M. Obra Contratada		
Adubos		
Sementes e mudas		
Tratamento de Animais		
Gastos c/ outros insumos		
Aluguel de máquinas e equipamentos		
Despesas c/ transporte		
Água, Luz, Telefone, etc.		
Colheita		
Beneficiamento		
Comercialização		
Outros:		
Gastos com família (Saúde, educação, transporte, alimentação, vestuário, lazer, outros)		
Outros gastos		

Valor Total (R\$)		
--------------------------	--	--

6.2.1. Consumo familiar (como garante o suprimento da família?)

Discriminação	% do total	R\$
Itens de consumo produzidos no próprio lote		
Itens de consumo adquiridos fora do lote (compra)		
Outras formas de garantia das necessidades familiares		
TOTAL		

6.3 - RECEITA BRUTA (PROVENIENTE DA ROÇA)

Discriminação	% do total	R\$
Produção agrícola (roça)		
Venda de animais		
Aluguel de terras/imóveis/máquinas		
Venda de mão-de-obra de membros da família		
Aposentadoria		
Comércio (produtos de terceiros)		
Outros (poupança/ renda terceiros)		
Valor Total (R\$)		

6.4 - RECEITA BRUTA (PROVENIENTE DO QUINTAL)

Discriminação	% do total	R\$
Produção agrícola (quintal)		
Venda de animais		
Valor Total (R\$)		

6.5 - RECEITA BRUTA TOTAL (PROPRIEDADE)

Roça	
Quintal	

Valor Total (R\$)	
--------------------------	--

6.6 - DÍVIDAS E CRÉDITOS

Discriminação	A receber (R\$)	A pagar (R\$)
Valor Total (R\$)		

6.7 - TEM NECESSIDADE DE RECORRER A EMPRÉSTIMO FINANCEIRO? SIM () NÃO ()

6.8 - SE HOUVER UMA EMERGÊNCIA, PARA QUEM (OU O QUÊ) RECORRE?

Outras entidades comerciais () Não consegue empréstimo ()

7 – ALGUNS DESCRITORES GERAIS

7.1 - HISTÓRICO DO PRODUTOR

Anos com agricultura	Anos nesta propriedade	O que fazia antes?(*)

* AGR = agricultura; COM = comércio; SER = serviços

7.2 - JÁ PARTICIPOU DE CURSO DE CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO ? SIM () NÃO () QUE TIPO?

7.3 - FAZ ALGUM TIPO DE EXPERIÊNCIA POR CONTA PRÓPRIA? SIM () NÃO ()

Se sim, citar
quais: _____

Observações gerais: